

# FILOLOGIA E LINGUÍSTICA PORTUGUESA

25 (1) jan./jul., 2023

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN 2176-9419

FILOLOGIA E  
LINGUÍSTICA  
PORTUGUESA

25(1), jan./jul. 2023

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN: 2176-9419

# Revista Filologia e Linguística Portuguesa

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa



## Editores

Sílvio de Almeida Toledo Neto, *Universidade de São Paulo*, Brasil  
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida, *Universidade de São Paulo*, Brasil  
Maria Clara Paixão de Sousa, *Universidade de São Paulo*, Brasil

## Conselho Editorial

Ana Rosa Ferreira Dias, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Brasil  
Anthony Julius Naro, *Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Brasil  
Bertrand Daunay, *Université de Lille*, França  
Cristina Sobral, *Universidade de Lisboa*, Portugal  
Esperança Carneira, *Universidade de Lisboa*, Portugal  
Evanildo Bechara, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Brasil  
Fabiana Cristina Komesu, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*, Brasil  
Françoise Boch, *Université de Grenoble Les Alpes*, França  
Graça Maria Rio-Torto, *Universidade de Coimbra*, Portugal  
João Wanderley Geraldi, *Universidade de Campinas*, Brasil  
Juliana Alves Assis, *Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais*, Brasil  
Leda Bisol, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Brasil  
Leonor Lopes Fávero, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Brasil  
Luciani Ester Tenani, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*, Brasil  
Maria Filomena Candeias Gonçalves, *Universidade de Évora*, Portugal  
Maria Helena de Moura Neves, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*, Brasil  
Maria Teresa Lino, *Universidade Nova de Lisboa*, Portugal  
Marina Vigário, *Universidade de Lisboa*, Portugal  
Marisa Cruz, *Universidade de Lisboa*, Portugal  
Mary Kato, *Universidade de Campinas*, Brasil  
Raquel Salek Fiad, *Universidade de Campinas*, Brasil  
Rodolfo Ilari, *Universidade de Campinas*, Brasil  
Sônia Frota, *Universidade de Lisboa*, Portugal  
Ataliba Teixeira de Castilho, *Universidade de São Paulo*, Brasil  
Ieda Maria Alves, *Universidade de São Paulo*, Brasil  
Manoel Luiz Gonçalves Correa, *Universidade de São Paulo*, Brasil  
Maria Cristina Altman, *Universidade de São Paulo*, Brasil

A Revista *Filologia e Linguística Portuguesa* publica estudos em Filologia e Linguística, com atenção ao seu valor para as investigações sobre a linguagem em geral e a língua portuguesa em particular. Os trabalhos cobrem linhas diversas, como a crítica textual, a paleografia, a codicologia, a linguística histórica, os estudos gramaticais, a análise do discurso e a historiografia linguística.

Editada desde 1997, a Revista é apoiada pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A revista é uma publicação exclusivamente digital, com acesso exclusivo pelo Portal de Periódicos da Universidade de São Paulo, em <http://www.revistas.usp.br/flp>.

e-ISSN: 2176-9419

Copyright (c) 2023 Filologia e Linguística Portuguesa



Esta obra possui uma licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License*. Os direitos autorais serão cedidos à revista para publicação on-line com livre acesso e impressa para arquivo em papel. Serão preservados, porém, para autores que queiram republicar seus trabalhos em coletâneas.

Filologia e Linguística Portuguesa,  
volume 25, número 1

Sumário

*Apresentação*

Sílvio de Almeida Toledo Neto, Maria Clara Paixão de Sousa, Manoel Mourivaldo Santiago Almeida  
7

*Editometria: mensurando conjecturas nas edições da Peregrinação*

César Nardelli Cambraia  
9-30

*A Dona Pé de Cabra: recensão e edição de testemunho manuscrito*

Davi Lopes Franco, Cynthia Vilaça  
31-50

*Edição e estudo de um manuscrito mato-grossense do século XVIII*

Laura Aristimunha da Silva Lé, Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto  
51-67

*As relações textuais como recursos para a episteme-em-ação: estudo da dimensão epistêmica de uma entrevista com presidenciável*

Gustavo Ximenes Cunha  
69-85

*Os erros (orto)gráficos das soantes palatais*

Simone Silveira da Silva, Ana Ruth Moresco Miranda  
87-105

*Apossíncrise: do uso à exaustão diacrônica*

Thiago Soares de Oliveira

107-119

*A conformação de metáforas na terminologia do petróleo motivadas pela  
relação homem-mundo: os campos semânticos vestuário, família e cores*

Theciana Silva Silveira

121-135

## Apresentação

O volume 25, n.º 1, da revista *Filologia e Linguística Portuguesa* apresenta artigos de interesse no campo da Filologia e no campo da Linguística. Os artigos tratam de temas relacionados com a crítica textual, os tipos de edição, a análise do discurso, a linguística histórica, a aquisição da escrita e a metáfora.

O artigo que abre o volume intitula-se *Editometria: mensurando conjecturas nas edições da Peregrinação*. O autor, César Nardelli Cambraia, desenvolve uma abordagem quantitativa de análise de edições, a que chama *editometria*. Estuda oito edições da obra quinhentista *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto. Testa a hipótese de que o progresso da crítica textual do séc. XVII para o séc. XXI impactou nas edições de *Peregrinação* quanto à redução da prática da conjectura.

No texto seguinte, os autores Davi Lopes Franco e Cynthia Vilaça apresentam o texto intitulado *A Dona Pé de Cabra: recensão e edição de testemunho manuscrito*. Investiga-se o processo de transmissão do texto e expõem-se os resultados da recensão da tradição direta, com catorze testemunhos e dá-se notícia da edição crítica em preparação.

Em *Edição e estudo de um manuscrito mato-grossense do século XVIII*, as autoras Laura Aristimunha da Silva Lé e Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto apresentam os resultados do processo de edição de uma carta manuscrita setecentista enviada pelos vereadores da Câmara de Cuiabá ao capitão-general da Capitania de Mato Grosso, Luiz Pinto de Souza Coutinho.

O quarto artigo do volume intitula-se *As relações textuais como recursos para a episteme-em-ação: estudo da dimensão epistêmica de uma entrevista com presidenciável*. Nele, o autor Gustavo Ximenes Cunha evidencia que as relações textuais exercem papel importante na dimensão epistêmica da interação. Focaliza-se o papel das relações textuais de preparação e contra-argumento presentes nos turnos em que os entrevistadores fazem perguntas.

No quinto artigo do volume, as autoras Simone Silveira da Silva e Ana Ruth Moresco Miranda examinam, conforme esclarece o título, *Os erros (orto)gráficos das soantes palatais*. Os resultados mostram maior efeito da fonologia das consoantes por processos que se assemelham àqueles observados na aquisição da fala. Observam-se também casos em que a motivação é de ordem fonográfica.

Em *Apossíncise: do uso à exaustão diacrônica*, artigo da autoria de Thiago Soares de Oliveira, objetiva-se conceituar o que se denomina de *exaustão diacrônica*, a partir do abandono (ou diminuição de uso) das construções interpoladas e dos *níveis de permeabilidade da mudança*, a fim de ponderar que a modificação do registro escrito de uma construção sintática é resultado da estabilidade e da uniformidade de fenômenos já abandonados na oralidade.

Conclui o volume o artigo intitulado *A conformação de metáforas na terminologia do petróleo motivadas pela relação homem-mundo: os campos semânticos vestuário, família e cores*, em que a autora, Theciana Silva Silveira analisa as metáforas motivadas pela relação homem-mundo nos campos semânticos *vestuário, família e cores*, na terminologia do petróleo.

Os editores

FLP 25(1)



## Editometria: mensurando conjecturas nas edições da *Peregrinação*

### *Editometry: measuring conjectures in the editions of the Peregrinação*

César Nardelli Cambraia\*

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

**Resumo:** O presente estudo teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento de uma abordagem quantitativa de análise de edições, aqui chamada de *editometria*, tomando como objeto de estudo oito edições (1614, 1678, 1711, 1829, 1952-53, 2010, 1984 e 1998) da obra quinhentista *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, e enfocando especificamente as conjecturas realizadas pelos editores. Testou-se a hipótese de que o progresso da crítica textual do séc. XVII (época da edição *princeps*) para o séc. XXI (época presente) impactou nas edições de *Peregrinação* na forma de redução da prática de conjectura. A hipótese foi confirmada, uma vez que o número de conjecturas na amostra analisada é maior na edição inicial, de 1678, do que na edição final, de 2010. Constatou-se, porém, que há um descompasso entre os padrões em que os erros ocorrem e os em que as conjecturas são feitas, com especial referência aos casos de erro por omissão/conjectura por adição e erro/conjectura por substituição.

**Palavras-chave:** Crítica Textual. Conjectura. Edição de Textos. Fernão Mendes Pinto. *Peregrinação*.

**Abstract:** The present study aimed to contribute to the development of a quantitative approach to the analysis of editions, here called *editometry*, taking as object of study eight editions (1614, 1678, 1711, 1829, 1952-53, 2010, 1984 and 1998) of the sixteenth-century work *Peregrinação*, by Fernão Mendes Pinto, and specifically focusing on the conjectures made by the editors. It was tested the hypothesis that the progress of textual criticism in the 17th century (time of *princeps* edition) to the 21st century (present time) had an impact on the editions of *Peregrinação* in the form of a reduction in the practice of conjecture. It was confirmed the hypothesis, since the number of conjectures in the analyzed sample is greater in the initial edition, from 1678, than in the final edition, from 2010. It was found, however, that there is a mismatch between the patterns in which errors occur and those in which conjectures are made, with special reference to cases of error by omission/conjecture by addition and error/conjecture by substitution.

**Keywords:** Textual Criticism. Conjecture. Text Editing. Fernão Mendes Pinto. *Peregrinação*.

FLP 25(1)

---

\* Professor Titular de Filologia Românica, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil; nardelli@ufmg.br

## 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Uma das estratégias para promover o desenvolvimento da crítica textual é analisar as práticas efetivas dos editores em seu labor, já que, entre teoria e prática, frequentemente há desconexões. Embora seja comum, já de muito, a realização de resenhas tendo edições como objeto, normalmente essas análises críticas tendem a ser mais qualitativas do que quantitativas, o que, de certa forma, dificulta compreender as decisões de um editor de forma mais global. No presente trabalho, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de uma abordagem quantitativa de análise de edições, aqui chamada de *editometria*, tomando como objeto de estudo oito edições da obra quinhentista *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, e enfocando especificamente as conjecturas realizadas pelos editores.

## 2 AS EDIÇÕES DA *PEREGRINAÇÃO* DE FERNÃO MENDES PINTO

A obra *Peregrinação*, um dos grandes textos da literatura de viagem do Renascimento português, foi escrita por Fernão Mendes Pinto (ca. 1510-1583): estima-se que tenha sido composta fundamentalmente entre 1568 e 1578 (Garcia, 1995, p. 11). Essa obra, cujo conteúdo é modernamente considerado uma mescla entre fatos reais e ficcionais, compõe-se de 226 capítulos e teve grande sucesso junto ao público-leitor desde sua 1ª edição (póstuma) em 1614. Na recensão feita por Faria (1992), foi identificado um total de 167 edições até aquela data (hoje esse número já se ampliou), compreendendo edições integrais, abreviadas e adaptadas, não só em língua portuguesa mas também em diversas outras línguas (tais como espanhol, francês, alemão, inglês, holandês, italiano, sueco, tcheco e romeno). Considerando apenas as edições integrais em língua portuguesa (incluindo as com modernização da linguagem), pode-se verificar a existência de 16 edições até o presente<sup>2</sup>: 1ª, 1614 (Lisboa, Pedro Craesbeeck); 2ª, 1678 (Lisboa, Antônio Craesbeeck); 3ª, 1711 (Lisboa, Joseph Lopes Ferreyra); 4ª, 1725 (Lisboa, Officina Ferreyriana); 5ª, 1762 (Lisboa, Joam de Aquino Bulhoens); 6ª, 1829 (Lisboa, Typographia Rollandiana); 7ª, 1908-10 (Lisboa, Livraria Ferreira); 8ª, 1931 (Vila Nova de Gaia, Cosmópolis); 9ª, 1944-45 (Porto, Portucalense); 10ª, 1952-53 (Lisboa/Rio de Janeiro, Sociedade de Intercâmbio Luso-Brasileira/Casa do Estudante); 11ª, 1961-84 (Lisboa, Sá da Costa); 12ª, 1971 (Lisboa, Afrodite); 13ª, 1975 (Lisboa, Amigos do Livro); 14ª, 1983 (Lisboa, Europa-América); 15ª, 1984 (Porto, Lello & Irmão)<sup>3</sup>; e 16ª, 2010 (Lisboa, Fundação Oriente/Imprensa Nacional-Casa da Moeda).

A edição *princeps*, de 1614, como lembra Faria (1992, p. 42), apresenta duas modalidades, ou seja, dois estados: no 1º estado, na seção *Ao Leitor* (f. [2]v4), consta equivocadamente que Fernão Mendes Pinto nasceu em “Almada”, enquanto no 2º estado já aparece corretamente “Montemór-o-Velho”. Dias (2016, p. 21) assinala que há

<sup>1</sup> Pesquisa realizada no quadro do projeto “Para uma gramática do português clássico: o sintagma nominal e suas funções na *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto”, com bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

<sup>2</sup> Nesta lista não foram incluídas as fac-similares (de 1973, 1984/1985, 1995 e de 2014) nem as várias reedições das já listadas (mesmo que com mudança de editora), pois o objetivo é indicar quantas foram as edições que envolveram um novo processo de mediação de editor no processo de fixação do texto (Cambráia, 2005, p. 91).

<sup>3</sup> A edição digital de 1998, na *Biblioteca Virtual dos Autores Portugueses*, reproduz o texto da ed. de 1984, por isso não foi incluída como item próprio nesta lista.

também diferença na seção *Dedicatória* (f. 2[r]7-8): no 1º estado, consta “nobre e criado dos Reis”, e, no 2º, “homem de vivo engenho e felice memória”. Registra também o fato de haver diferença na capitular do cap. CV (f. 122ra15 [equivocadamente numerado como 222 no 1º estado]): há ornamentação barroca no 1º estado, mas fitomórfica no 2º estado. Na ficha bibliográfica do exemplar do 1º estado da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a questão da numeração é descrita com mais detalhe: “Erro de impressão: o algarismo 5 das f. 65 e 205, foram impressos de cabeça para baixo. Erro de foliação: f. 122, 202 e 273 numeradas, respectivamente, como 222, 203 e 275.”. Por fim, durante a realização do presente estudo pode-se perceber também uma diferença no f. 121ra30: *prisão* no 1º estado, mas *Prisão* no 2º estado.

A relação entre a edição *princeps* e as demais é bastante complexa.

Primeiramente, pode-se verificar que existe uma transmissão vertical<sup>4</sup> em um primeiro ramo (doravante, R-I) com o seguinte trajeto: 1614 → 1678 → 1711 → 1725 → 1762. As inovações introduzidas a cada nova edição foram passadas adiante, como se vê no quadro abaixo com três lugares críticos:

Quadro 1 – Variantes no R-I da tradição da *Peregrinação*.

	1614	1678	1711	1725	1762
LC-1	espiritasse (f. 169ra22)	movesse (f. 211a)	movesse (f. 205a)	movesse (f. 214a25)	movesse (f. 198a52)
LC-2	Muhee (f. 187va35)	Muhè (f. 234a)	Nay (f. 227b)	Nhay (f. 232b35)	Nhay (f. 220a36)
LC-3	—	—	Breve Discurso <sup>5</sup> (ff. 369-391)	Itinerário <sup>6</sup> (ff. 385-434) e Breve Discurso (ff. 435-458)	Itinerário (ff. 358-404) e Breve Discurso (ff. 405-427)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Embora a ed. de 1678 não tenha as seções paratextuais em que se encontram os fatos mais significativos para diferenciar os dois estados da ed. de 1614 (*Dedicatória* e *Ao Leitor*), constata-se, examinando a já referida oposição entre *prisão* e *Prisão* (f. 121ra30), que naquela consta *prisão* (f. 151b), ou seja, apresenta forma compatível com o 1º estado de 1614, que deve então ter sido seu modelo.

Um novo ramo na tradição (doravante, R-II) é inaugurado no séc. XIX com a ed. de 1829, que também remonta ao 1º estado da ed. de 1614, pois se lê, na *Dedicatória*, “nobre e criado dos Reis” (t. 1, p. v) e, na seção *Ao Leitor*, “Almada” (t. 1, p. vii). Embora também constem o *Itinerário* (t. 4, p. 1-155) e o *Breve Discurso* (t. 4, p. 1-73) nessa nova edição, os quais tinham começado a circular conjuntamente com a *Peregrinação* desde a ed. de 1725, houve o acréscimo do *Tratado* de frei Gaspar da Cruz<sup>7</sup> (t. 4, p. 1-196), colocado entre os dois primeiros. O texto do *Itinerário* não foi transcrito das edições da

<sup>4</sup> No *Prólogo* da ed. de 1829 (Pinto, 1829, v. 1, p. IX-X) se interpretou que a de 1678 foi o modelo para as demais (1711, 1725 e 1762), mas, na verdade, o modelo para cada uma destas foi a imediatamente precedente.

<sup>5</sup> *Breve Discurso em que se Conta a Conquista do Reyno de Pegú na India Oriental, Feyta pelos Portugueses em Têpo do Visorrey Ayres de Saldanha, Sédo Capitão Salvador Ribeyro de Souza, Chamado Massinga, Natural de Guimarães, a quem os Naturaes de Pegú Elegerão por seu Rey no Anno de 1600*, de Manuel de Abreu Mousinho, publicado originalmente em tradução espanhola em 1617.

<sup>6</sup> *Itinerário*, de Antônio Tenreiro (1485–1560 ou 1565), publicado originalmente em português em 1560.

<sup>7</sup> *Tractado em que se Cõtam muito por estêso as cousas da China, cõ suas particularidades, e assi do reyno d’Ormuz*, de frei Gaspar da Cruz (1520-1570), publicado originalmente em português em 1570.

*Peregrinação* de 1725 ou de 1762: foi-o de sua edição *princeps* de 1560 (Pinto, 1829, v. 4, p. 1). No caso do *Breve Discurso*, consta na ed. de 1829 apenas “nova edição” (Pinto, 1829, v. 4, p. 1), sem indicação clara da origem do texto, mas é possível perceber que se seguiu a versão da edição da *Peregrinação* de 1711, que é a que é referida (Pinto, 1829, v. 1, p. XI)<sup>8</sup>.

Em relação às edições dos sécs. XX e XXI, infelizmente não foi possível ter acesso a todas para que se pudesse examinar a posição de cada uma na tradição. No que se refere às edições acessadas, pode-se apurar o que se segue.

A ed. de 1952-53, preparada por Adolfo Casais Monteiro (1908-1972), a qual constitui um ramo independente (doravante, R-III), não apresenta as seções paratextuais iniciais, mas, considerando a já citada oposição entre *prisão* e *Prisão* (f. 121ra30), verifica-se que ocorre *Prisaõ* (Pinto, 1952, v. 1, p. 586), o que significa que deve ter tido um exemplar do 2º estado como modelo. Essa edição compreende, além do texto primitivo de 1614, uma versão em português moderno, apresentados de forma paralela. Essa edição foi reeditada, sem a versão moderna do texto, três outras vezes (1983, 1988 e 1998) pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda. A reedição de 1983 foi a base da ed. de 2010, preparada por Elisa Lopes da Costa, que foi colacionada com a de 1961-84, de Antônio José Saraiva (1917-1993), e com a edição *princeps* de 1614 (Pinto, 2010, v. 2, p. 7). Segundo Costa, a edição de Casais Monteiro apresenta várias centenas de palavras omitidas e 30 sentenças suprimidas (Pinto, 2010, p. 7), reiterando assim problemas já apontados inicialmente por Cambraia (2000). Examinando a já referida oposição entre *prisão* e *Prisão* (f. 121ra30), conclui-se que a ed. de 2010 apresenta contaminação: embora ela siga a edição de Casais Monteiro, que é baseada no 2º estado (já que esta apresenta *Prisão*), ela incorpora também formas do 1º estado (já que a forma fixada foi *prisão*, própria desse estado).

A ed. de 1984 foi organizada por Manuel Lopes de Almeida (1900-1980) e conta com introdução de Aníbal Pinto de Castro (1938-2010). Os dados presentes na edição não são claros em relação a quem se deve a fixação do texto editado, mas, pela data da publicação (1984), supõe-se que se deva ao autor da introdução. Nela, faz-se uma breve descrição da sucessão de edições anteriores e se diz: “Finalmente em 1829 aparecia a sexta edição da *Peregrinação* (Lisboa, Tipographia Rolandiana) [...]. É esta, fundamentalmente que agora se reproduz” (Pinto, 1984, p. VI). Essa passagem é ambígua. Por um lado, a ed. de 1984 segue, de fato, a de 1829 em relação ao conjunto de textos que contém (*Peregrinação*, *Itinerário*, *Tratado* e *Breve Discurso*). Por outro lado, no que se refere à *Peregrinação*, o texto apresentado não é o presente na ed. de 1829. Como já dito, a de 1829 se baseia no 1º estado, porque contém “nobre e criado dos Reis” e “Almada”, mas a de 1984 se baseia no 2º estado, pois contém “homem de viuo engenho e felice memoria” (p. 7) e “Montemor o velho” (p. 9). Além disso, há, na ed. de 1829, certas regularizações gráficas (as ramistas *u* e *v*, o diacrítico sobre *a*, dentre outras) ausentes da ed. de 1984, que segue o texto de 1614: por isso é adequado considerar que seja um novo ramo (R-IV). Esta ed. de 1984 foi o modelo para a edição digital de 1998, publicada como parte da *Biblioteca Virtual de Autores Portugueses*.

Na fortuna editorial do texto integral da *Peregrinação*, verifica-se claramente a predominância de edições com *abordagem conservadora*. Mesmo no R-I, não houve uma

<sup>8</sup> Embora o editor de 1829 critique aspectos da versão do *Breve Discurso* da ed. de 1711 (ausência da Dedicatória do Duque de Lerma, do Prólogo ao Leitor e do próprio nome do autor, além de uma das escolhas do tradutor no cap. XIII), não modificou nenhum deles em sua edição.

modernização ampla e sistemática do texto, mas sim intervenções pontuais, que foram se acumulando, de forma que a ed. de 1762 apresenta mais modernizações que a de 1678. A ed. de 1829 representou um retorno ao texto da *princeps*, certamente pela constatação do acúmulo de modificações ao longo dos sécs. XVII e XVIII no R-I. Apesar de boa parte das edições realizadas ter sido conservadora em seus procedimentos, isso não significa que seus editores não tenham feito intervenções na fixação do texto: dentre essas intervenções constam justamente as conjecturas, que é o tema principal do presente estudo.

### 3 A CONJECTURA NA CRÍTICA TEXTUAL

Tradicionalmente se considera que o objetivo da crítica textual é o de restituir a forma genuína dos textos (Cambraia, 2005, p. 1). Esse objetivo pode ser alcançado através de dois procedimentos básicos: (a) seleção de uma das variantes presentes nos diferentes testemunhos de um texto (*reconstituição por testemunho*) ou (b) proposição de uma forma diferente das presentes nos testemunhos (*reconstituição por conjectura*). Há, na literatura técnica, diferentes definições para conjectura:

a) “Lição reconstruída pelo editor, sem apoio em testemunhos, destinada ao preenchimento de uma lacuna ou à emenda de um erro presente na tradição” (Xavier; Mateus, [1990], p. 91);

b) “Por conjectura se entende uma correção introduzida no texto para eliminar um erro ou uma anomalia presumidamente não desejada pelo autor [...] e não sanável de outra forma com a ajuda da tradição relativa” (Avalle, 2002, p. 112, tradução nossa);

c) “Uma conjectura é a introdução no texto de uma lição sem fundamento nos testemunhos disponíveis para a pessoa que faz a conjectura. Deve-se diferenciar entre conjecturas de escribas<sup>9</sup> [...] e conjecturas de editores modernos [...]” (Roelli; Macé, 2015, p. 45, tradução nossa);

d) “Lição introduzida no texto pelo editor, com o objetivo de preencher uma lacuna ou de eliminar uma forma que considera errada; normalmente é feita em situação de testemunho único, e deverá ser assinalada em aparato. Define-se pelo seu caráter dubitativo.” (Duarte, 2019, p. 379).

As definições acima não são idênticas, mas todas trazem consigo as noções de (a) intervenção *sem fundamento nos testemunhos* da tradição textual em análise e (b) correção de um erro, ou seja, de uma *forma não genuína*. Justamente por não se apoiar em alguma das lições dos testemunhos, a conjectura é sempre considerada uma intervenção problemática, porque abre espaço para subjetividades do editor. A propósito da natureza complexa da conjectura, afirma Blecua (1990, p. 125): “A *emendatio ope ingenii*<sup>10</sup> sem ajuda de testemunhos [...] é sempre perigosa e deve-se dispender o menos possível. A

<sup>9</sup> *Conjectura de escribas* é “um conceito usado para descrever lições que surgem quando copistas ou escribas deliberadamente fazem suas próprias correções no texto que estão copiando porque, por uma razão ou outra, estão insatisfeitos com a lição do texto fonte” (Roelli; Macé, 2015, p. 179, tradução nossa) e *conjectura de editores modernos*, também chamada de *divinatio*, “consiste em corrigir as lições alegadamente corrompidas ou passagens textuais corrompidas apenas por conjectura, p. ex., providenciando adições, supressões ou substituições” (Roelli; Macé, 2015, p. 68, tradução nossa).

<sup>10</sup> A conjectura é também conhecida por *emendatio ope ingenii* ou *divinatio* (Blecua, 1990, p. 31).

conjectura é um ‘salto no vazio’, que apenas o aparecimento de novos testemunhos pode servir de pedra de toque.” (tradução nossa).

Dentre as definições de conjectura acima apresentadas, a de Duarte chama a atenção para um aspecto fundamental para o presente estudo: ser a edição de texto com testemunho único o contexto mais comum para a prática da conjectura. Como salientado por Cambraia (2019, p. 18-20), é justamente por edições monotestemunhais (como a edição interpretativa) não poderem contar com o auxílio de variantes de outros testemunhos que as torna de natureza bastante diversa de edições politestemunhais (como a edição crítica): na edição politestemunhal, o editor *identifica a existência de uma lição não genuína* de forma essencialmente objetiva (através de constatação de variantes em um mesmo lugar crítico em diferentes testemunhos) e *elege uma das variantes como lição genuína* dentro de uma baliza também objetiva (sua presença em algum dos testemunhos); já na edição monotestemunhal, tanto a *identificação de uma lição não genuína* quanto a *proposição da lição genuína para cada caso* são processos fundamentalmente subjetivos, porque são dependentes de um conjunto de conhecimentos que o editor apurou ao longo de sua lide com o texto. Embora, em edições politestemunhais, a conjectura possa ser necessária, nesse caso ela é o *último* recurso a que o editor recorre, mas, na edição monotestemunhal, é o *único* recurso possível a que o editor pode recorrer.

É exatamente por esse fato peculiar das edições monotestemunhais que o estudo das conjecturas nas sucessivas edições da *Peregrinação* é tão relevante: por se tratar de obra em que o autor não pode fazer intervenções de uma edição para a outra, já que a *princeps* é póstuma (Pinto morreu em 1583 e a edição *princeps* é de 1614), então todas as diferenças nas edições posteriores à *princeps* são devidas a terceiros (sejam os editores, sejam os tipógrafos) e, portanto, não autorais.

FLP 25(1)

#### 4 HIPÓTESE DE TRABALHO

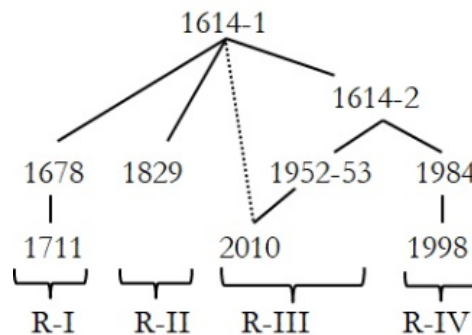
Dada a natureza problemática da conjectura, em função de sua abertura para a expressão das subjetividades do editor, pode-se hipotetizar que o progresso da crítica textual do séc. XVII (época da edição *princeps*) para o séc. XXI (época presente) terá impactado nas edições de *Peregrinação* na forma de *redução da prática de conjectura*. Estima-se que o desenvolvimento de teorias da edição, como a que embasa o método lachmanniano, que buscava maior objetividade na prática editorial, terá feito com que os editores passassem a atuar de forma mais parcimoniosa na proposição de conjecturas.

#### 5 METODOLOGIA

Um primeiro problema metodológico que se coloca para o estudo quantitativo de conjecturas em edições monotestemunhais está já na simples identificação concreta do que é uma conjectura no texto fixado. Não se pode considerar que toda diferença entre a edição *princeps* e uma edição dela derivada seja efetivamente uma conjectura, porque esta pressupõe uma intervenção *intencional* para corrigir um erro, ou seja, para restaurar a forma genuína do texto, e, mesmo em edições modernas conservadoras, não é raro o texto fixado conter formas que foram fruto de erro seja do tipógrafo (inversão de tipos, seleção de tipo errado, etc.), seja do editor (erro de leitura do modelo, de registro manual da forma fixada, etc.). Nos casos em que as edições contam com notas explicativas, essa diferença entre conjectura e erro (do editor ou do tipógrafo) é mais

simples de ser compreendida, porque a existência de uma nota deixa claro que o editor deliberadamente decidiu substituir uma forma por outra. Assim, p. ex., na edição preparada por Neves Águas, o editor registra a forma *Gomes* no texto e informa em nota “Na 1.<sup>a</sup> edição: «Gemes»” (Pinto, 1995, v. 2, p. 275), caso evidente de conjectura. No entanto, esse mesmo editor substituiu a forma *Huzanquee* (presente na ed. de 1614) por *Huzangué* mas não informou esse fato em nota (Pinto, 1995, v. 2, p. 22): trata-se caso de interpretação ambígua, (a) porque pode ter sido uma conjectura que o editor achou que não era necessário informar (talvez por considerar ser erro óbvio) ou (b) porque, na verdade, cometeu um lapso no registro da forma (substituindo, p. ex., *q* por *gu*). Justamente por isso é necessário adotar um método objetivo de coleta de dados, sem entrar no mérito, pelo menos em um primeiro momento, do que é conjectura e do que é erro.

Considerando essa exigência, torna-se impraticável realizar uma colação completa de várias edições, já que a *Peregrinação* apresenta grande extensão (aprox. 298.000 palavras). Sendo assim, impõe-se fazer um recorte do que será comparado, produzindo-se um *corpus* por amostragem. Parece pertinente tomar como ponto de partida a edição digital de 1998, publicada como parte da *Biblioteca Virtual de Autores Portugueses*, uma vez que ela se tornou uma espécie de “vulgata digital”: a facilidade de transmissão do texto digital fez com que ela alcançasse grande circulação<sup>11</sup> e, desta forma, produziu efeitos em função de estudos dela derivados. Uma segunda limitação que se impõe é a de selecionar apenas algumas edições integrais: primeiramente, porque nem todas as já produzidas estão facilmente acessíveis (sobretudo as da 1.<sup>a</sup> met. do séc. XX) e, em segundo lugar, porque aquelas que apresentam modernização linguística se afastam intencionalmente do texto genuíno. Em vista disso, elegeram-se oito edições para análise de conjecturas: 1614 (a *princeps*)<sup>12</sup>, 1678, 1711, 1829, 1984, 1952-53, 1998 e 2010, cuja relação genética pode ser assim representada:



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 1 – Relação genética das edições analisadas<sup>13</sup>.

O método de coleta de dados seguiu os seguintes procedimentos: (a) comparação do texto *integral* da ed. de 1614-2 e de 1998; (b) identificação de lugares

<sup>11</sup> Como exemplo, pode-se citar o fato de que essa mesma edição foi integrada à base do *Projecto Vercial* (Universidade do Minho) e, desta, foi incluída na base do *Corpus do Português* (Brigham Young University).

<sup>12</sup> Quando pertinente, faz-se distinção entre o 1.<sup>o</sup> e o 2.<sup>o</sup> estado da *princeps* pela indicação 1614-1 e 1614-2, respectivamente.

<sup>13</sup> Deve-se salientar que a ed. de 2010 remonta apenas indiretamente à de 1952-53, pois seu modelo imediato foi a reimpressão desta de 1983.

críticos contendo diferença(s) entre essas duas edições<sup>14</sup>; e (c) comparação das eds. de 1678, 1711, 1829, 1952-53, 1984 e 2010 nos lugares críticos identificados na fase anterior<sup>15</sup>. A análise realizada na fase (b) permitiu identificar 1074 lugares críticos. Desses, em 5 casos se tratava de erros de grande extensão<sup>16</sup> da ed. de 1998, sendo necessário excluí-los, por não permitirem comparação sistemática. Os dados coletados através da colação das oito edições consideradas nos 1069 lugares críticos restantes foram, por fim, objeto de uma análise quanti-qualitativa.

É necessário salientar que a determinação da forma que está presente na ed. de 1614 dependeu, naturalmente, da leitura que o autor deste estudo fez do fac-símile digital adotado<sup>17</sup>. Além das dificuldades habituais que a leitura de um registro escrito traz consigo (presença de caracteres mal impressos, distância gradiente entre palavras, resolução limitada da imagem digital, etc.), o impresso de 1614 apresenta três particularidades em relação às quais foi necessário fixar uma decisão de interpretação.

Primeiramente, além dos diferentes diacríticos tradicionais (til, acento agudo, grave e circunflexo), o sistema tipográfico em que foi impressa a obra apresenta uma quarta forma, com aspecto de arco aberto para a direita (como uma fina vírgula ou cedilha) sobrescrito: essa forma foi considerada aqui um alógrafo do acento agudo.

Em segundo lugar, nos títulos, ocorre uma letra maiúscula longa cortada por traço no meio: ela foi considerada como um *J* (por oposição ao *I*, que não apresenta o traço medial).

Por fim, no final de linha, o uso de hífen marcando separação interna de uma palavra na translineação é variável: no caso de formas compostas e locuções, na ausência de hífen, interpretou-se como uma unidade gráfica, se, no interior de linha, aparece sempre como tal, ou como duas unidades gráficas, se, no interior de linha, aparecem apenas separadas ou em variação entre forma única e separada.

É importante salientar que parte das diferenças constatadas entre as edições está diretamente relacionada a como foram tratados esses três casos.

## 6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Levando em conta o método descrito anteriormente, identificaram-se os seguintes valores de diferença entre a edição *princeps* e as demais:

<sup>14</sup> Como na ed. de 1998 há o desenvolvimento sistemático da abreviatura *q̃* em *que*, essa diferença não foi considerada na identificação de lugares críticos.

<sup>15</sup> As diferenças identificadas na amostra foram comparadas, em seguida, com 1614-1 e constatou-se apenas um caso de diferença entre 1614-1 e 1614-2 na amostra: essa diferença foi excluída dos dados.

<sup>16</sup> f. 51v (cap. 48) repetido no lugar do f. 59v (cap. 55); f. 72r (cap. 65) no lugar do f. 75v (cap. 68); f. 111r (cap. 97) no lugar do f. 112v (cap. 98), f. 126v (cap. 107) no lugar do f. 127v (cap. 108) e f. 163v (cap. 136) no lugar do f. 165r (cap. 137).

<sup>17</sup> Fac-símile digital do exemplar de cota 393924-C da Biblioteca Nacional Austríaca.



Tabela 1 – Diferenças entre edições da *Peregrinação* na amostra de 1069 lugares críticos<sup>18</sup>.

	R-I		R-II		R-III		R-IV	
	1678	1711	1829	1952-53	2010	1984	1998	
<b>Total</b>	734	937	582	478	549	559	1095	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os dados apurados mostram: (a) um número de diferenças na ed. de 1678, baseada na *princeps*, superior ao de todas as demais edições que tomaram a *princeps* como modelo (1829, 1952-53 e 1984); (b) o aumento do número de diferenças no interior de R-I; (c) a ruptura dessa tendência com a decisão do editor de 1829 de voltar a tomar a *princeps* como modelo, apresentando menos diferenças que a de 1678; (d) um número de diferenças na ed. de 1952-53, que também terá se baseado na *princeps*, inferior ao da de 1829; (e) o aumento do número de diferenças no interior de R-III; (f) um número de diferenças na ed. de 1984, que também terá se baseado na *princeps*, inferior ao da de 1829, mas superior ao da de 1952-53; e (g) o aumento de diferenças no interior de R-IV.

Como era previsível, as edições que se basearam em um modelo intermediário (1711, 2010 e 1998) sempre aumentaram o número de diferenças: somando-se às diferenças introduzidas pelo editor do modelo intermediário, há também as diferenças inseridas pelo próprio autor da edição derivada dele.

Os valores da tabela 1 não devem ser interpretados de forma absoluta como provas da qualidade de uma dada edição. As diferenças constatadas não são devidas apenas a erros e a conjecturas, mas também à aplicação de normas de transcrição uniformizadoras. Assim, enquanto a decisão de uniformizar a transcrição de consoantes labio-dentais sonoras como *v* nos casos em que no modelo consta *u* gera uma diferença entre o modelo e uma edição baseada em uma *norma de transcrição* (que não visa à reconstituição da forma genuína do texto, mas sim à sua uniformização gráfica), já a decisão de substituir a forma de 3ª pessoa do perfeito *leyo* por *leo* gera uma diferença entre o modelo e uma edição baseada em uma *conjectura* (que visa à reconstituição da forma genuína, segundo o juízo do editor). Com exceção das eds. de 1829 e de 2010, as demais não apresentam as normas de transcrição aplicadas e, mesmo as duas exceções citadas, também não explicitam rigorosamente todas as normas aplicadas. Foi necessário, assim, inferir as normas, através da constatação de modificações sistemáticas nessas edições em relação à edição *princeps*. As principais normas<sup>19</sup> que se puderam inferir foram:

- a) transcrição do *J* dos títulos como *I*, independente do valor fonético: 1678, 1984, 1998, 1952-53 e 2010;
- b) transcrição do *J* dos títulos como *I* ou *J*, dependendo do seu valor fonético: 1711 e 1829.
- c) capitalização do título de capítulo: 1952-53 e 2010;
- d) desenvolvimento da abreviatura *CAP.*: 1678, 1711 e 1829;
- e) conversão de todas as pós-capitulares da mesma palavra em maiúsculas: 1678;

<sup>18</sup> O número de diferenças entre a edição *princeps* e a de referência (a de 1998) é superior ao número de lugares críticos, porque em um mesmo lugar crítico podem ocorrer mais de uma diferença.

<sup>19</sup> Não foram consideradas, na coleta de dados, as diferenças relativas a: itacilização ou aplicação de aspas para discurso direto e indireto (eds. 1678 e 1711); desenvolvimento da abreviatura *q̃* em *que* (eds. de 1984, 1998 e 2010); conversão de capitular em maiúscula (eds. de 1984 e 1998); e desitalicização dos títulos (eds. de 1952-53 e 2010).

- f) conversão das pós-capitulares da mesma palavra em versalete: 1952-53;
- g) conversão da primeira pós-capitular (sempre maiúscula na *princeps*) em minúscula: 1984, 1998 e 2010;
- h) regularização do diacrítico em função do tipo de palavra, com grave para representação de crase, circunflexo para *pós* e *dór*, nenhum para *ja* e agudo para os demais casos: 1829;
- i) inserção de acento agudo ou grave na sílaba tônica em palavras terminadas em ditongo nasal átono: 1678 e 1711;
- j) regularização das letras ramistas *u/v* e *i/j*: 1678, 1711 e 1829;
- k) restituição de *h* etimológico nas formas do verbo *haver*: 1711;
- l) regularização da 3ª pessoa de perfeito de *por* com  $-\tilde{r}$  (1678) ou com  $-s$  (1829); e
- m) regularização da representação de vogal e de ditongo nasais: 2010<sup>20</sup>.

Levando em conta os três tipos de diferença constatados entre as edições (aplicação de norma, erro e conjectura), os dados apresentam a seguinte distribuição em números absolutos (n) e relativos (%):

Tabela 2 – Diferenças entre edições da *Peregrinação* na amostra de 1069 lugares críticos por tipo.

		R-I		R-II		R-III		R-IV	
		1678	1711	1829	1952-53	2010	1984	1998	
<b>Norma</b>	n	136	154	263	94	205	44	44	
	%	18,5	16,4	45,2	19,7	37,3	7,9	4,0	
<b>Erro</b>	n	297	476	17	99	63	199	732	
	%	40,5	50,8	2,9	20,7	11,5	35,6	66,8	
<b>Conjectura</b>	n	301	307	302	285	281	316	319	
	%	41,0	32,8	51,9	59,6	51,2	56,5	29,1	
<b>Total</b>	n	734	937	582	478	549	559	1095	
	%	100	100	100	100	100	100	100	

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os dados da tabela 2 permitem ver primeiramente uma interessante relação entre aplicação de norma e erro: *o tipo de norma que um editor eleger tem impacto evidente sobre o volume de erros que a edição apresenta*. No caso da ed. de 1829, há uma norma especialmente impactante nos resultados: a de regularização do uso de diacríticos que não representam nasalidade. Nada menos que 143 diferenças nessa edição (24,6% de todas as diferenças) foram resultantes dessa regularização. No caso da ed. de 2010, a norma mais impactante foi a de regularização do uso de diacríticos que representam nasalidade: 120 das diferenças nessa edição (21,9% de todas as diferenças) dizem respeito a essa norma. Na edição *princeps*, há uma grande quantidade de diacríticos em uso e esse uso é marcadamente variável: esses dois aspectos exigem do autor de edições mais conservadoras, bem como do tipógrafo que as compõem, alto grau de atenção. Nas edições em que não se aplicou nenhuma norma mais ampla de regularização de diacríticos (1678, 1711, 1952-53, 1984 e 1998), um número considerável de erros está justamente relacionado aos diacríticos (os números relativos a este fato serão apresentados mais adiante na tabela 4). Vê-se, assim, que o compromisso de representar

<sup>20</sup> É interessante salientar que, como não há nenhuma edição que siga exatamente as mesmas normas de outra (com exceção da de 1998, que segue as da de 1984, porque é digitalização desta última), então todas elas são efetivamente diferentes já em função simplesmente das normas.

cada particularidade de um modelo em uma edição tem o custo de aumentar a probabilidade de erro nela.

Antes de dar especial atenção aos casos de conjectura, que são o carro-chefe do presente estudo, é conveniente analisar mais detidamente os casos de erro.

Uma primeira forma de classificar os erros é considerando as quatro categorias modificativas aristotélicas, segundo Blecua (1990, p. 19-20): por *adição* (lat. *adiectio*), por *omissão* (lat. *detractatio*), por *alteração da ordem* (lat. *transmutatio*) ou por *substituição* (lat. *immutatio*). Com base nessas categorias, os erros apresentam a seguinte distribuição:

Tabela 3 – Erros nas edições  
da *Peregrinação* na amostra de 1069 lugares críticos por tipo.

		R-I	R-II	R-III	R-IV			
		1678	1711	1829	1952-53	2010	1984	1998
<b>Adição</b>	n	25	53	2	20	8	39	93
	%	8,4	11,1	11,8	20,2	12,7	19,6	12,7
<b>Omissão</b>	n	52	93	6	33	29	69	233
	%	17,5	19,5	35,3	33,3	46,0	34,7	31,8
<b>Substituição</b>	n	200	294	8	45	26	87	393
	%	67,3	61,8	47,1	45,5	41,3	43,7	53,7
<b>Alteração de ordem</b>	n	20	36	1	1	—	4	13
	%	6,7	7,6	5,9	1,0	—	2,0	1,8
<b>Total</b>	n	297	476	17	99	63	199	732
	%	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborada pelo autor.

Embora a quantidade de erros seja evidentemente um critério para avaliação de uma edição, deve-se assinalar que há aqui um certo viés em relação à ed. de 1998: como a amostra para análise foi fruto de comparação entre a *princeps* e a de 1998, o grande número de erros nesta última foi obviamente influenciado pelo próprio método de constituição da amostra. Entretanto, como houve 5 casos de erros de maior extensão (relativos a 5 fólios inteiros da *princeps*) na ed. de 1998 que não se incluíram na amostra, deve-se reconhecer que, conjugando os dados da tabela 3 com essa questão dos fólios inteiros, fica claro que se trata de edição realmente muito problemática. No próprio *adrom* que a veicula, os dados sobre sua confecção são muito escassos e vagos, mas os erros constatados evidenciaram de forma clara que se trata de uma edição realizada através de escaneamento e reconhecimento ótico do texto. Vários dos erros estão relacionados ao problema de incompatibilidade entre os programas de reconhecimento ótico (no passado, quase sempre voltados para a língua inglesa) e os padrões gráficos da língua portuguesa (em especial, seus diacríticos): cf., p. ex., *pouoçoës* (1614, f. 12vb4-5) × *pouoçoõs* (1998)<sup>21</sup>. Há evidências, no entanto, de que o resultado do reconhecimento ótico passou por revisão manual. A especificidade do modo como a edição foi realizada gerou padrões singulares de erros, como o fato de muitos deles estarem relacionados a início ou a final de linha na edição que serviu de modelo (a de 1984), geralmente resultando em omissão: cf., p. ex., *ao | fundo*<sup>22</sup> (1984, p. 84) × *fundo* (1998). A revisão não parece ter contado com consulta à edição *princeps*, já que erros muito particulares da ed. de 1984 foram simplesmente mantidos na de 1998: cf., p. ex., *Buatêdo*, (1614, f. 90va21)

<sup>21</sup> Como a ed. de 1998 não apresenta numeração de página, por ser formada de páginas em formato *html*, a referência às formas dela não será acompanhada de localizador.

<sup>22</sup> Utiliza-se aqui o sinal | para representar translineação.

× *Buatêdoo*' (1984, p. 209, com inversão do tipo da vírgula) = *Buatêdoo*' (1998, com manutenção da inversão).

Um aspecto que chama a atenção na tabela 3 é o fato de os erros relativos a *substituição* serem os mais frequentes de forma geral, com exceção da ed. de 2010: essa prevalência foi também constatada em estudos anteriores de natureza quantitativa (Cabraia; Laranjeira, 2010; Cabraia, 2020). Esses estudos mostraram também que a *alteração de ordem* é a categoria que apresenta menos erros: a explicação para isso é o fato de que, nas línguas românicas (diferentemente do latim, p. ex.), a ordem das palavras é mais rígida por constituir recurso para determinação das funções sintáticas e das relações de dependência.

Para compreender melhor os erros presentes nas edições analisadas, é necessário incorporar na análise o critério da natureza dos erros em termos de *nível linguístico* afetado. Os dados permitiram identificar que há oito categorias em jogo<sup>23</sup>:

- a) separação vocabular: p. ex., *em sossa* (1614, f. 32rb36) × *emsossa* (1998);
- b) diacrítico: p. ex., *poderà* (1614, f. 87vb30) × *poderá* (1998);
- c) pontuação: p. ex., *CAP.* (1614, f. 224va7) × *C.A.P.* (1998);
- d) gráfica<sup>24</sup>: p. ex., *elle* (1614, f. 257va5) × *ele* (1998);
- e) fônica: p. ex., *despois* (1614, f. 55ra38) × *despeis* (1998);
- f) morfológica: p. ex., *conhecêdo* (1614, f. 297va32) × *conhecido* (1998);
- g) lexical: p. ex., *não* (1614, f. 299ra30) × *uso* (1998); e
- h) textual: *paës de cera, e hum sacco de pimenta, e hum dente de marfim de* (1614, f. 45vb39-40) × *paës* (1998).

Com base nessas categorias, constataram-se os seguintes padrões por edição:

<sup>23</sup> Curiosamente, no que se refere a erros, não se constatou nenhuma ocorrência relativa ao nível sintático (referente à ordem dos constituintes). Os casos de concordância foram classificados como erro no nível morfológico, pois se referem a morfemas (flexionais). Os casos de alteração de ordem registrados na tabela 3 consistem em mudança de lugar de diacríticos na representação de ditongo nasal e foram computados na categoria *diacrítico*.

<sup>24</sup> Os erros no nível gráfico dizem respeito a caracteres alfabéticos (não incluindo diacríticos ou pontuação, que são categorias separadas) que não têm impacto na realidade fônica da palavra registrada. Os erros relativos à oposição entre *c* e *ç* também foram classificados como gráficos, porque não se considera que representem variação fônica. A única exceção foi a oposição *sobaços* (1614, f. 132ra6) × *sobacos*, que foi tratada como fônica.

Tabela 4 – Erros nas edições da *Peregrinação* na amostra de 1069 lugares críticos por nível linguístico.

		R-I		R-II	R-III		R-IV	
		1678	1711	1829	1952-53	2010	1984	1998
<b>Separação vocabular</b>	n	8	4	—	19	11	32	50
	%	2,7	0,8	—	19,2	17,5	16,1	6,8
<b>Diacrítico</b>	n	200	260	1	50	35	92	191
	%	67,3	54,6	5,9	50,5	55,6	46,2	26,1
<b>Pontuação</b>	n	14	23	13	12	10	41	75
	%	4,7	4,8	76,5	12,1	15,9	20,6	10,2
<b>Gráfica</b>	n	39	97	1	9	6	9	52
	%	13,1	20,4	5,9	9,1	9,5	4,5	7,1
<b>Fônica</b>	n	22	62	1	3	1	3	152
	%	7,4	13,0	5,9	3,0	1,6	1,5	20,8
<b>Morfológica</b>	n	2	12	1	2	—	10	51
	%	0,7	2,5	5,9	2,0	—	5,0	7,0
<b>Lexical</b>	n	12	18	—	4	—	11	159
	%	4,0	3,8	—	4,0	—	5,5	21,7
<b>Textual</b>	n	—	—	—	—	—	1	2
	%	—	—	—	—	—	0,5	0,3
<b>Total</b>	n	297	476	17	99	63	199	732
	%	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborada pelo autor.

É possível perceber pelos dados da tabela 4 que a categoria de *diacríticos* é a que apresenta maiores valores relativos em quase todas as edições, com exceção da de 1829 (exceção que se explica pela aplicação da norma de regularização de diacríticos que não representam nasalidade nessa edição). Essa prevalência de erro em relação a diacríticos pode ser explicada com base em dois aspectos. Primeiramente, porque há, a par dos acentos agudo, grave e circunflexo (os quais não representam nasalidade), um quarto elemento na edição *princeps*, com aspecto de arco aberto para a direita sobrescrito: houve muita oscilação entre os editores no tratamento dado a esse sinal gráfico, que era transcrito ora como acento agudo ora como grave (assumiu-se no presente estudo que se trata de um alógrafo do acento grave). Em segundo lugar, os diacríticos são formas com pouquíssima substância gráfica, o que certamente deve ter levado os editores ou a não enxergarem as formas na sua completude (interpretaram como agudo o que era circunflexo), ou a sequer constatarem sua presença. Modernamente, com a existência de fac-símiles com imagem em alta resolução, esse segundo problema há de ter menor impacto em novas edições. No caso de R-II, como a questão de diacríticos foi anulada pela norma, a categoria mais frequente foi outra: a de *pontuação*. É bem possível que se trate de questão também motivada pela pouca substância gráfica dos sinais dessa categoria.

Curiosamente, a segunda categoria mais comum variou bastante entre as edições. No caso de R-I, em ambas as edições a segunda categoria mais frequente de erro foi a *gráfica*. Percebe-se, nesse ramo, uma influência clara de *padrões gráficos mais modernos* do que o da época em que a obra foi escrita (final do séc. XVI), com especial menção à questão das vogais duplas tão comuns nas palavras estrangeiras na edição *princeps* que foram recorrentemente reescritas como vogal única com acréscimo de diacrítico: cf., p. ex., *Bramaa* (1614, f. 256vb8) × *Bramá* (1678, p. 348a)<sup>25</sup>. No caso de R-II, a segunda categoria

<sup>25</sup> Como essa alteração não foi sistemática, não pode ser considerada como uma norma, devendo ser interpretada propriamente como erro.

mais frequente são, na verdade, quatro categorias empatadas: *diacrítico* (mas relativo à representação de nasalidade, para a qual não era aplicada a norma seguida na edição: registrou-se *possão* [1829, v. 3, p. 98], em vez de *possaõ*), *gráfica* (relativa a consoante dobrada: registrou-se *tyrano* [1829, v. 2, p. 306], em vez de *tyranno*), *fônica* (registrou-se *seroos* [1829, v. 2, p. 327], em vez de *iseroos*<sup>26</sup>) e *morfológica* (referente a advérbio: registrou-se *větura* [1829, v. 3, p. 43], em vez de *věturas*). No caso de R-III, a segunda mais frequente foi de *separação vocabular*: os erros dizem respeito essencialmente a casos de translineação, em que o editor de 1952-53 não seguiu um padrão regular diante do fato, ora transcrevendo com forma única ora como forma separada: cf., p. ex., *por|que* (1614, f. 285ra36-37) = *porque* (1952-53, v. 2, p. 600) mas *por|que* (1614, f. 288rb39-40) = *por que* (1952-53, v. 2, p. 612). Como a ed. de 2010 tomou a de 1952-53 (através da reimpressão de 1983) como modelo, ela acabou repetindo a mesma inconstância diante do fato em boa parte dos casos. Por fim, no caso de R-IV, há diferença entre as edições desse ramo. Na ed. de 1984, a segunda categoria mais frequente é a de *pontuação*, provavelmente influenciada pela questão da pouca substância gráfica do sinal, mas, na ed. de 1998, a segunda mais frequente é a *lexical*, provavelmente pela peculiaridade de como foi confeccionada, adotando-se reconhecimento ótico, o que, como já se comentou, criou padrões peculiares de erro, que provavelmente não ocorreriam se tivesse sido um registro fundamentalmente mediado por pessoa, e não por máquina (para essa distinção, cf. Cambraia, 2005, p. 177-181).

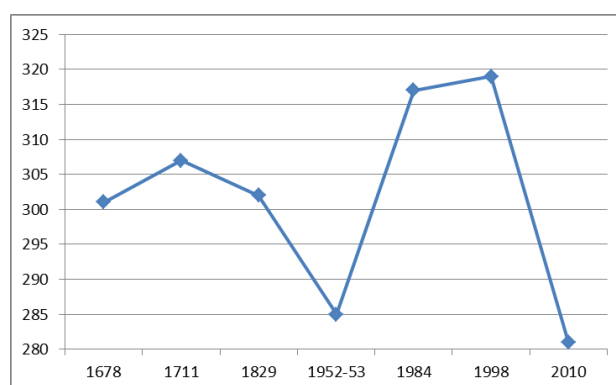
Com exceção da ed. de 1998, fica bastante patente como todas as demais edições apresentam baixa frequência de erros que repercutem mais fortemente no conteúdo da obra (morfológicos, lexicais e textuais). Como já mencionado, todas elas consistem em edições conservadoras, em que houve decisão deliberada de não intervir sistematicamente na forma genuína do texto (diferentemente de como acontece, p. ex., nas edições com modernização linguística). Em termos de preservação de formas genuínas (desconsiderando-se as intervenções por normas), fica bastante evidente como a ed. de 1829 é notável em termos de fidelidade ao modelo (com apenas 17 erros), sendo seguida pela de 2010 (com 63) e, por fim, pela de 1952-53 (com 100). A ed. de 2010 cumpriu efetivamente o objetivo de realizar uma edição com a correção de erros da ed. de 1952-53 (através da consulta à reimpressão de 1983). Não se pode deixar de lembrar, no entanto, que a presente avaliação toma como referência apenas a amostra analisada.

Chega-se, por fim, ao tema principal deste trabalho: as conjecturas nas edições da *Peregrinação*.

A hipótese de trabalho que se propôs a testar neste estudo é a de que o progresso da crítica textual do séc. XVII (época da edição *princeps*) para o séc. XXI (época presente) impactou nas edições de *Peregrinação* na forma de redução da prática de conjectura. Representando os dados de conjectura com números absolutos da tabela 2 em forma de gráfico, tem-se o seguinte na linha do tempo<sup>27</sup>:

<sup>26</sup> Este caso específico poderia ser também interpretado como omissão por conjectura, já que não há outra ocorrência da forma *iseroos* na edição *princeps*... Deve-se assinalar, no entanto, que não é totalmente segura a interpretação de que a forma inicial (*i-*) seja propriamente uma letra, pois poderia ser também marca de tipo.

<sup>27</sup> Neste gráfico, diferentemente das tabelas deste estudo, os dados são apresentados na linha do tempo simples, e não considerando cada ramo: assim, a ed. de 2010 foi situada depois da de 1998.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 1 – Conjecturas nas edições de *Peregrinação* na linha do tempo.

Os dados apurados *confirmam a hipótese de trabalho*, uma vez que o número de conjecturas na amostra analisada é maior na edição inicial, de 1678 (301 ocs.), do que na edição final, de 2010 (281 ocs.). Mas há dois aspectos que mostram certa relatividade nesse resultado. Primeiramente, a diferença entre o ponto inicial e o ponto final é bastante pequena: nos 1069 lugares críticos da amostra, a diferença é apenas de 20 conjecturas entre a ed. de 1678 e a de 2010 (diminuição de apenas 6,6%). Em segundo lugar, não houve uma tendência regular ao longo da linha do tempo: da ed. de 1952-53, com 285 ocs., saltou-se para 316 ocs. na ed. de 1984, ou seja, houve aumento de 31 ocs. (10,9%), o que foi seguido de leve aumento de 3 ocs. na ed. de 1998, resultando em 319 ocs.

Convém analisar mais qualitativamente os casos de conjectura para se compreender as mudanças constatadas.

Uma primeira análise pode ser feita com base nas já mencionadas quatro categorias aristotélicas:

Tabela 5 – Conjecturas nas edições da *Peregrinação* na amostra de 1069 lugares críticos por tipo.

	R-I		R-II		R-III		R-IV	
	1678	1711	1829	1952-53	2010	1984	1998	
<b>Adição</b>	n	138	142	143	136	139	145	146
	%	45,8	46,3	47,4	47,7	49,5	45,9	45,8
<b>Omissão</b>	n	37	39	35	32	31	42	43
	%	12,3	12,7	11,6	11,2	11,0	13,3	13,5
<b>Substituição</b>	n	120	120	118	110	105	123	124
	%	39,9	39,1	39,1	38,6	37,4	38,9	38,9
<b>Alteração de ordem</b>	n	6	6	6	7	6	6	6
	%	2,0	2,0	2,0	2,5	2,1	1,9	1,9
<b>Total</b>	n	301	307	302	285	281	316	319
	%	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborada pelo autor.

Uma particularidade que se constata nos dados da tabela 5 é o fato de predominarem as conjecturas de adição sobre as demais, diferenciando-se assim da situação verificada no caso dos padrões de erros, em que a substituição foi a categoria mais comum (cf. tabela 3). A substituição, no entanto, continua se destacando, já que é a segunda mais frequente no caso de conjecturas.

As diferenças entre as tabelas 3 (relativa a erros) e 5 (relativa a conjecturas) são bastante interessantes, porque mostram uma certa contradição. Os dados da tabela 3

atestam a taxa em que diferentes tipos de erros ocorrem no processo de transmissão, já que as edições analisadas são efetivamente novos capítulos desse processo no que se refere à *Peregrinação*. Tomando-se essa taxa como referência, era de se supor que as conjecturas deveriam apresentar taxas parecidas, já que, se a forma genuína de um dado texto sofre uma taxa específica de alterações, seria de esperar que as conjecturas, para restituírem a forma genuína, apresentassem taxa semelhante de intervenções. Mas não é o que acontece. Veja-se abaixo uma tabela comparativa entre as taxas médias de diferenças (no caso de adição e omissão, por se tratarem se processos reversos, foram invertidos em relação a erro e conjectura):

Tabela 6 – Taxas médias de diferenças nas edições da *Peregrinação* na amostra de 1069 lugares críticos.

	Erro		Conjectura	Diferença
<b>Adição</b>	13,8%	<b>Omissão</b>	12,2%	-1,6 p.p.
<b>Omissão</b>	31,2%	<b>Adição</b>	46,9%	+15,7 p.p.
<b>Substituição</b>	51,5%	<b>Substituição</b>	38,8%	-12,7 p.p.
<b>Alteração de ordem</b>	3,6%	<b>Alteração de ordem</b>	2%	-1,6 p.p.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os dados da tabela 6 mostram que há grandes diferenças entre a taxa de erro por omissão e a conjectura por adição (sua correspondente reversa), que é de 15,7 p.p. em favor desta última, e entre a taxa de erro por substituição e conjectura por substituição, que é de 12,7 p.p. em desfavor desta última. Isso significa que os editores fazem mais adições do que, em tese, deveriam, mas fazem menos substituições do que, também em tese, deveriam. *Há, portanto, um descompasso entre os padrões em que os erros ocorrem e os em que as conjecturas são feitas...*

Para buscar compreender essa discrepância, convém analisar as conjecturas mais detalhadamente, considerando o nível linguístico afetado, tal como se vê pelos dados da tabela que se segue:

Tabela 7 – Conjecturas nas edições da *Peregrinação* na amostra de 1069 lugares críticos por nível linguístico.

		R-I		R-II		R-III		R-IV	
		1678	1711	1829	1952-53	2010	1984	1998	
<b>Separação vocabular</b>	n	130	133	137	133	134	137	138	
	%	43,2	43,3	45,4	46,7	47,7	43,4	43,3	
<b>Diacrítico</b>	n	2	1	1	1	1	2	2	
	%	0,7	0,3	0,3	0,4	0,4	0,6	0,6	
<b>Pontuação</b>	n	16	15	15	15	15	15	16	
	%	5,3	4,9	5,0	5,3	5,3	4,7	5,0	
<b>Gráfica</b>	n	10	10	7	8	5	10	10	
	%	3,3	3,3	2,3	2,8	1,8	3,2	3,1	
<b>Fônica</b>	n	121	122	120	112	111	127	127	
	%	40,2	39,7	39,7	39,3	39,5	40,2	39,8	
<b>Morfológica</b>	n	9	12	9	8	8	13	13	
	%	3,0	3,9	3,0	2,8	2,8	4,1	4,1	
<b>Sintática</b>	n	0	0	0	1	0	0	0	
	%	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	
<b>Lexical</b>	n	12	13	12	6	6	11	12	
	%	4,0	4,2	4,0	2,1	2,1	3,5	3,8	
<b>Textual</b>	n	1	1	1	1	1	1	1	
	%	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,3	0,3	
<b>Total</b>	n	301	307	302	285	281	316	319	
	%	100	100	100	100	100	100	100	

Fonte: Elaborada pelo autor.

FLP 25(1)



Os dados da tabela 7 evidenciam que as duas conjecturas mais comuns foram, em primeiro lugar, as de *separação vocabular* e, em segundo lugar, as *fônicas*.

No caso da *separação vocabular*, as conjecturas buscaram corrigir as ocorrências de *hipossegmentação* (ausência de espaço em branco entre duas ou mais palavras de classes que são sistematicamente escritas separadas) e *hipersegmentação* (presença de espaço em branco no interior de uma palavra que é sistematicamente escrita de forma una) na edição *princeps*. Por vezes, houve casos em que o espaço em branco aparece deslocado (cf., p. ex., *r eynode* [1614, f. 242vb8], em vez de *reyno de*), a que se pode chamar aqui de *transsegmentação*. Um aspecto interessante em relação a separação vocabular é que a maioria absoluta de conjecturas foi igualmente realizada em todas as edições analisadas: 128 (111 referentes a *hipossegmentação*; 12, a *hipersegmentação*; e 5, a *transsegmentação*).

No caso das *fônicas*, as conjecturas buscaram corrigir sobretudo as inversões de tipo, mas não apenas. Também nessa categoria se constataram casos de conjectura igualmente realizada em todas as edições analisadas: 102 (39 referentes a tipo invertido e os demais por razões diversas).

As duas menos comuns foram, nessa ordem, as *sintáticas* e as *textuais*.

Houve apenas um caso constatado de conjectura *sintática*: para a sequência *pouca ha* (1614, f. 106va10), o autor da ed. de 1952-53 adotou *ba pouco* (V. 1, p. 518), enquanto os demais editores se satisfizeram apenas com a mudança do morfema flexional (cf. *pouca ha*), decisão esta acertada, já que há outra ocorrência de *pouco ha* com valor temporal na edição *princeps* (1614, f. 259ra27).

Também apenas um foi o caso de conjectura *textual*, igualmente realizada em todas as edições: trata-se da omissão de repetição do trecho *no modo das suas repostas no modo das suas repostas* (1614, f. 149ra33-35).

As cinco categorias intermediárias apresentaram padrões variáveis.

As conjecturas referentes a *diacríticos* (que não têm impacto fônico ou lexical) foram raras. Uma diz respeito à supressão de til repetido (cf. *acharão*, 1614, f. 9rb37), realizada em todas as edições, mas com variação de qual foi o suprimido (o primeiro sinal nas eds. de 1678, 1711, 1984 e 1998; o segundo nas de 1829 e 1952-53; e regularizado como primeiro por norma na ed. de 2010). Outra se refere ao elemento *até* (1614, f. 156ra6), que consiste, por força do contexto, em sequência da preposição *a* e do pronome oblíquo de 2ª pessoa *te*: por se tratar de pronome, os autores das eds. de 1678 (p. 195a), 1984 (p. 353) e, por consequência, 1998 não apenas adicionaram o espaço branco como também suprimiram o diacrítico, que nunca ocorre sobre esse pronome na edição *princeps*. O editor de 1711 manteve a supressão feita na de 1678, mas, talvez por erro de composição, reuniu o que o anterior tinha separado (cf. *ate*, p. 189a); o de 1829 fez a separação, mas suprimiu em função da norma que seguia para diacríticos (cf. *a te*, v. 2, p. 191); o de 1952-53 simplesmente manteve a forma errada (cf. *até*, v. 2, p. 12); e o de 2010 fez a separação, mas manteve o diacrítico (cf. *a té*, p. 430), apesar de, como já dito, não haver nenhuma ocorrência desse pronome com diacrítico na *princeps*.

As conjecturas que dizem respeito a *pontuação* foram relativamente numerosas. Por um lado, o sistema de pontuação presente na edição *princeps* é bastante variável, o que poderia fazer pensar que todas as diferenças seriam erros. Entretanto, é possível perceber três situações em que haveria ação deliberada de tentar ajustar a padrões específicos. A primeira está relacionada a enumerações, que na obra tem seus elementos separados por vírgulas de forma bastante sistemática: há duas ocorrências desse tipo (cf.

... *cochomilba, roçamalba açafirão, cacho...*, 1614, f. 210ra14-15, e *...myntas vacas veados, e porcos...*, 1614, f. 297rb22) e todas as edições acrescentaram vírgula (após *roçamalba* e *vacas*). A segunda situação se refere a limite de período: (a) ocorre eventualmente vírgula no final de período de capítulo (1614, ff. 27va35, 37va38 e 98va40)<sup>28</sup> ou no final de período antes de maiúscula (ff. 106va19, 123va18, 124rb15, 198vb15, 264va22, 271rb18, 282rb26 e 285ra15), caso em que a conjectura foi substituir o sinal por ponto; e (b) ocorre ponto no meio de período (ff. 71va40 e 271rb38), caso em que a conjectura foi suprimir o sinal. A terceira é a presença de ponto no interior de algarismo romano (1614, XXIII, f. 24vb22), suprimido em todas as edições. No total, em 15 casos houve conjectura no mesmo ponto em todas as edições analisadas. A única diferença em termos de fazer ou não a conjectura se refere ao trecho *...matar com hũa espada que lhe viera do Ceo, Passada assi esta noite...* (1614, f. 198vb15), em que se tem claramente limite de período seguida de maiúscula após *Ceo*, mas as eds. 1829, 1952-53, 2010 e 1984 não substituíram a vírgula por ponto, como se constata nas eds. 1678 e 1998<sup>29</sup>.

As conjecturas gráficas, apesar de poucas, apresentaram grande variação entre as edições. Essas conjecturas se distribuem em quatro categorias. Primeiramente, as referentes a vogais dobradas (cf. 1614, *quue*, f. 146va22; *trees*, f. 154rb32; *lbees*, f. 164va11; *taambem*, f. 259va30; e *disseessem*, f. 288va3), que foram reduzidas a uma única em certas edições. Em 4 edições (1678, 1711, 1984 e 1998), a redução foi categórica, mas, em três, houve algumas manutenções: 1829, *trees* (v. 2, p. 185) e *lbees* (v. 2, p. 222); 1952-53, *trees* (v. 1, p. 740); e 2010, *trees* (p. 426), *taambem* (p. 689) e *disseessem* (p. 759). Em segundo lugar, as referentes a cedilha (cf. 1614, *cumbayas*, f. 51vb12; *acucar*, f. 220vb38; e *criãcas*, f. 235rb2): apenas no segundo item houve conjectura igual em todas as edições, pois, nos outros dois, houve variação de procedimento quando não se fez a substituição de *c* por *ç*: 1678, *crianças* (p. 293a); 1711, *çumbayas* (p. 62b30); 1952-53, *sumbayas* (v. 1, p. 258); e 2010, *cumbayas* (p. 164). Terceiramente, há a questão do apóstrofo: na ed. *princeps* ocorre *D'abul* (1614, f. 8rb35), que é modificado para *Dabul*, em todas, exceto na de 1952-53 (v. 1, p. 48), modificação que se justifica por não se tratar de preposição no início do topônimo. Por fim, há uma questão interessante, que é a de substituição de *n* por *m*: a forma *Xeminde Çatão* (1614, f. 245ra29) é claramente um caso de hipossegmentação, já que o *de* é preposição, como se vê nas outras 13 ocorrências do mesmo antropônimo (p. ex., *Xemim de Çatão*, 1614, f. 245ra39, que é na mesma coluna em que ocorre a forma hipossegmentada). A par das edições que simplesmente mantiveram a forma hipossegmentada (1952-53, v. 2, p. 418; e 2010, p. 652), houve as edições que aplicaram a conjectura de separação apenas (1829, v. 3, p. 132; 1984, p. 548; e 1998) e as que aplicaram, além da separação, a substituição da nasal (1678, p. 305b; e 1711, p. 297b). Esta última vertente, que é a das mais antigas, foi mais coerente, já que não há nenhum caso de *-in* em posição de final de palavra na *princeps*: aquelas edições que somente aplicaram a separação, acabaram criando um padrão inexistente na própria *princeps*.

As conjecturas morfológicas apresentam proporções um pouco menores do que as gráficas, havendo também certa variação entre as edições: apenas 5 das constatadas foram unânimes entre elas. Uma particularidade da maioria das conjecturas morfológicas é o fato de que são legitimadas por fatores sintáticos, como o de concordância: cf. ... *sobre*

<sup>28</sup> A presença de vírgula em final de capítulo poderia ser, na verdade, até mesmo forma genuína, se se considerar, como interpretou Monteiro (1952, v. 1, p. 8), que a *Peregrinação* inteira seria originalmente “um infundável parágrafo” e que os títulos foram incluídos apenas após o término completo da obra (Cabraia; Cunha, 2023).

<sup>29</sup> No caso da ed. de 1711, a omissão do ponto foi interpretada aqui como erro, e não como conjectura.

*este tão importante empresa...* (1614, f. 238vb26), em que se modificou unanimemente nas edições analisadas *este* para *esta* em função da concordância de gênero com *empresa*. Em certos casos, mesmo havendo exigência sintática, certos editores não realizaram a conjectura: cf. ... *assentados nestes parecer...* (1614, f. 238va33), em que as eds. de 1678, 1711, 1952-53 e 2010 não retificaram *nestes* para *neste*, o que parece ter sido um lapso. Embora haja casos em que todas as edições realizaram conjectura, nem sempre ela foi na mesma direção: cf. ... *pela aspereza assi da serranias como do tempo...* (1614, f. 272vb9), em que as eds. de 1678 e 1711 modificaram *da* por *de*, mas as eds. de 1829, 1952-53, 2010, 1984 e 1998 optaram por *das*, o que é mais adequado, já que há outros casos de omissão por influência do som sibilante da palavra seguinte: cf. ... *todas a cento...* (1614, f. 272vb9), em que a eds. de 1678 e 1952-53 não realizaram nenhuma modificação em relação ao *a*, mas as cinco demais alteraram adequadamente para *as*. Há casos de maior hesitação, porque parecem estar relacionados a variação linguística: cf. ... *esperay ate que vos digo o que esta gente quer determinar de vós...* (1614, f. 91rb28), em que as eds. de 1678, 1711, 1952-53, 1984 e 1998 modificaram o indicativo *digo* para o subjuntivo *diga*, mas as eds. de 1829 e 2010 mantiveram a forma original – como há outras ocorrências de *ate que* com indicativo para exprimir circunstância futura (cf. ... *se ensina a todos os moços ociosos a que se não sabe pay [...] ate que por suas mãos podẽ ganbar suas vidas...* [1614, f. 132va26]), parece adequado considerar que a forma de indicativo seria efetivamente a genuína.

Por fim, há as conjecturas *lexicais*, que apresentam proporções semelhantes às morfológicas. Também em apenas 5 casos as conjecturas foram unânimes entre as edições. A maior parte das conjecturas lexicais diz respeito a casos de repetição de item lexical, que foi eliminada: cf. ... *os mais dos que que governamos...* (1614, f. 302va21), em que o segundo *que* foi eliminado em todas as edições. Um caso interessante é o de ... *cõ razões tão tão claras...* (1614, f. 283va30-31), em que apenas ed. de 2010 optou por manter a repetição (mas não nos outros casos de repetição com outras formas), mesmo se tratando de um caso em que a repetição ocorreu no contexto de translineação, que é um dos que mais favorecem esse tipo de erro. De todas as conjecturas lexicais, há apenas três que são mais substanciais: ... *daua com a cabaça encima nas ameyas da torre...* (1614, f. 130va33), ... *o sangue as afagou a todas...* (1614, f. 187rb5-6) e ... *hũ muro de cantaria muyto a Lũa...* (1614, f. 196rb40). No primeiro caso, houve grande oscilação, com as eds. de 1678, 1952-53 e 2010 mantendo *cabaça*, mas as demais (1711, 1829, 1984 e 1998) modificando para *cabeça*; no segundo também, com as de 1952-53 e 2010 mantendo *afagou*, mas as demais (1678, 1711, 1829, 1984 e 1998) alterando para *afogou/affogou*; e, por fim, no terceiro, as eds. de 1952-53 e 2010 mantiveram *a Lũa*, mas as demais (1678, 1711, 1829, 1984 e 1998) modificaram para *alua/alva*. No primeiro caso, parece adequada a conjectura, porque não há nenhuma outra ocorrência de *cabaça* no texto e as letras *a* (em sua forma clássica com gancho superior) e *e* apresentam semelhança formal (o *a* em sua forma clássica corresponde basicamente ao *e* invertido), o que terá motivado o lapso de composição. No segundo caso, está claro que, por se tratar de uma cena de violência, a forma *afagou* não se justifica, sendo adequada a conjectura para *afogou*, sobretudo por se tratar de cena em que as personagens estavam envoltas em líquido (o sangue). Por fim, a terceira é mais complexa, porque não há nenhuma ocorrência do substantivo *cantaria* associado ao adjetivo *alva* no texto, mas a expressão *cantaria muyto a Lũa* destoa dos padrões do texto, já que a interpretação de *a Lũa* como “a modo da lua” ou “como a lua”, ou seja, “branca” enfrenta dificuldade por não ocorrer em alguma outra passagem. Há, aliás, outra confusão entre *alua* e *a Lũa*: na passagem ... *sendo ja passado meyo quarto da lũa...* (1614, f. 171rb1), curiosamente todas as sete edições analisadas mantiveram como tal, mas há outras edições, como a de Neves Águas (Pinto, 1995, v. 2, p. 58), que

FLP 25(1)

propuseram a conjectura de *quarto d'alva* para o caso em questão, pois tal expressão é bastante comum na obra (1614, ff. 33va31, 34rb8-9, 68va18 e 147va21)<sup>30</sup>. Esse dado sugere que realmente a expressão *cantaria muyto a Lũa* deveria ser corrigida para *cantaria muyto alua*, tal como fizeram as eds. de 1678, 1711, 1829, 1984 e 1998.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento de uma abordagem quantitativa de análise de edições, aqui chamada de *editometria*, tomando como objeto de estudo oito edições (1614, 1678, 1711, 1829, 1952-53, 2010, 1984 e 1998) da obra quinhentista *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, e enfocando especificamente as conjecturas realizadas pelos editores. Testou-se a hipótese de que o progresso da crítica textual do séc. XVII (época da edição *princeps*) para o séc. XXI (época presente) terá impactado nas edições de *Peregrinação* na forma de redução da prática de conjectura: essa hipótese foi confirmada, uma vez que *o número de conjecturas na amostra analisada é maior na edição inicial, de 1678, do que na edição final, de 2010*.

Considera-se aqui, no entanto, que a redução de conjecturas, embora evidencie uma maior abertura para reconhecer a variação linguística como componente da forma genuína dos textos, gera certa discrepância em relação ao processo de reconstituição da forma genuína do texto: verificou-se, p. ex., que, apesar de a taxa média de erro por substituição constituir 51,5% dos erros, a taxa média de substituição por conjectura representa apenas 38,8% dessas intervenções, ou seja, haveria um déficit de substituições por conjectura, uma vez que os editores fazem correção por substituição em taxa menor do que a em que os erros desse tipo acontecem. *Há, portanto, um descompasso entre os padrões em que os erros ocorrem e os em que as conjecturas são feitas*.

Os dados deste estudo, embora se restrinjam a uma amostra, evidenciam que a conjectura é realmente uma atividade complexa no processo de edição: a existência de variação entre as edições tanto em termos de aplicação ou não de conjectura, quanto em termos da forma conjectural proposta, mostra que é necessário informar explicitamente para o consulente cada caso de conjectura realizado, para que este possa utilizar a edição com segurança. Isso significa que a adoção pura e simples de expressões como “correção de erros óbvios”, que é prática corrente, é insuficiente para externalizar para o consulente quais foram as intervenções realizadas pelo editor. Se os erros fossem realmente tão óbvios, todos os editores teriam realizado a mesma conjectura, mas viu-se aqui que isso não ocorreu (apesar de ter havido efetivamente muitos casos em que todos os editores fizeram a mesma conjectura). Se, por um lado, a conjectura não é apenas uma prerrogativa do editor, mas mesmo sua obrigação, caso se tenha proposto a reconstituir a forma genuína do texto editado, já, por outro lado, essa intervenção, sobretudo em edições monotestemunhais, é fortemente dependente do juízo do editor. A solução mais apropriada para esse dilema parece ser, não a abdicação total de realização de conjectura, mas sim a explicitação de toda a qualquer conjectura feita, e não apenas de referência geral a elas nas normas.

---

<sup>30</sup> Este dado não entrou no corpus da amostra analisada, porque a ed. de 1998 apresentou a mesma forma da ed. de 1614.

**REFERÊNCIAS**

- Avalle D'AS. Principi di critica testuale. Rist. 2.<sup>a</sup> ed. rived. e corr. Roma/Padova: Antenore; 2002.
- Blecua A. Manual de crítica textual. Madrid: Castalia; 1990.
- Cambraia CN. Contributo para uma gramática do português clássico: a linguagem da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto. In: Congresso Nacional da ABRALIN, 2. Florianópolis, 25-27 fevereiro 1999. Anais [...]. Florianópolis: Abralín; 2000. p. 1355-1362.
- Cambraia CN. Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
- Cambraia CN. Encruzilhadas do editor: diferenças na tomada de decisão na edição crítica e na edição interpretativa. Calíope. 2019;36:4-23. [citado 03 fev. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.17074/cpc.v2i38.28853>.
- Cambraia CN. Edição paleográfica sinóptica da tradição latino-românica da obra de Isaac de Nínive: uma fonte para os estudos românicos. In: Fachin PRM, Monte VM, organizadores. Pesquisas em andamento: caminhos pela filologia e pela história e historiografia do português. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; 2020. p. 7-23. [citado 03 fev. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/9786587621104>.
- Cambraia CN, Cunha ELTP. Atribuição de autoria em discussão: o caso dos títulos dos capítulos da Peregrinação. Confluência. 2023;64:65-130. [citado 03 fev. 2023] Disponível em: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n64.1311>.
- Cambraia CN, Laranjeira MB. Tipologia dos erros na tradição latina do Livro de Isaac. Calígrama. 2010; 15:7-48. [citado 03 fev. 2023]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17851/2238-3824.15.2.7-48>.
- Dias JJA. Muitas e muito estranhas cousas que viu e ouviu...: o primeiro século de edições da Peregrinação. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar; 2016.
- Duarte LF. Breviário de termos da crítica textual. In: Duarte LF. Os palácios da memória: ensaios de crítica textual. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; 2019. [citado 03 fev. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1616-2>.
- Faria FL. As muitas edições da “Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto. Lisboa: Academia Portuguesa da História; 1992.
- Garcia JM. Apresentação. In: Pinto FM. Peregrinação de Fernam Mendez Pinto. Edição fac-similada. Maia: Castoliva; 1995. p. 7-18.
- Pinto FM. Peregrinação de Fernam Mendez Pinto [...]. Lisboa: Pedro Crasbeeck; 1614. [citado 03 fev. 2023]. Disponível em: <http://data.onb.ac.at/rep/104A70DB>.
- Pinto FM. Peregrinação de Fernam Mendez Pinto [...]. Lisboa: Antonio Craesbeeck; 1678.
- Pinto FM. Peregrinação de Fernão Mendez Pinto [...]. Lisboa: Joseph Lopes Ferreyra; 1711. [citado 03 fev. 2023]. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=5SjpfkMtM5sC>.
- Pinto FM. Peregrinação de Fernão Mendez Pinto. Nova edição conforme á primeira de 1614. Lisboa: Typographia Rollandiana; 1829. 4 v. [citado 03 fev. 2023]. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=cxBFAQAAMAAJ>.
- Pinto FM. Peregrinação = Peregrinação. Versão integral em português moderno por Adolfo Casais Monteiro. Lisboa, Rio de Janeiro: Sociedade de Intercâmbio Cultural Luso-Brasileiro; Casa do Estudante do Brasil; 1952-1953. 2 v. [citado 03 fev. 2023]. Disponível em: <http://purl.pt/26736>.

Pinto FM. Peregrinação de Fernão Mendes Pinto e Itinerário de António Tenreiro, Tratado das Cousas da China, Conquista do Reino de Pegu. Introd. de Aníbal Pinto de Castro. Porto: Lello & Irmão; 1984.

Pinto FM. Peregrinação. Edição cotejada com a 1.<sup>a</sup> edição de 1614. Lectura actualizada, introdução e anotações de Neves Águas. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Europa-América; 1995. 2 v.

Pinto FM. Peregrinação. In: Biblioteca Virtual dos Autores Portugueses. Coordenação científica de Ivo Castro, Teresa Amado, Cristina Almeida Ribeiro e Paula Mourão. Lisboa: Biblioteca Nacional; 1998.

Pinto FM. Peregrinação. In: Alves JS, diretor. Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: studies, restored portuguese text, notes and indexes. Lisboa: Fundação Oriente/Imprensa Nacional-Casa da Moeda; 2010. Vol. II: Restored portuguese text (restored and revised by Elisa Lopes da Costa).

Roelli P, Macé C. Parvum lexicon stemmatologicum: a brief lexicon of stemmatology. Helsinki: Helsinki University; 2015. [citado 03 fev. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.5167/uzh-121539>.

Xavier MF, Mateus MHM, organizadoras. Dicionário de termos linguísticos. V. 1. Lisboa: Cosmos; [1990].

## *A Dona Pé de Cabra: recensão e edição de testemunho manuscrito*

### *A Dona Pé de Cabra: review and editing of a manuscript testimony*

Davi Lopes Franco \*

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

Cynthia Vilaça \*\*

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é investigar o processo de transmissão do texto *A Dona Pé de Cabra*, presente em livros de linhagens. Expomos, neste trabalho, o resultado da recensão relativa à tradição direta desse texto, a qual se compõe, até o momento, de catorze testemunhos: onze manuscritos e três impressos. O presente artigo dá notícias do que vem sendo desenvolvido no âmbito da pesquisa para a elaboração de uma edição crítica desse texto. A fim de ilustrar o processo de preparação dos testemunhos para a fase de colação, apresentamos, ainda, uma edição diplomática, acompanhada de fac-símile, de um dos testemunhos manuscritos: aquele presente no códice COD-977 da Biblioteca Nacional de Portugal.

**Palavras-chave:** Crítica textual. Edição crítica. Recensão. *Dona Pé de Cabra. Livro de linhagens.*

**Abstract:** The purpose of this article is to investigate the process of transmission of the text *A Dona Pé de Cabra*, present in lineage books. We expose, in this work, the result of the review related to the direct tradition of this text, which is composed, until now, of fourteen testimonies: eleven manuscripts and three printed ones. This article gives news of what has been developed in the field of research for the preparation of a critical edition of this text. In order to illustrate the process of preparing testimonies for the collation phase, we also present a diplomatic edition, accompanied by a facsimile, of one of the manuscript testimonies: the one present in codex COD-977 of the Biblioteca Nacional de Portugal.

**Keywords:** Textual criticism. Critical editing. Review. *Dona Pé de Cabra. Livro de linhagens.*

## 1 INTRODUÇÃO

A motivação inicial para a realização deste trabalho foi a leitura da obra *A Dama Pé de Cabra*, de Alexandre Herculano (1851). Esse texto faz parte do volume *Lendas e*

---

\* Doutorando em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa), Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; davi.franco@letras.ufrj.br

\*\* Professora Adjunta do Departamento de Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa e Filologia do Instituto de Letras da UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; cynthia.uerj@gmail.com

*Narrativas*, de 1851, no qual se encontram diversos textos literários que foram publicados entre os anos de 1838 e 1846.

Na narrativa, a *Dama Pé de Cabra* é uma personagem que se casou com Dom Diogo Lopes, um nobre senhor de Biscaia. A *Dama* era assim chamada, porque tinha um de seus pés forçados, como os de uma cabra. No desenrolar da narrativa, o casal teve dois filhos, Dom Inigo Guerra e Dona Sol. Diversos fatos acontecem, entre eles, a revelação assombrosa a respeito do pé da mulher de Dom Diogo Lopes. Um dia, numa mesa de jantar, o cachorro de Dom Diogo Lopes foi morto pela cadela de sua esposa. Neste momento imprevisível, Dom Diogo se esqueceu da promessa que havia feito à Dama, isto é, a de não se benzer em hipótese alguma. Ao quebrar o juramento, algo extraordinário aconteceu: a Dama foi sumindo pela janela junto com a sua filha; nas palavras do narrador, “como se a houveram queimado” (Herculano, 1851, p. 119).

Na primeira trova da narrativa de Herculano, há uma informação intrigante que foi fundamental para a elaboração do presente trabalho:

Vós os que não credes em bruxas, nem em almas penadas, nem nas tropelias de Satanás, assentais-vos aqui ao lar, bem juntos ao pé de mim e contar-vos-ei a história de D. Diogo Lopes, senhor de Biscaia. E não me digam no fim: << Não pode ser. >> Pois eu sei cá inventar cousas destas?  
**Se a conto, é porque a li num livro muito velho, quase tão velho como o nosso Portugal. E o autor do livro velho leu-a algures ou ouviu-a contar, que é o mesmo, a algum jogral em seus cantares.**  
 (Herculano, 1851, p. 90, grifo nosso).

A partir do fragmento em destaque na primeira trova, uma dúvida foi suscitada. Que “livro muito velho” seria esse que o narrador de Herculano menciona no texto? Será que, de fato, ele existiu ou seria algo apenas ficcional? Com base nesses questionamentos, em busca de respostas, decidiu-se apoiar nos pressupostos teóricos-metodológicos da crítica textual, os quais se fundamentam no fato de que os textos sofrem alterações na medida em que são transmitidos (Cambraia, 2005, p. 1).

Do “livro muito velho”, mencionado por Herculano, identificou-se uma edição intitulada *A dona pee de cabra*, baseada em um livro de linhagens, feita por Nunes (1906)<sup>1</sup>. Essa edição integra uma coletânea de textos arcaicos em língua portuguesa. Além da edição de Nunes (1906), também foi possível identificar outro testemunho. Trata-se de um fac-símile de um testemunho manuscrito. Esse testemunho faz parte do acervo digital da Biblioteca Nacional de Portugal, sob o seguinte registro: Pedro, Conde de Barcelos, ca. 1289-1354, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (disponível em: <http://purl.pt/24165>). Nas informações disponibilizadas pelo arquivo digital, o testemunho manuscrito é datável de entre 1601 e 1700.

Nesse sentido, em Franco, Marcotulio e Erthal (2020), são apresentados os três testemunhos que até aquele momento já tinham sido identificados: a edição de Nunes (1970); a edição de Tavares (1943); e, como contribuição aos estudos filológicos, foi preparada uma edição semidiplomática (acompanhada versão fac-similar) do manuscrito identificado na Biblioteca Nacional de Portugal (1601-1700).

O objetivo geral deste trabalho, portanto, foi o de investigar o processo de transmissão do texto *A Dona Pé de Cabra*, a fim de contribuir com a produção de uma

<sup>1</sup> Esta costuma ser uma edição muito conhecida e indicada por professores de literatura portuguesa.



edição crítica desse texto. Para isso, buscou-se cumprir os seguintes objetivos específicos: identificar os testemunhos do texto e descrevê-los sistematicamente. Além disso, a fim de ilustrar o processo de preparação dos testemunhos para a fase de colação, apresentamos uma edição diplomática de um dos testemunhos identificados: o códice COD-977 da Biblioteca Nacional de Portugal.

Cabe salientar que Mattoso (1980-1983) já havia preparado uma edição crítica dos livros de linhagens como um todo, intitulada *Narrativas dos Livros de Linhagens*. Embora tenha tido acesso a muitos testemunhos desse documento, o autor, na época, concentrou suas investigações em quatro manuscritos para estabelecer sua edição crítica: o *Nobiliário da Ajuda ou do Colégio dos Nobres*; o *Nobiliário da Torre do Tombo*; o Manuscrito do Palácio da Ajuda; e o Manuscrito da Academia das Ciências<sup>2</sup>. Brocardo (2006) também contribuiu com a tradição dos livros de linhagens, preparando a edição do fragmento manuscrito do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (séc. XIV) localizado da Biblioteca da Ajuda, um dos testemunhos também eleitos por Mattoso no processo de estabelecimento da referida edição crítica.

No entanto, neste trabalho, o nosso foco concentra-se em um dos textos presentes no livro de linhagens (*A Dona Pé de Cabra*). Ademais, a edição crítica em preparação contará com o cotejo de testemunhos não usados por Mattoso (1983), o qual reconhece o caráter “não definitivo” do trabalho que publicou:

A edição que apresento não pretende também, de modo algum, representar um trabalho “definitivo”, que, aliás, não creia que exista quando se trata de editar textos, menos ainda se o objetivo da edição é lingüístico.

Começaria por sublinhar que este trabalho se assume como proposta consciente das limitações de vária ordem que sempre constangem o trabalho de edição de textos medievais, limitações que decorrem essencialmente do desconhecimento de muitos aspectos relevantes relativos às circunstâncias específicas de produção do objeto textual que a edição pretende recuperar. (Mattoso, 1980, p. 8).

Com o intuito de identificar mais testemunhos de *A Dona Pé de Cabra*, foi necessário que nossas buscas em acervos e arquivos digitais se fizessem por meio de palavras-chave, como *Livros de Linhagens* e *Conde Pedro de Barcelos*. Nos novos testemunhos que foram identificados, notamos que a menção feita à “mulher que possuía um pé forçado como o de uma cabra” não era a uma “Dama” e sim a uma “Dona”.

De acordo com Cunha (2010, p. 198), a palavra ‘dama’ pode ser definida de uma forma genérica como ‘mulher’ e tem origem na forma francesa *dame* (séc. XIII), a qual, por sua vez, provém do latim *domina*. Já ‘dona’ viria diretamente da forma latina *domina*, a qual se relaciona com o verbo ‘dominar’ e pode significar ‘proprietária’ ou ‘mulher, esposa’ (Cunha, 2010, p. 228). Observamos, portanto, que as escolhas vocabulares se adequam a cada gênero: o texto de Herculano, por ser uma obra de cunho literário e escrita no séc. XIX (contexto do Romantismo), revela a preferência pelo galicismo ‘dama’; o texto encontrado em livros de linhagens, cujo objetivo central é a apresentação da relação genealógica entre membros das famílias nobres da época, apresenta a escolha por um termo mais literal, ‘dona’.

<sup>2</sup> Ressaltamos que, deste material, só tivemos acesso ao *Nobiliário da Torre do Tombo*.

O cerne deste artigo encontra-se organizado, portanto, em três partes: na primeira delas, fazemos uma contextualização histórica da produção dos livros de linhagens e tratamos de características desse gênero textual; na segunda, apresentamos os testemunhos da tradição direta do texto *A Dona Pé de Cabra* identificados até então, assim como dois modelos de fichas usadas para a descrição sistemática de cada um deles; na terceira, expomos o projeto editorial e damos a conhecer a edição diplomática de um dos testemunhos manuscritos.

## 2 LIVROS DE LINHAGENS

Os livros de linhagens consistem em um gênero literário que ficou muito conhecido no passado medieval da Europa, em particular na Península Ibérica (cf. Barros, 2011). Sua importância deve-se ao papel que desempenhou na sociedade da época. Esse gênero tinha como objetivo manter os direitos hereditários dos membros das famílias nobres e dos seus descendentes. Em outras palavras, com os livros de linhagens, seria possível reconstruir socialmente a memória familiar da nobreza feudal, assim como atribuir a um indivíduo a identidade de pertencimento à nobreza.

Durante a pesquisa, foi possível identificar três documentos como fontes dos livros de linhagens, quais sejam: (a) o *Livro Velho* (1282-1290); (b) o *Livro do Deão* (1290-1343); e (c) o *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro de Barcelos* (1340-1343). Os dois primeiros se restringem à identificação das famílias que compunham a aristocracia da Península Ibérica; no terceiro, são acrescentados episódios míticos à apresentação dos aristocratas. A autoria desses livros é anônima ou pouco conhecida, de acordo com Souza (2018). Dos três livros, o *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro de Barcelos* é um dos mais completos; dos outros dois, restam poucos fólios e fragmentos isolados, como o prefácio. Do *Livro Velho* há uma cópia manuscrita, em português, cujos fac-símiles estão disponíveis no repositório digital do Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>3</sup>.

Tendo em vista a importância do *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro de Barcelos*, as próximas linhas deste texto são dedicadas a contextualizar essa obra. Esse documento foi escrito durante a Idade Média, próximo ao ano 1344, por Pedro Afonso, Conde de Barcelos (cf. Souza, 2018). O Conde Dom Pedro de Barcelos, autor<sup>4</sup> do *Livro*, foi filho bastardo do rei Dom Dinis de Portugal com Grácia Aires. Nasceu por volta de 1285 e faleceu em 1354. Teve dois casamentos: o primeiro deles foi com Dona Branca Pires, filha de Dom Pedro Annes de Portel; e o segundo, com Maria Ximenez Coronel, dama do reino de Aragão.

De acordo com Mocelim (2007, p. 10), o Conde Dom Pedro de Barcelos recebeu o seu título “[...] no ano de 1314, estando o rei já envolvido em conflitos com o Infante Afonso, Pedro Afonso recebeu do rei de forma vitalícia o Condado de Barcelos, o único existente no reino português, além do título de Alferes Mor, em 1317.”

<sup>3</sup> Disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=6041555>. [citado 24 abr. 2023].

<sup>4</sup> O conceito de autoria é amplo e complexo dentro da teoria da crítica textual, principalmente, quando há referência ao período medieval. Neste trabalho, não será possível apresentar uma discussão sobre esse conceito. Em trabalhos futuros, pretendemos desenvolvê-lo melhor tendo em consideração o objeto de pesquisa aqui apresentado.

Durante a fase inicial da Guerra Civil que ocorria no reino português, entre 1319 e 1324, Pedro de Barcelos permanecia ao lado de seu pai e, assim, era influenciado pela forma como seu pai agia naquele território. Depois da morte do rei, o Conde, de acordo com Mocelino (2007), ficou conhecido como um homem de muita sabedoria, com grande opinião e valoroso em toda a Espanha.

O *Livro de Linhagens do Conde Pedro de Barcelos* apresenta novidades em relação aos livros/nobiliários anteriores, porque

Amplia a sucessão das casas reais: descrevendo as bíblicas, as da Babilônia, da Pérsia, de Roma, dos reis arturianos, de Castela, de Navarra, da França, e por fim de Portugal. Em seguida, ocupa-se das famílias nobres da Espanha – galegas, castelhanas e biscainhas –, e não só das portuguesas que foram objeto central dos dois livros de linhagens anteriores (LV e LD)<sup>5</sup>. (Barros, 2006, p. 158).

A nobreza foi colocada como pertencente à Espanha. De acordo com Barros (2006), as famílias foram incorporadas dentro de um caráter transnacional e isso reforçava a autonomia das mesmas em relação ao poder régio. Com todas essas inovações, o Conde Pedro de Barcelos inseriu a genealogia portuguesa dentro de um quadro universal e peninsular, o que ressignificou o valor dessas famílias, atribuindo mais prestígio a elas na sociedade. A inserção de outras famílias dentro das novas versões dos livros de linhagens esclarece o porquê de alguns dos testemunhos identificados até o presente momento terem sido escritos ora em português, ora em espanhol: é evidente que essa escolha dependia dos objetivos de quem os redigiu, de onde os redigiu etc.

Quanto às características dos livros de linhagens, Barros (2011) explica que estes devem ser entendidos como um gênero híbrido que envolve duas camadas: a *genealógica* e a *narrativa*.

A camada genealógica se refere à camada do texto que apresenta a genealogia da família. Nessa parte do texto, há um conjunto de nomes que identificam a rede familiar. A função desse tipo de seção dentro do livro é a perpetuação da memória e da história de uma sucessão familiar, apresentando as gerações que possuem um entrecruzamento entre si, como pode ser observado no exemplo a seguir:

- (1) De Dom Dioguo Lopez senhor de Biscaia Bisnetto de Dom fr[ø]m & Como Casou Com huma Molher que achou andand[ø] a Montte aqual CasouComelleCom Condição quenunqua se Benzesse edoquelhe Com ella aconteceo & procede que o linhagem dos senhores que foram de Biscaia. (Franco; Marcotulio; Erthal, 2020, p. 134).

Em (1), tem-se um resumo do que será apresentado ao longo do texto e os nomes dos nobres envolvidos na narrativa (Dom Dioguo Lopez e seu bisavô, Dom From).

Já na camada narrativa, há procedimentos literários construídos, na maior parte das vezes, por uma história principal – a história das famílias – e nela são inseridos

<sup>5</sup> Para Barros (2006), LV corresponde ao *Livro Velho*; e LD, ao *Livro do Deão*. Convém esclarecer, ainda, que a Espanha mencionada na citação não é o país Espanha, como se conhece hoje. Corresponhia a um conjunto de reinos que eram divididos em regiões independentes, como: Galícia, Astúrias, Leon, Castela, Navarra, Aragão e Catalunha (cf. Barros, 2011).

enredos e subenredos. Barros (2011) explica que nesses fragmentos são incorporados: elementos narrativos; episódios míticos; registros com pretensão histórica; anedotas e diversos episódios contados pelas famílias, como explicitado no exemplo (2):

- (2) equando comiaõ Dom Dioguo Lopez esamolher asentaua elle a parsio filho, ellassenta aua apar desi a filha daoutra partte, e humdiafoj elle aseu montte, e matou hum porco muito grande e trouxeo pera casa e ponseo ante si hu sia com sa molher eCom seus filhos lancaram hum osso damesa e Vieram apelejar hum alam e huma podenga sobreelle emtalmaneira quea podenga trauou ao Alam nagarganta e matou o e Dom DioguoLopez quando esto Vio teveo pormilagre, e sinouse, edisse santa MariaVal quem Vio nunquatal Cousa? e saa molher quando o Vio asi sinar lancou maõ dafilha e Do filho e Dom DioguoLopez trauou maõ do filho enaõ lhoquis deixar filhar & ella recudio per humafresta dopaço e foisse pera asmontanhas em guisagueanaõ viram mais nem aa filha. (Franco et al., 2020, p. 136).

Nesse fragmento, nota-se a cena inusitada: no momento em que Dom Diogo Lopes fez o sinal da cruz, descumprindo a promessa feita no início do casamento, sua esposa sumiu por uma janela. Esse é apenas um dos episódios míticos dentro da história dessa linhagem. Ao longo dessa narrativa, muitos episódios são interpolados dentro da apresentação linhagística da família.

Esclarecidos, então, o contexto de produção e o conteúdo dos livros de linhagens, passaremos à apresentação da tradição direta do texto *A Dona Pé de Cabra*.

### 3 A TRADIÇÃO DIRETA DO TEXTO *A DONA PÉ DE CABRA*

A primeira fase do processo de preparação de uma edição crítica é conhecida como *recensão*, a qual compreende a reconstrução da história de transmissão do texto a ser editado. Esse trabalho prevê, naturalmente, a localização e coleta das fontes (ou testemunhos) que compõem a tradição desse texto para futuro cotejo e estabelecimento de relação genealógica entre elas.

A tradição de um texto pode ser de dois tipos: direta, quando composta por testemunhos (manuscritos e impressos) que representam registro literal do texto; e indireta, quando se refere ao conjunto de materiais que indiretamente dão a conhecer o texto a ser editado (por meio de citações, de alusões, de paráfrases, traduções etc.). Graças à relação do texto *A Dona Pé de Cabra* com a obra de Herculano (1851), a sua tradição indireta é bastante diversificada em termos de gêneros textuais, por isso tem merecido um estudo à parte, o qual será apresentado em trabalhos futuros. Neste trabalho, trataremos apenas da tradição direta desse texto.

A busca por manuscritos nos repositórios digitais foi feita a partir de palavras-chave. Em pesquisas anteriores, se havia identificado que o texto da *Dona* estaria presente em livros de linhagens. Sendo assim, “livro(s) de linhagens” foi uma primeira pista para se identificar novos testemunhos. Com base em novas pesquisas, foi possível localizar um novo testemunho, dentro de códice intitulado *Nobiliário de Espanha escrito pelo senhor Conde D. Pedro*, no repositório digital do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Com isso, surgiam novas palavras-chave e o repertório de pistas aumentou.

Por fim, foram localizados onze testemunhos manuscritos e três impressos por meio das seguintes palavras-chave: LIVRO(S) DE LINHAGENS, LINHAGENS, NOBILIÁRIOS, NOBILIÁRIO DA ESPANHA, CONDE PEDRO BARCELOS.

De acordo com Spina (1977, p. 94), o material coletado da tradição direta manuscrita pode ser dividido em duas naturezas diferentes: autógrafos ou apógrafos. Os autógrafos são testemunhos escritos pelo próprio autor; já os apógrafos são as cópias realizadas. Cambraia (2005, p. 63), por sua vez, propõe uma nova classe: a dos idiógrafos, testemunhos preparados por terceiros, mas sob supervisão do autor. No que diz respeito ao texto *A Dona Pé de Cabra*, todos os testemunhos encontrados foram classificados como apógrafos, em razão de evidências paleográficas e históricas.

A seguir, no quadro 1, apresentamos os testemunhos da tradição direta que foram encontrados na pesquisa realizada até o momento:

Quadro 1 – Testemunhos da tradição direta de *A Dona Pé de Cabra*<sup>6</sup>.

TESTEMUNHOS MANUSCRITOS	
Sigla	Identificação do testemunho
A	Biblioteca Nacional de Portugal: cota ALC-313 (fol. 8r-9v). PEDRO, Conde de Barcelos, ca 1289-1354, <i>Livro de Linhagens do Conde D. Pedro</i> , < <a href="http://purl.pt/24165">http://purl.pt/24165</a> >.
B	Biblioteca Nacional de Portugal: cota COD-977 (fol. 100v-101r). GOIS, Damião de, 1502-1574, <i>Livro das linhagens novas de Damião de Goes, que segue ao Conde D. Pedro, que tem cento, e noventa, e cinco folhas com seu alfabeto encadernado como os demais</i> , < <a href="http://purl.pt/24073">http://purl.pt/24073</a> >.
C	Arquivo Nacional da Torre do Tombo: cota Livros de Linhagens, n° 144 (fol. XXXVIr) [cota antiga: CF 144; Armário 15 da Nova Casa da Coroa]. PEDRO, Conde de Barcelos, 1500, <i>Nobiliário de Espanha escrito pelo Senhor Conde D. Pedro</i> , < <a href="https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223188">https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223188</a> >.
D	Arquivo Nacional da Torre do Tombo: cota Livros de Linhagens, n° 148 (fol. 59v-60v) [cota antiga: CF 148]. PEDRO, Conde de Barcelos, 1600, <i>Nobiliário do Conde D. Pedro</i> , < <a href="https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223189">https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223189</a> >.
E	Arquivo Nacional da Torre do Tombo: cota Genealogias Manuscritas, 21-F-37 (fol. 90v-91r) [cota antiga: Gen. 70]. SOUZA, Jorge da Cunha e, 1617, <i>Livro de Linhagens de Portugal</i> , < <a href="https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4500602">https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4500602</a> >.
F	Biblioteca Nacional da Espanha: cota BHDH000010773 (fol. 44r-44v). PEDRO, Conde de Barcelos (ca. 1280-1354); LAVANHA, Joao Baptista (1555-1624). <i>Nobiliário do Conde Dom Pedro, filho d'el Rei Dom Dinis de Portugal [Manuscrito] / ordenado e ilustrado com notas e índices por João Baptista Lavanha, cronista mor de Sua Magestade</i> . < <a href="http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000010773&amp;page=1">http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000010773&amp;page=1</a> >.
G	Biblioteca Nacional de Espanha: cota BDH000023112 (fol. 36r-36v). PEDRO, Conde de Barcelos (ca. 1280-1354). <i>Livro das linhagens [Manuscrito] / Pedro de Portugal, Conde de Barcelos</i> , < <a href="http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000023112">http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000023112</a> >.
H	Biblioteca Nacional de Espanha: cota BDH000073774 (fol. 56r-57v). PEDRO, Conde de Barcelos. <i>Nobreza [Manuscrito]</i> . < <a href="http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000073774">http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000073774</a> >.
I	Biblioteca Nacional de Espanha: cota BDH0000137531 (fol. 24r-25v). PEDRO, Conde de Barcelos (ca. 1289-1354); ZURITA, Jerónimo (1512-1580). <i>O admirável livro dos descendentes dos reis da Espanha ... [Manuscrito] / composto por Don Pedro, filho do rei Dionis; com as anotações de Zurita em suas margens</i> . < <a href="http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000137531">http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000137531</a> >.
J	Biblioteca Nacional de Espanha: cota BDH0000192090 (fol. 22r-22v). PEDRO, Conde de Barcelos (ca. 1289-1354); DIEGO, de Yepes, Bacharel. <i>Genealogia da nobreza da Espanha [Manuscrito] / composta pelo Conde D. Pedro de Portugal; com anotações e adições feitas pelo Lcdo. Diego de Yepes, clérigo</i> . < <a href="http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000192090">http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000192090</a> >.

<sup>6</sup> Em alguns casos, a autoria do testemunho foi atribuída ao refundidor da obra (cf. nota 8), não ao Conde Pedro de Barcelos. No entanto, todos os testemunhos listados foram copiados da obra de Pedro Conde de Barcelos.

K	Biblioteca Nacional de Espanha: cota BDH000010987 (fol. 28v-30v). PEDRO, Conde de Barcelos (ca. 1289-1354). <i>Livro das linhagens da Espanha [Manuscrito] / do Conde Pedro de Portugal, filho do rei</i> . < <a href="http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000010987">http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000010987</a> >.
TESTEMUNHOS IMPRESSOS	
L	NUNES, José Joaquim. <i>Crestomatia Arcaica</i> . Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1906. p. 13.
M	MATTOSO, José (Org.). <i>Narrativas dos Livros de Linhagens</i> . Lisboa: INCM, 1983. p. 66
N	FRANCO, Daví Lopes. <i>Do texto medieval à obra oitocentista de Herculano: uma análise filológica e literária de "A Dama Pé de Cabra"</i> . (Trabalho de conclusão de curso de Português/Literaturas da Faculdade de Letras – UFRJ). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, 2019 <sup>7</sup> . p. 29.

Fonte: Elaborado pelos autores<sup>8</sup>.

Na pesquisa que vem sendo feita para a elaboração de uma edição crítica de *A Dona Pé de Cabra*, foi elaborada uma ficha descritiva para cada testemunho identificado. No que tange aos testemunhos da tradição direta manuscrita, algumas informações expostas nas fichas foram extraídas das descrições arquivísticas, disponibilizadas pelos repositórios digitais que armazenam esses materiais, outras foram produzidas a partir da consulta aos fac-símiles dos manuscritos. Nessas fichas, foram inseridas as seguintes informações: referência baseada em informações disponíveis no repositório digital<sup>9</sup>, localização do documento com seu respectivo link de acesso, cota arquivística, título do texto, refundidor(es)<sup>10</sup>, copista(s), datação, informações codicológicas sumárias e a localização do texto *A Dona Pé de Cabra* dentro do códice.

Como uma forma de ilustrar essas fichas descritivas, no quadro 2, apresentamos a ficha descritiva do testemunho B, *Livro das Linages Novas de Damião Goes, que segue ao Conde D. Pedro*.

Quadro 2 – Ficha descritiva do testemunho B.

1	Referência	GOIS, Damião de, 1502-1574, <i>Livro das linhages novas de Damião de Goes, que segue ao Conde D. Pedro, que tem cento, e noventa, e cinco folhas com seu alfabeto encadernado como os demais</i> , < <a href="http://purl.pt/24073">http://purl.pt/24073</a> >.
2	Localização do documento	Biblioteca Nacional de Portugal <sup>11</sup> , < <a href="http://purl.pt/24073">http://purl.pt/24073</a> >.

<sup>7</sup> Este testemunho teve como base o manuscrito A (cód. ALC-313 da Biblioteca Nacional de Portugal).

<sup>8</sup> Nesta lista, os dados relativos a cada testemunho manuscrito foram organizados de acordo com os seguintes critérios: nome do arquivo/acervo em que se encontra; cota arquivística; localização do texto no códice (fólios inicial e final); nome do autor; datação do texto disponibilizada pelo acervo; título do texto; link para acesso ao documento. Os dados referentes aos impressos foram assim ordenados: sobrenome e nome do autor; título da obra; local de publicação; nome da editora; ano de publicação; página em que a informação sobre o testemunho se encontra na obra listada.

<sup>9</sup> Percebemos que nem sempre a referência coincide com a informação do título que está presente no manuscrito.

<sup>10</sup> Refundidor é aquele que tem a preocupação de refazer o texto. Nos livros de linhagens, é a pessoa que teve a responsabilidade de organizar uma nova versão do texto linhagístico a fim de acrescentar as novas famílias e/ou fazer a reorganização necessária.

<sup>11</sup> De acordo com as referências arquivísticas da Biblioteca Nacional de Portugal, os antigos possuidores deste material eram Castelo Rodrigo e Manuel Caetano de Sousa. Além disso, há um registro de que esse material é uma cópia do original da Torre do Tombo, que hoje está perdido, mas foi autenticada pelo seu Guarda-Mor, Diogo de Castilho Coutinho.

3	Cota arquivística	COD-977
4	Título do códice	Livro das Linhages Novas de Damião Goes, que segue ao Conde D. Pedro.
5	Refundidores	Damião de Gois e Diogo de Castilho Coutinho.
6	Copista	Juan Schorquens.
7	Datação	1616
8	Informações codicológicas sumárias	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 282 fólhos (numerados a lápis);</li> <li>▪ encadernado;</li> <li>▪ texto em coluna única;</li> <li>▪ caractere alfabético inicial com iluminura;</li> <li>▪ título do primeiro capítulo com letras aquareladas em vermelho e dourado;</li> <li>▪ os títulos das linhagens não são numerados;</li> <li>▪ carimbo em várias partes do documento com a identificação da “Biblioteca Nacional de Lisboa”.</li> </ul>
9	Localização de <i>A Dona pé de cabra</i> no códice	[fol. 100v-101v]

Fonte: Elaborado pelos autores.

Também foram feitas fichas descritivas para os testemunhos impressos, as quais contêm as seguintes informações: referência bibliográfica, editor, informações sobre o editor, ano da edição, título do livro, nome atribuído pelo editor ao texto *Dona Pé de Cabra*, fonte manuscrita, breve histórico do documento.

Para efeitos de exemplificação, no quadro 3, encontra-se uma ficha descritiva do testemunho L.

Quadro 3 – Ficha descritiva do testemunho L.

1	Referência bibliográfica	NUNES, José Joaquim. <i>Crestomatia Arcaica</i> . Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1906.
2	Editor	José Joaquim Nunes
3	Informações do Editor	Responsável pela compilação de fragmentos de textos arcaicos da língua portuguesa; pioneiro na recuperação de textos literários portugueses <sup>12</sup> .
4	Ano da edição	1906
5	Título do livro	Crestomatia Arcaica
6	Nome atribuído pelo editor ao texto <i>Dona Pé de Cabra</i>	A dona pee de cabra
7	Fonte manuscrita	IV, <i>Livro de Linhagens</i> , fols. x, R <sup>13</sup> .
8	Breve histórico do documento	O autor do texto publicou em vida a segunda edição desta obra “correcta e aumentada”, com o objetivo de contribuir com a

<sup>12</sup> As informações recolhidas aqui foram retiradas de Cordeniz (2010).

<sup>13</sup> O modelo no qual Nunes se baseia para fazer sua edição se encontra em “IV, *Livro de Linhagens*, fols. x, R”. No entanto, ainda não identificamos essa fonte.

	formação dos alunos na assimilação da lírica galego-portuguesa, oferecendo-lhes uma ferramenta de trabalho <sup>14</sup> .
--	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

A próxima seção dedica-se à apresentação do projeto para a edição crítica de *A Dona Pé de Cabra*.

#### 4 PROJETO EDITORIAL DO TEXTO *A DONA PÉ DE CABRA*

Após a identificação e coleta dos testemunhos, segue a fase conhecida como colação (lat. *collatio*). Spina (1977, p. 95) explica que essa fase consiste no cotejo entre os testemunhos que foram localizados. Para isso, é importante que se tenha edições conservadoras dos testemunhos manuscritos identificados.

No trabalho que aqui descrevemos, as edições conservadoras dos onze testemunhos manuscritos foram do tipo diplomáticas. Para Spina (1977, p. 60), esse tipo de edição deve ser entendido como uma forma de interpretação do original, uma vez que algumas dificuldades de natureza paleográfica são eliminadas.

Tais edições encontram-se acompanhadas dos respectivos fac-símiles dos documentos. Esse tipo de edição contém uma vantagem, porque, de acordo com Toledo Neto (2020, p. 205) “[...] permite a recuperação plena de traços uniformizados [...] como os alógrafos contextuais e a fronteira entre as palavras.” Assim, o leitor que tiver qualquer dúvida em relação ao texto que foi editado poderá recorrer ao fac-símile e fazer a sua própria leitura.

Ao editar um texto manuscrito, sobretudo os mais antigos, é natural que se façam diversas adaptações para ajustar as necessidades de registro às configurações do software para edição de texto de que dispõe o crítico textual. As adaptações são entendidas como intervenções que foram realizadas na edição e denominam-se “critérios de edição”. Toledo Neto (2020, p. 40) explica que os critérios dão ao leitor uma noção da distância entre o modelo e a edição que está sendo apresentada. É evidente que os critérios escolhidos devem ser coerentes com o objetivo da edição e da sua divulgação. Um crítico textual preocupado com a seriedade do seu trabalho entende os critérios de edição e sua divulgação como elementos indissociáveis da sua prática.

A transcrição dos testemunhos listados no quadro 3 pautou-se nos critérios gerais utilizados em *Normas para transcrição de documentos manuscritos para história do português do Brasil*, estabelecidas por uma comissão de pesquisadores durante o *II Seminário para a História do Português Brasileiro*, realizado em Campos do Jordão – SP (Mattos e Silva, 2001, p. 553-555)<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> As informações recolhidas aqui foram retiradas de Cordeniz (2010).

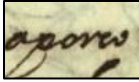
<sup>15</sup> Estamos ciente de que as normas presentes em Mattos e Silva (2001) pretendiam orientar a elaboração de *edições semidiplomáticas* de documentos do Português no/do Brasil. Por essa razão, apenas as utilizamos como base para a elaboração das edições, uma vez que a distância temporal dos nossos documentos é notória e diversas adaptações precisaram ser realizadas.



Os critérios utilizados para a elaboração das edições diplomáticas encontram-se listados a seguir. Sempre que pertinente, a aplicação dos critérios é ilustrada com exemplos retirados das próprias edições.

#### 4.1 Critérios de edição

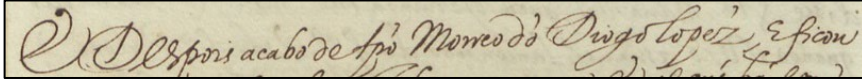
1. Respeitamos a disposição de todos os elementos textuais presentes no manuscrito, como quebras de linhas e espaços entre linhas. Em situações nas quais o editor de texto não permitia esse rigor, adaptações foram feitas e registradas em nota de rodapé na página do respectivo fólio.
2. Informamos a mudança de fólio e face na margem de cabeça, entre colchetes, usando as abreviaturas: <fol.> para fólio, <r> para recto e <v.> para verso.
3. Inserimos, na margem esquerda, numeração das linhas, contando de cinco em cinco, reiniciando a cada fólio.
4. Estabelecemos as fronteiras morfológicas das palavras de acordo com o padrão atual:

Ex.: 

o porco (Test. D, fol. 59v)

5. Mantivemos tal como o modelo:

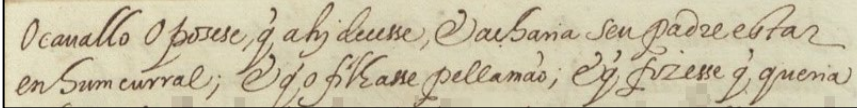
- (a) as maiúsculas e minúsculas tais como se apresentam.

Ex.: 

& Depois a cabo de tpo morreo do' Diogo Lope'z &<sup>16</sup> ficou (Test. B, fol. 100v)


- (b) as capitulares e foram transcritas como letras maiúsculas.

- (c) a pontuação:

Ex.: 

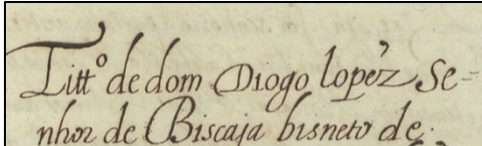
o cauallo o posese, q' ahj deusse, & acharia seu padre estar en hum curral; & q' o filhasse pella mão; & q' foi esse q' queria (Test. B, fol. 100v)

- (d) a acentuação:

Ex.: 

Lá (Test. B, fol. 100v)

- (e) os sinais de separação de sílaba ou de linha:

Ex.: 

Tittº de dom Diogo lopez Se=

<sup>16</sup> Diante da diversidade de documentos, vemos que há um <e> comercial, proveniente da nota tironiana, e escrito de diversas formas nos documentos. Por isso, optamos por realizar as edições unificando todas as notas tironianas com o símbolo <&> por, na maioria dos documentos, ser essa a representação escolhida por quem escreve.

nhor de Biscaja bisneto de (Test. B, fol. 100v)

- (f) a omissão de palavras, sem nenhum tipo de restituição:

Ex.:



fue muger que llamada Dona y. quando comian juntos diego  
(Test. G, fol. 15v)


- (g) os sinais abreviativos:




Ex.: mont<sup>ro</sup> (Test. A, fol. 8v)

Em função das limitações do editor do programa computacional, os recursos abreviativos foram adaptados da seguinte forma:

- (i) para representar o traço de significação geral, inserimos um apóstrofo após a caractere alfabético;

Ex.:  foi transcrito como < q' > (Test. C, fol. XXVI)

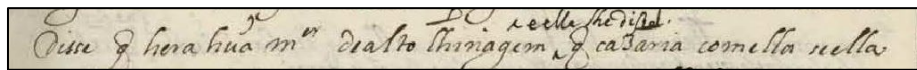
- (ii) a nasalidade foi representada com um til <~> na sobre o caractere alfabético correspondente;

Ex.:  foi transcrito < dõ > (Test. H, fol. 36r)

FLP 25(1)

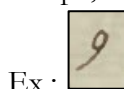
6. Inserções na entrelinha ou nas margens entraram na edição em alinhamento normal entre parênteses uncinados < >, na localização indicada, precedidas por uma seta para cima <↑>, se na entrelinha superior, ou para baixo <↓>, se na inferior.

Ex.:



disse q' hera hũa m<sup>er</sup> de alto lhiñagem <↑e elle lhe disse > q' casaria com ella se ella  
(Test. F, fol. 44r)

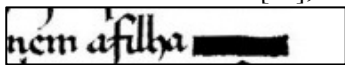
7. Intervenções de terceiros no documento original foram inseridas em nota de rodapé, informando-se a localização.



Ex.: Nota: "Há a marcação de numeração '9' no canto direito superior do fólio."  
(Test. A, fol. 8r)

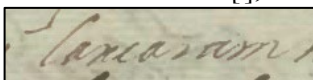
8. Palavras ou letras que não puderam ser transcritas, seja por problemas no suporte, seja por leitura de difícil decifração, foram representadas por:

(a) asterisco entre colchetes [ \* ], se palavra(s) ou rasura(s):

Ex.: 

nem a filha [ \* ] (Test. C, fol. XXVI)

(b) ponto entre colchetes [ . ], se letra(s):

Ex.: 

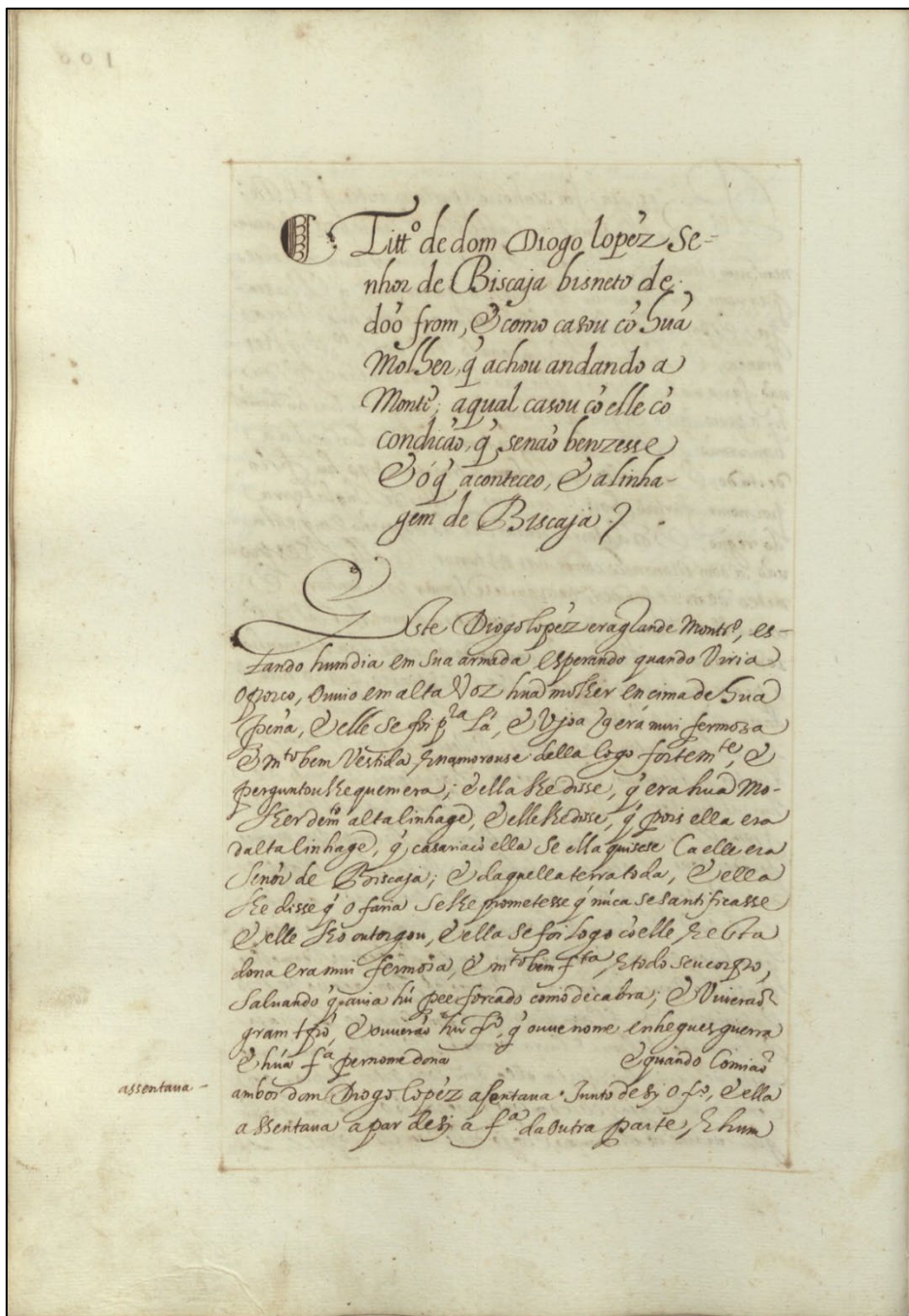
la[.]caram (Test. A, fol. 8v)

No intuito de dar uma amostra do resultado do trabalho de edição diplomática dos testemunhos, apresentamos a seguir a edição do testemunho B, códice COD-977 da Biblioteca Nacional de Portugal. Tal escolha se justifica pelo fato de este possuir uma caligrafia bastante legível e por estar em bom estado de conservação.

FLP 25(1)

4.2 Edição diplomática do testemunho presente no códice COD-977 da Biblioteca Nacional de Portugal

[fol. 100v]



[fol. 100v]

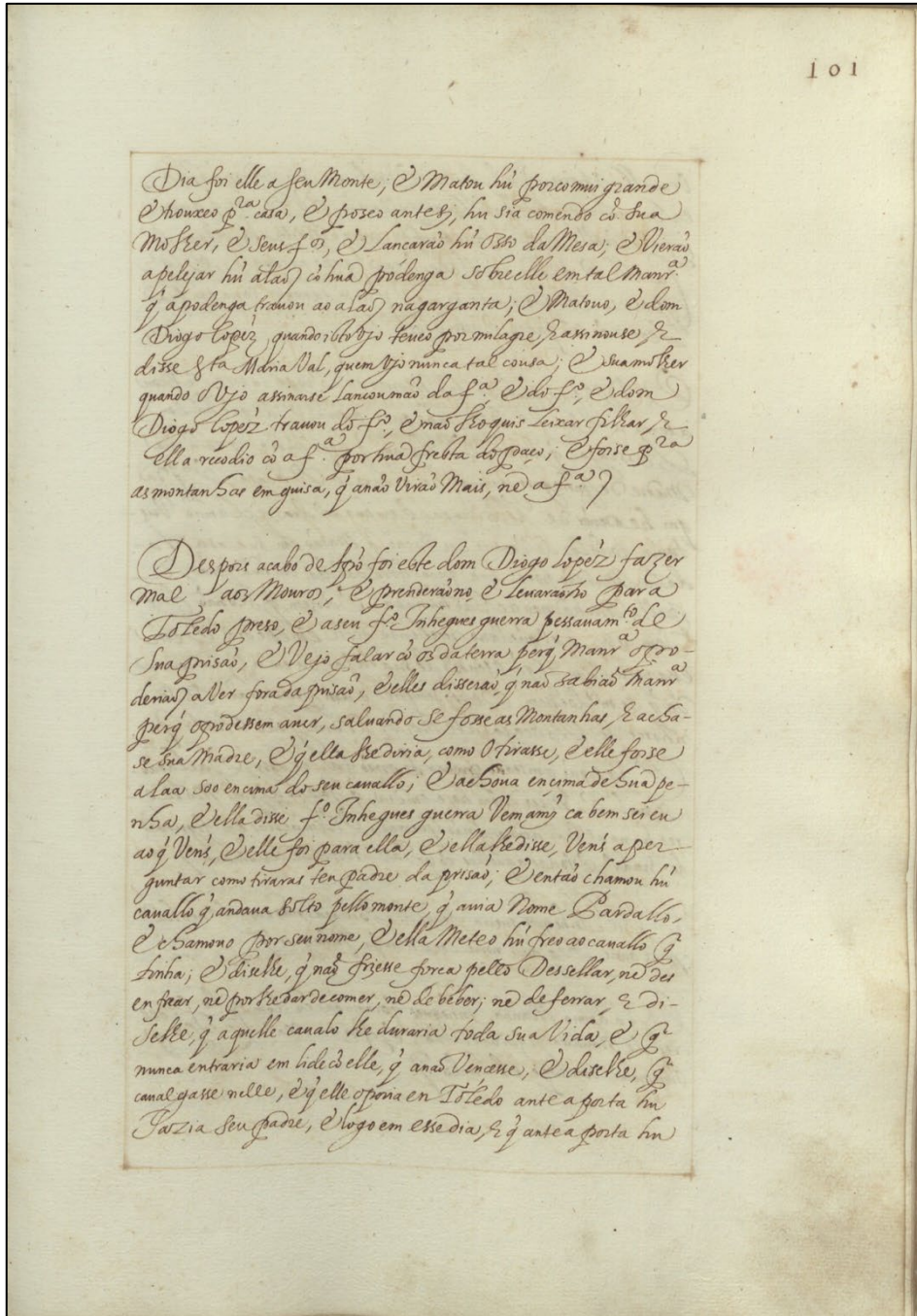
- <sup>17</sup>Titt<sup>o</sup> de dom Diogo lope'z se=  
 nhor de Biscaja bisneto de  
 do'o from, & como casou cõ huã  
 molher, q' achou andando a  
 5 montr<sup>o</sup>, a qual casou cõ elle cõ  
 condição, q' senão benzesse  
 & o q' aconteeo, & a linha-  
 gem de Biscaja /
- &ste Diogo lope'z era grande montr<sup>o</sup>, es-  
 10 tando hum dia em sua armada esperando quando viria  
 o porco, ouiuo em alta voz hua molher en çima de hua  
 pen'a, & elle se foi p<sup>ra</sup> lá, & vjo a q era mui fermoza  
 & m<sup>to</sup> bem vestida & namorou se della logo fortem<sup>te</sup>, &  
 perguntou lhe quem era; & ella lhe disse, q' era hua mo-  
 15 lher de m<sup>to</sup> alta linhagē, & elle lhe disse, q' pois ella era  
 daltalinhagē, q' casariacõ ella se ella quisese ca elle era  
 senõr de Biscaja; & daquela terra toda, & ella  
 lhe disse q' o faria se lhe promettesse q' nũca se santificasse  
 & elle lho outorgou, & ella se foi logo cõ elle, & esta  
 20 dona era mui fermosa, & m<sup>to</sup> bem f<sup>a</sup>, & todo seu corpo,  
 saluando q' auia hũ pee forcado como de cabra; & viverãõ  
 gram tpo', & oueraõ hu f<sup>o</sup>, q' ouue nome enhegues guerra  
 & hũa f<sup>a</sup> per nome dona & quando comião  
 25 <assentaua> ambos dom Diogo lope'z asentaua Junto de sy o f<sup>o</sup>, & ella  
 assentaua a par de sj a f<sup>a</sup> da outra parte & hum

FLP 25(1)

---

<sup>17</sup> Há um símbolo <  > antes da palavra <Titt<sup>o</sup>>.

[fol. 101r]<sup>18</sup>



FLP 25(1)

<sup>18</sup> Há a marcação de numeração de página no canto direito do fólio, na parte superior.

[fol. 101r]

Dia foi elle a seu monte; & matou hũ porco mui grande  
 & trouxe o p<sup>ra</sup> casa, & po se o ante sj, hu sia comendo cõ sua  
 molher, & seus f<sup>os</sup>, & lançarão hũ osso da mesa; & vierão  
 a pelejar hũ alão cõ hua podenga sobre elle em tal manr<sup>a</sup>  
 5 q' a podenga trauou ao alão na garganta; & matou o, & dom  
 Diogo lope'z quando isto vjo teue o por milagre & assinou se &  
 disse sta maria val, quem vjo nunca tal cousa; & sua molher  
 quando o vjo assinar se lançou mão da f<sup>a</sup>, e do f<sup>o</sup>, & dom  
 Diogo lope'z trauou do f<sup>o</sup>, & não lho quis leixar filhar &  
 10 ella recodio cõ a f<sup>a</sup> por hua fresta do paço; & foi se p<sup>ra</sup>  
 as montanhas em guisa, q' a não virão mais, ne a f<sup>a</sup> /

Depois acabo de tpõ foi este dom Diogo Lope'z fazer  
 mal aos mouros, & prenderão no, & levarão no para  
 Toledo preso, & a seu f<sup>o</sup> Inhegues guerra pessaua m<sup>to</sup> de  
 15 sua prisão, & vejo falar cõ os da terra per q' manr<sup>a</sup> o pro-  
 derião a ver fora da prisão, & elles disseraõ, q' não sabião manr<sup>a</sup>  
 per q' o podessem a uer, saluando se fosse as montanhas & acha-  
 se sua madre, & q' ella lhe diria, como o tirasse, & elle foi se  
 a laasoo em cima do seu cauallo; & achou a em çima de hua pe-  
 20 nha, & ella disse f<sup>o</sup> Inhegues guerra vem a mj ca bem sei eu  
 ao q' ven's, & elle foi para ella, & ella lhe disse, ven's a per-  
 guntar como tiraras teu padre da prisaõ; & então chamou hũ  
 cauallo q' andaua solto pello monte, q' auia nome Pardallo,  
 & chamou o por seu nome, & ella meteo hũ freo ao cauallo q'  
 25 tinha; & disse lhe, q' não fizesse força pello Dessellar, nē des-  
 enfrear, nē por lhe dar de comer, nē de beber; nē de ferrar, & di-  
 se lhe, q' aquelle caualo lhe duraria toda sua vida, & q'  
 nunca entraria em lide cõ elle, q' a não vencesse; & disse lhe, q'  
 caualgasse nelle, & q' elle o poria en Toledo ante a porta hu  
 30 jazia seu padre, & logo em esse dia, & q' ante a porta hu

FLP 25(1)

[fol. 101v]

101

O cavallo o pouse, q' ahy deusse; Da bama seu padre estar  
em sum curral; E q' o fizeate pellamão; E q' fizeem q' quoma  
falar a elle; E q' o fosse tirando contra a porta hu estauo d  
cavallo; E q' des q' al fosse q' canal gatre no cavallo; E q'  
pousese seu padre ante o; E q' ante d'antite sena em sua  
terra co seu padre; E ahi o foi?

O Depois acabo de foy Morreo do Dugo Lopez, e ficou  
atena a seu foy dom Inhegues guerra; E alguis ha em  
Borçajaz q' dixeram; E dizem, q' hoje em dia, q' elia dia  
Mãe de Inhegues guerra he o couro de Borçajaz; E q' da  
qui he o senoi de Borçajaz, tem huadaldea, q' chamao Vis-  
tunio tolotes de Ventos das Vacas, q' matao em huacasa fo-  
dolos; Mandao por: huadaldea em huapena; E  
pella Muncha não ac Sad hynada; E dizem, q' deonao fize-  
sem ahy, q' alguidano receberao delle em este dia; E em  
esanoite em elqui estouo de sua casa, ou em alguma couro  
de q' sem o borem; E lito sempre o assi passarao; O se-  
nhores de Borçajaz ate morde de dom foy o terti?

O alguis q' mserao q'rias de omes fazer assy; Jaclarão-  
se mal; E Mas dizem hoje em dia, q' faz co alguns Mst e e-  
res hy na aldeia, ainda q' não q'ueiã; E tem a ellas em figura  
de Smds; E dadas aquellas co q' faz tornao se descobadas?

Oste Inhegues guerra senoi de Borçajaz, mas omie foy n'bu-  
mas omie foy q' omie nome dona Muncha Inhegues?

O A donna Muncha Inhegues foi casada co dom q' lo foy del-  
rey de Nanana e foi hual lido; E fez em ella hu lido q'  
ome nome dom lupo el lido?

FLP 25(1)



[fol. 101v]

o cauallo o posese, q' ahj decesse, & acharia seu padre estar  
 en hum curral; & q' o filhasse pella mão; & q' foi esse q' queria  
 falar cõ elle, & q' o fosse tirando contra a porta hũ estaua o  
 cauallo, & q' des q' alj fosse q' caualgasse no cauallo, & q'  
 5 posese seu padre ante sj; & q' ante da noite seria em sua  
 terra cõ seu padre, & assi o foi/

& Depois a cabo de tpõ morreo do' Diogo Lope'z & ficou  
 a terra a seu fº dom Inhegues guerra,<sup>19</sup>

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, tivemos como objetivo apresentar informações obtidas até o momento acerca do processo de transmissão do texto *A Dona Pé de Cabra*, obra que motivou a elaboração da narrativa de *A Dama Pé de Cabra*, de Alexandre Herculano.

Foram identificados onze testemunhos manuscritos e três impressos pertencentes à tradição direta do texto. Para ilustrar o que vem sendo feito dentro desta pesquisa, elaboramos fichas descritivas para dois testemunhos: o manuscrito presente no códice COD-977 (fol. 8r-9v) da Biblioteca Nacional de Portugal e a edição preparada por Nunes (1906). Além disso, demos a conhecer uma edição diplomática do testemunho manuscrito COD-977.

Esperamos, com este trabalho, contribuir com o processo de preparação de uma edição crítica de *A Dona Pé de Cabra*.

FLP 25(1)

## REFERÊNCIAS

- Barros JA. Os livros de linhagens medievais e a reconstrução da memória – as operações genealógicas nos nobiliários portugueses dos séculos XIII e XIV. *Diadorim*. 2006;1(19):153-168. [citado 25 abr. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2006.v1n0a3843>.
- Barros JA. Os livros de linhagens na Idade Média portuguesa: a constituição de um gênero entre a genealogia e a narrativa. *Convergência Lusíada*. 2011;1(25):74-101. [citado 25 abr. 2023]. Disponível em: <https://convergencialusiada.com.br/rcl/article/view/67>.
- Brocardo T. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV). Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda; 2006.
- Cambraia CN. Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
- Cordeniz VMLI. As cantigas medievais galego-portuguesas do repertório para canto acompanhado no século XX [dissertação]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa; 2010.
- Cunha AG. Dicionário etimológico da língua portuguesa. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Lexicon; 2010.
- Franco DL. Do texto medieval à obra oitocentista de Herculano: uma análise filológica e literária de *A Dama Pé de Cabra* [trabalho de conclusão de curso]. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ; 2019.

<sup>19</sup> A história do núcleo familiar de Dom Diogo Lopes termina aqui.

Franco DL, Marcotulio LL, Erthal AD. Do texto medieval à obra oitocentista de Herculano: aspectos filológicos e literários de A Dama Pé de Cabra. *A Cor das Letras*. 2020;21(3):127-148. [citado 23 abr. 2023]. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasleytras/index>.

Herculano A. *Lendas e narrativas*. Lisboa: Bertrand; 1851.

Mattos e Silva RV, organizadora. *Para a história do português brasileiro: primeiros estudos*. V. 2, t. 2. São Paulo: Humanitas/FFLCH/FAPESP; 2001.

Mattoso J. *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum – Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Edição Crítica. V. 2. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa; 1980.

Mattoso J, organizador. *Narrativas dos livros de linhagens*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda; 1983.

Mocelim A. *Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos na Espanha: o Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardo-medieval português [dissertação]*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; 2007.

Nunes JJ. *Crestomatia arcaica*. Lisboa: Livraria Clássica Editora; 1906.

Souza NM. *O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro: uma caracterização narrativa da nobreza ibérica (Portugal – século XIV) [tese]*. Niterói: Universidade Federal Fluminense; 2018.

Spina S. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix; 1977.

Toledo Neto SA. Datação e localização dos tipos de escrita: informações relevantes para a Crítica Textual?. In: *Paleografia e suas interfaces*. Lose AD, Sacramento AS, organizadores. Salvador: Memória & Arte; 2018. p. 294-205. Disponível em: [file:///C:/Users/davif/Downloads/LOSE\\_SACRAMENTO\\_PaleografiaESuasInterfaces\\_2018%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/davif/Downloads/LOSE_SACRAMENTO_PaleografiaESuasInterfaces_2018%20(1).pdf).

Toledo Neto SA. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. *Travessias Interativas*. 2020;20(10):192-208. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Travessias/issue/view/944>.

FLP 25(1)

## Edição e estudo de um manuscrito mato-grossense do século XVIII

### *Editing and study of an 18th century manuscript from Mato Grosso*

Laura Aristimunha da Silva Lé\*  
Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil

Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto\*\*  
Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, BA, Brasil

**Resumo:** Os documentos históricos são essenciais para conhecermos o passado e, para isso, faz-se necessário que as suas informações sejam preservadas para a posteridade. Partindo dessa assertiva, o presente trabalho tem por finalidade apresentar as edições fac-similar e semidiplomática de uma carta manuscrita de 6 de maio de 1769, pertencente ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso e enviada pelos vereadores da Câmara de Cuiabá ao então capitão-general da Capitania de Mato Grosso, Luiz Pinto de Souza Coutinho; seguida de breves comentários históricos, paleográficos e codicológicos. Como resultados, apresentamos um estudo minucioso do documento, que pode contribuir para as áreas de Paleografia, Codicologia e História e para a preservação do patrimônio cultural de um povo, de uma língua e de uma determinada cultura. Como conclusão, o estudo realizado nos permite conhecer uma fonte documental, até então esquecida ou desconhecida, que se soma aos trabalhos filológicos empreendidos em e sobre Mato Grosso e acerca da língua portuguesa escrita no século XVIII.

**Palavras-chave:** Filologia. Edição fac-similar. Edição semidiplomática. Correspondência mato-grossense. Século XVIII.

**Abstract:** Historical documents are essential to know the past; for that reason, it is necessary to preserve their information for posterity. Based on that, the present paper aims to present the facsimile and semi-diplomatic editions of a handwritten letter dated May 6, 1769, belonging to the Public Archive of the State of Mato Grosso, which was sent by the councilors of Cuiabá Chamber to the then Captain-General of the Captaincy of Mato Grosso, Luiz Pinto de Souza Coutinho, followed by brief historical, paleographical and codicological comments. As a result, we present a detailed study of the document that can contribute to the areas of paleography, codicology, and history, and to the preservation of the cultural heritage of a community, a language, and a specific culture. To conclude, the study conducted allows us to know a documentary source that was previously forgotten or unknown, which adds to the philological works undertaken in and about Mato Grosso, as well as the portuguese language written in the 18th century.

---

\* Mestranda em Estudos de Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil; [laura.asl@hotmail.com](mailto:laura.asl@hotmail.com)

\*\* Doutora, Professora de Língua Portuguesa, Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, BA, Brasil; [josenilce.barreto@ufob.edu.br](mailto:josenilce.barreto@ufob.edu.br)

**Keywords:** Philology. Facsimile edition. Semi-diplomatic edition. Mato Grosso correspondence. XVIII century.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade apresentar o estudo filológico de uma carta manuscrita, datada de 6 de maio de 1769, pertencente ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), enviada pelos vereadores da Câmara de Cuiabá ao capitão-general da Capitania de Mato Grosso, Luiz Pinto de Souza Coutinho, pedindo providências das autoridades, pois muitos escravizados estavam fugindo das propriedades.

Partindo desse contexto e segundo Spina (1977, p. 75), “[...] a Filologia concentra-se no texto, para explicá-lo, restituir-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado [...]”. Para realizar a edição e preparação do texto, as filólogas, neste caso, partem da edição fac-similar disponibilizada pelo Arquivo Público do Estado de Mato Grosso para, então, realizarem a edição semidiplomática, a partir de critérios adotados na Filologia Textual e em suas ciências afins, a saber: a Paleografia, a Codicologia e a História.

Este trabalho está organizado em sete partes, com o fito de apresentar os aspectos sócio-históricos do corpus da pesquisa, a fim de se obter uma compreensão do contexto histórico no qual o manuscrito foi lavrado, da explicação teórica sobre a Filologia e as suas ciências afins e da apresentação dos tipos de edição, dentre elas, a edição fac-similar e os critérios adotados para a edição semidiplomática.

Essa dinâmica de apresentação tem como finalidade facilitar a leitura do texto escolhido e, conseqüentemente, o seu entendimento, além de trazer os dados sobre o aporte teórico para a análise do documento, fundamentada na Codicologia e na Paleografia. No âmbito dessas disciplinas, foram realizados comentários codicológicos e paleográficos, os quais envolvem uma análise minuciosa do suporte físico do texto, da escrita e de outros elementos relevantes.

Dentre os aspectos estudados na Paleografia, foram examinadas as abreviaturas presentes no documento, observando seus desdobramentos e classificações específicas. As abreviaturas, comuns em manuscritos do século XVIII, são utilizadas para economizar espaço e tempo na escrita à mão, cuja análise permite obter informações valiosas sobre o contexto e o estilo de escrita do documento. Nas conclusões finais, é apresentada uma síntese das informações coletadas sobre as características do documento examinado, juntamente com as referências que fundamentaram o presente estudo.

## 2 ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO CORPUS

Por meio da função transcendente da Filologia (Spina, 1977, p. 141), podemos ir para além do texto escrito e alcançar o seu contexto histórico e social. Spina (1977, p. 141) diz que “[...] é evidente que a Filologia necessita da perspectiva histórica para o seu exercício”. Logo, o objeto da pesquisa que resultou neste trabalho é uma carta da Capitania de Mato Grosso, criada em 9 de maio de 1748, pela Coroa Portuguesa, em decorrência da descoberta de jazidas de ouro, a qual foi desmembrada da Capitania

de São Paulo por meio de uma Carta Régia. A partir do desmembramento da Capitania, teve como capital a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, no período de 1752 a 1818. Luiz Pinto de Souza Coutinho, o quarto governador da Capitania, tomou posse em 3 de janeiro de 1769 e governou até 13 de dezembro de 1772.

A carta analisada é um documento histórico, que foi expedido pelos vereadores da Câmara de Cuiabá, em 6 de maio de 1769. Ela foi enviada ao governador capitão-general da Capitania de Mato Grosso na época, Luiz Pinto de Souza Coutinho, e trata da preocupação dos moradores e mineiros da região em relação às constantes deserções de seus escravos para um quilombo estabelecido além do rio Galéra.

Na carta, os vereadores solicitam ao governador que tome providências para lidar com a urgente necessidade que essa situação apresenta. Os vereadores enfatizam a importância de se combater o referido quilombo e mencionam os benefícios que adviriam dessa ação para todos os moradores da Capitania.

No século XVIII, durante a época dos grandes eldorados brasileiros, Mato Grosso experienciou a mineração, urbanização, delimitação de fronteiras e a formação de quilombos em seu território. Esses elementos formaram uma estrutura unificada que, por meio das relações estabelecidas e dos conflitos ocorridos, desempenhou um papel fundamental na composição do cenário histórico em que o documento analisado foi redigido.

De acordo com a pesquisa realizada por Reis e Gomes (1996), estudar o processo de formação dos quilombos é essencial para a compreensão de como se deram a escrita narrativa de manuscritos do século XVIII, os diálogos e os processos de luta e resistência dos africanos e descendentes, especialmente no período escravista no Brasil, temática que foi retomada na década de 1930 por estudiosos da historiografia brasileira. O trabalho de Reis e Gomes (1996) mostrou-se relevante para esta pesquisa, uma vez que as suas informações contribuíram para uma compreensão do cenário mato-grossense, à época do manuscrito analisado, fornecendo insights sobre as realidades históricas e culturais que permearam a região e influenciaram a produção e circulação dos documentos no século XVIII.

Segundo Reis e Gomes (1996), vários são os aspectos a serem considerados a partir desse contexto, uma vez que:

[...] as condições que estimulavam a fuga e a constituição de quilombos, como a natureza das relações escravistas e uma geografia facilitadora da instalação e defesa de comunidades de fugitivos; as estratégias de defesa e repressão dos quilombos; a demografia, a economia, a sociedade e as estruturas de poder dentro dos quilombos; as relações dos quilombos com a sociedade envolvente; combinando vários dos aspectos anteriores, o tipo de sociedade e cultura criadas. (Reis; Gomes, 1996, p. 10-11).

Quanto ao estado de Mato Grosso, de acordo com Volpato (1996), o processo de escravidão portuguesa levou ainda a outros meios de fugas para além da formação dos quilombos, pois, segundo ele:

[...] as fugas de escravos em Mato Grosso adquiriram algumas feições próprias, uma delas a fronteira como uma alternativa. Outra era a densidade da população indígena. Os índios podiam se tornar aliados dos escravos fugitivos, transmitindo-lhes técnicas de sobrevivência na floresta,

no cerrado, no pantanal. Mas também podiam se tornar mais um perigo para os fugitivos. (Volpato, 1996, p. 220).

Nesse contexto de fugas expressivas, os mineiros e os moradores da Capitania escreveram várias cartas, dentre as quais se encontra o objeto de estudo deste trabalho, suplicando às autoridades que tomassem providências sobre o assunto, pois já estavam sendo prejudicados financeiramente.

A análise feita pelos autores pode ser confirmada por documentos diversos que registraram, por exemplo, nos casos pertinentes à fronteira, que os conflitos entre a Coroa Espanhola e a Portuguesa e os eventuais acordos pela devolução de escravizados levaram à fuga destes para os territórios espanhóis, conforme registra Sá Júnior (2015):

Em um ofício do Governador Antônio Rolim de Moura Tavares ao Conselho Ultramarino, datado de 05 de setembro de 1754, é expressa a necessidade de uma convenção com a Espanha “em que se determinem o modo de se restituírem os escravos fugidos”. Um outro ofício, datado de 1769, demonstra que os resultados não foram fecundos. O Governador Luís Pinto de Souza Coutinho reclama da fuga de escravos “para a terra de Espanha”. Apesar de informar, em um ofício sobre “a restituição dos escravos fugidos para as terras de Espanha”, em outro, datado de 1777, o governador, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, reclama sobre “as fugas diárias de muitos escravos para os adjacentes domínios castelhanos” e a disposição dos espanhóis em “não os restituir”. (Sá Júnior, 2015, p. 4-5)<sup>1</sup>.

FLP 25(1)

Para a Filologia, assim como para outras áreas da linguagem, a importância da análise de aspectos sócio-históricos do corpus de pesquisa possibilita ao pesquisador conhecer os principais elementos dos contextos sociais, políticos, culturais e históricos em que as amostras de dados foram coletadas, essenciais para a compreensão do resultado da pesquisa realizada. Na análise de textos históricos, por exemplo, podem-se revelar mudanças na gramática, no vocabulário e no estilo de escrita ao longo do tempo. Diante da perspectiva sociocultural, passa-se, no tópico seguinte, a discorrer sobre a Filologia.

### 3 NOTAS SOBRE A FILOGIA

Conforme apontado por Cambraia (2005, p. 20-25), a Filologia teve seu nascedouro durante os séculos II e I a. C., na Biblioteca de Alexandria, no Egito, por meio da iniciativa de Zenódoto de Éfeso, Erátostenes de Cirene e Aristófanos de Bizâncio, eruditos estoicos que se tornaram os primeiros diretores da referida instituição, sendo Aristófanos de Bizâncio o primeiro a se chamar filólogo. Afirma Spina (1977, p. 60) que a referida biblioteca possuía “490 mil volumes e outros 43 mil colocados no museu *Serapeum*, contíguo à Biblioteca”, fazendo com que o local se tornasse o maior centro de cultura helênica da Antiguidade.

---

<sup>1</sup> Ofício do governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Conselho Ultramarino sobre a fuga de escravos. CT-AHU-ACL-CU-010, cx. 19, DOC 1156.

Os filólogos da Biblioteca de Alexandria estavam, conforme sinalizado por Spina (1977, p. 61), “Voltados para a restauração, intelecção e explicação dos textos, o labor desses eruditos consistia em catalogar as obras, revê-las, emendá-las, comentá-las, provê-las de sumários e de apostilas ou anotações, [...]”, com o objetivo de salvaguardar os documentos depositados sob os seus cuidados para as futuras gerações.

Assim, Azevedo Filho (1987) e Cambraia (2005) apontam que a Filologia, com aporte nos ensinamentos de Spina (1977, p. 75), “[...] não subsiste se não existe o texto, pois o texto é sua razão de ser, e ainda, possui o intuito de explicá-lo, restitui-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado”.

Ademais, conforme indicado por Cambraia (2005) sobre a transdisciplinaridade e a crítica textual, é possível afirmar que uma das características de maior potencialidade da Filologia é a sua transdisciplinaridade, uma vez que, para que se fixe o texto, são necessárias outras áreas do conhecimento, principalmente aquelas que se debruçam em textos do passado e causam impacto direto sobre a atividade do filólogo ou crítico textual, dentre as quais se destacam: a Paleografia, a Codicologia, a Diplomática, a Bibliografia Material, a História e a Linguística.

Em complemento, a definição de Filologia apresentada por Santiago-Almeida (2009, p. 224) aponta para duas direções:

[...] uma *lato sensu* e outra *stricto sensu*. A primeira é o estudo da língua em sua plenitude, linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico, no tempo e no espaço, tendo como objeto o texto escrito literário e não literário, manuscrito ou impresso. Já a segunda se concentra no texto escrito, primordialmente literário, antigo e moderno, manuscrito e impresso, para estabelecê-lo, fixá-lo e restitui-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado. (Santiago-Almeida, 2009, p. 224).

FLP 25(1)

Para além das concepções até aqui apresentadas, a fim de se respaldar na teoria do “fazer” filológico para, a partir disso, analisar o documento objeto deste estudo, buscou-se entendimento em vários estudiosos da área, que se debruçaram sobre as teorias filológicas e os tipos de edição de textos, uma vez que ainda não há um consenso entre eles sobre a definição a ser unicamente adotada para o termo Filologia. O consenso existente é o de que o termo continua a ser empregado de modo polissêmico.

Ao ampliar a discussão sobre a Filologia, este estudo se baseou em uma variedade de perspectivas e contribuições acadêmicas, enriquecendo a análise e possibilitando uma compreensão mais abrangente de um manuscrito mato-grossense do século XVIII.

### 3.1 Tipos de edição de textos

Existem diversas formas de se editar um texto, que podem ser, segundo Spina (1977), Azevedo Filho (1987) e Cambraia (2005): a edição fac-similar ou mecânica, a diplomática, a semidiplomática ou paleográfica, a modernizada e a edição crítica, entre outras. O primeiro tipo de edição adotada é a reprodução mecânica do documento, o fac-símile e a fotocópia, em que se preservam praticamente todas as características do original; o segundo já se configura como uma baixa intervenção do editor no texto, em

que, além de sua transcrição, desdobram-se as abreviaturas, com a manutenção de todas as demais características.

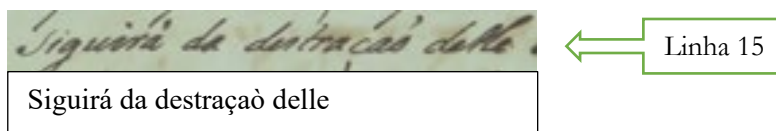
E, a partir dessas edições, com base nas ciências auxiliares à Filologia, como a Codicologia, a Paleografia e a História, serão descritos e analisados os aspectos paleográficos e codicológicos do corpus escolhido, com o objetivo de contribuir para a história do Português Brasileiro, por meio da preservação do patrimônio cultural escrito de um povo em uma dada época, e alcançar o conhecimento aprofundado da língua e da cultura em questão, optou-se pela utilização da edição fac-similar e semidiplomática da carta mencionada como objeto desta pesquisa.

#### 4 APORTE TEÓRICO E APRESENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS E DAS EDIÇÕES

Para a análise do corpus, foram selecionadas, como aporte teórico, as obras de pesquisadores das áreas de: Filologia e Codicologia, segundo os constructos de Spina (1977), Spaggiari e Perugi (2004), Cambraia (2005) e Santiago-Almeida (2009); Diplomática, com aporte em Bellotto (2008), e da Paleografia, em Berwanger e Leal (2008), dentre outras obras que tratam do estudo codicológico, diplomático e paleográfico de manuscritos e que forneceram os fundamentos teóricos necessários para a análise realizada, ao possibilitar uma compreensão mais profunda das características formais, estruturais e linguísticas do documento em estudo.

Dessa forma, descreveu-se o suporte material e foram feitas considerações sobre o atual estado de conservação do documento. Os critérios adotados para a transcrição do documento e para a edição semidiplomática seguem as normas do Projeto para a História do Português Brasileiro, também conhecido como PHPB, quais sejam:

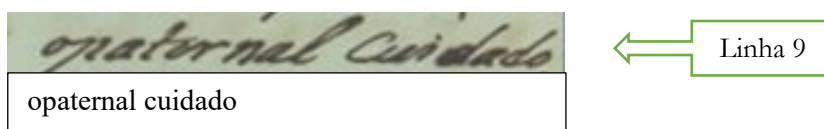
##### 1. A transcrição é conservadora.



##### 2. As abreviaturas são desenvolvidas e sinalizadas em itálico.

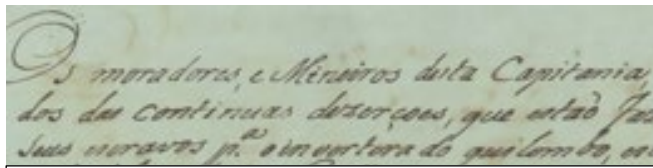


##### 3. Não é estabelecida fronteira de palavras que vêm escritas juntas, nem se introduz hífen ou apóstrofo onde não há.





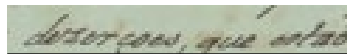
**4. A pontuação original é mantida.**



Linhas 4, 5 e 6

Os moradores, e Mineiros desta Capitania, obriga dos das continuas dezerções , que estaõ fazendo seus escravos para o invertera do quilombo, estabele-

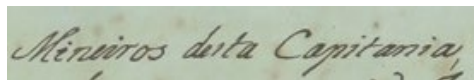
**5. A acentuação original é mantida.**



Linha 4

dezerções, que estaõ

**6. É respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. Onde ocorre o caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, tal tipo de variação não é foi considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra propiciou a melhor solução.**



Linha 4

Mineiros desta Capitania

FLP 25(1)

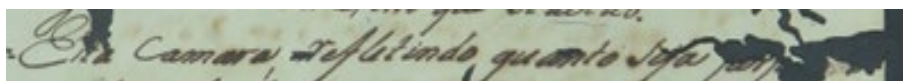
**7. A intervenção de terceiros no documento original é transcrita.**

(6 – 5 – 69)  
(Numero 521)

Linha 2

Linha 3

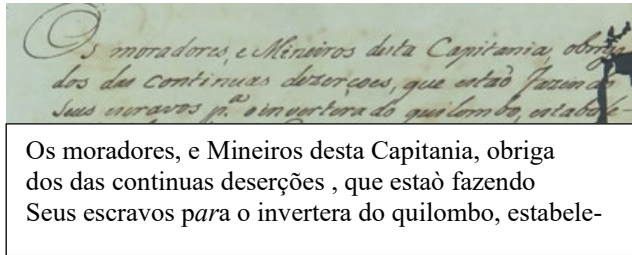
**8. A letra ou palavra não legível por deterioração ou rasura justifica a intervenção do editor com a indicação entre colchetes, conforme o caso: [.] para letras, [corroída] para vocábulos e [corroída + n.º de linhas] para a extensão de trechos maiores.**



: Esta Camara refletindo quanto seja p[corroída]

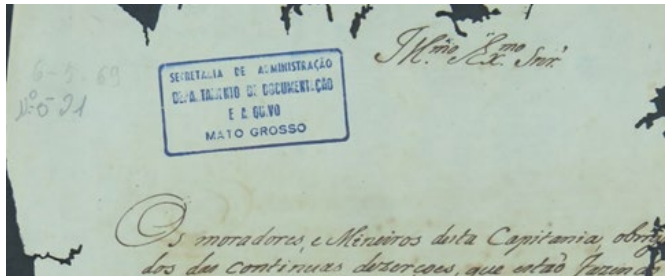
Linha 13

**9. Conserva-se a divisão de linhas do documento original sem o uso da barra vertical.**



← Linha 4, 5 e 6

**10. As linhas são numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. A contagem é feita a partir do vocativo.**



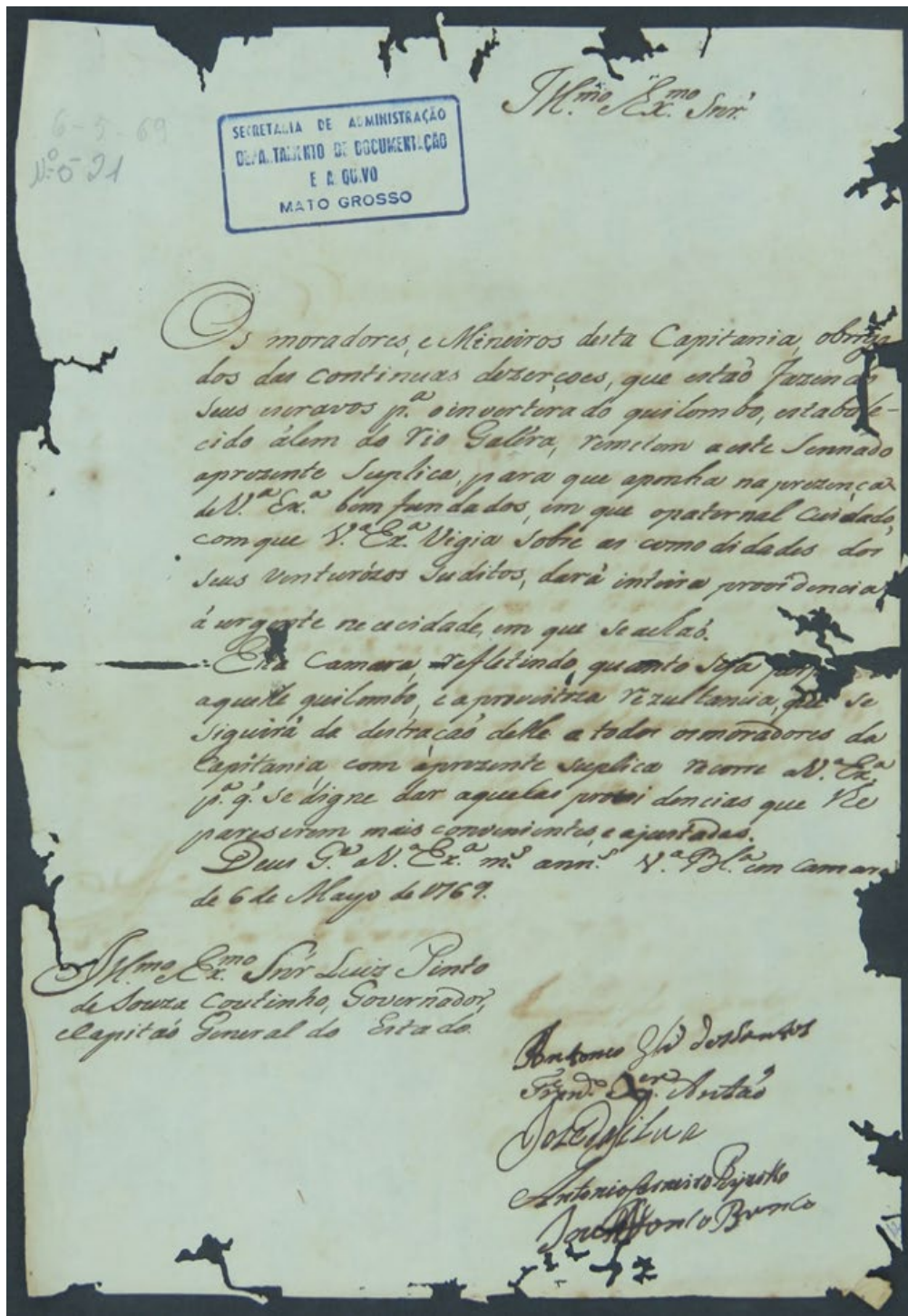
← Linhas 1, 2,  
3, 4 e 5

FLP 25(1)

**11. A edição fac-similar é apresentada do lado esquerdo da edição semidiplomática.**

Destaca-se que os critérios mencionados dizem respeito à transcrição do documento em sua forma original, preservando sua autenticidade e fidelidade ao texto original. Essa abordagem está alinhada aos princípios da edição semidiplomática, que busca conciliar a reprodução fiel do texto com a introdução de elementos pertinentes aos critérios de edição adotados e anotações explicativas para facilitar a compreensão e leitura do documento.

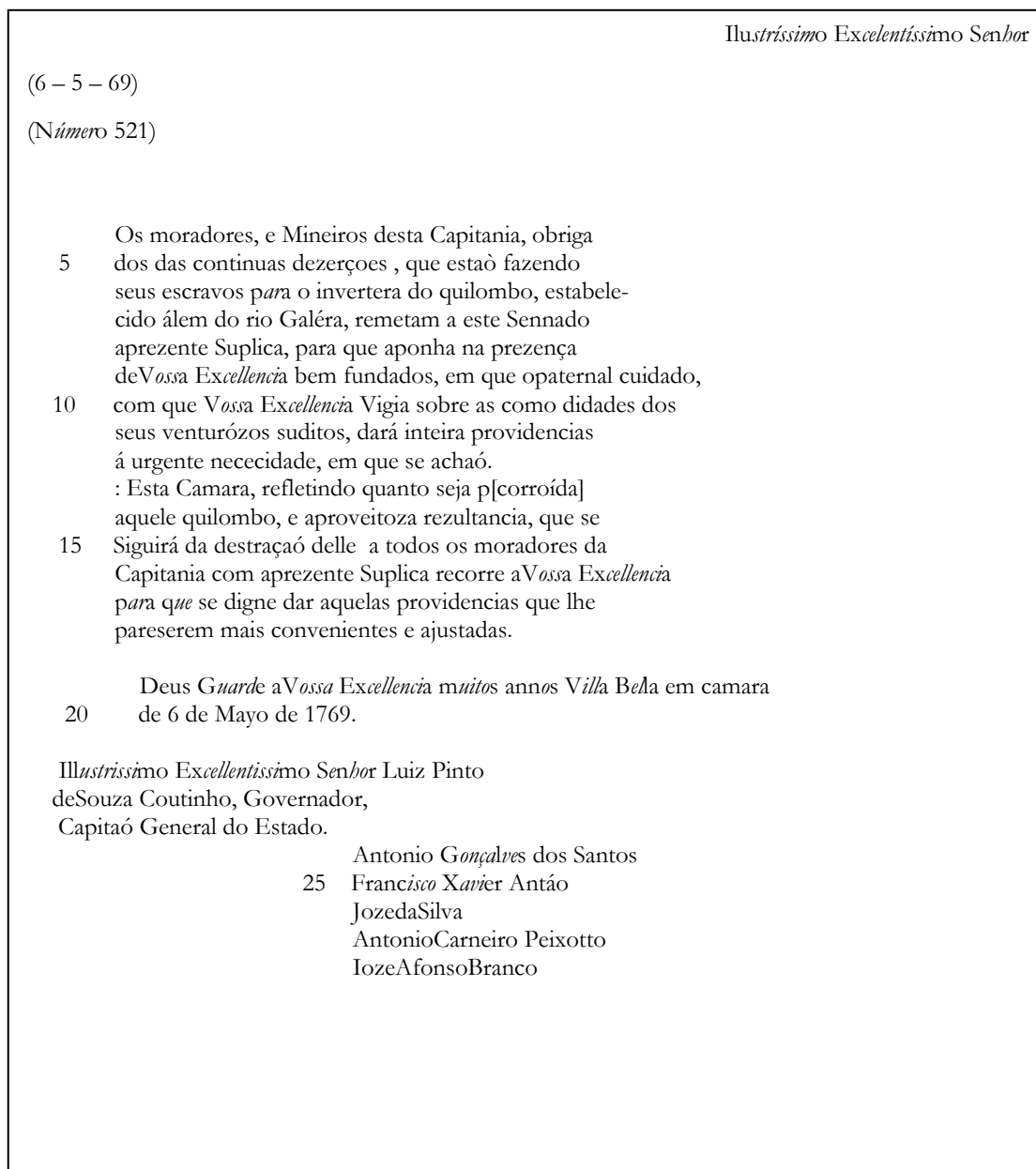
Feita a devida apresentação dos critérios adotados para a edição semidiplomática, demonstram-se, a seguir, as edições fac-similar e semidiplomática do documento, de forma corrida, e, na sequência, os recortes que reproduzem tais critérios.



FLP 25(1)

Fonte: Superintendência do Arquivo Público do Estado do Mato Grosso.

Figura 1 - Fac-símile da carta manuscrita, datada de 6 de maio de 1769, enviada pelos vereadores da Câmara de Cuiabá ao Capitão-General da Capitania de Mato Grosso.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Figura 2 - Edição semidiplomática da carta manuscrita, datada de 6 de maio de 1769, enviada pelos vereadores da Câmara de Cuiabá ao Capitão-General da Capitania de Mato Grosso.

## 5 NOTAS SOBRE A CODICOLOGIA

De acordo com Spina (1977, p. 22), “A Codicologia é uma ciência que estuda o material empregado na produção do manuscrito e das condições em que esse trabalho se verificou”. Esse entendimento é complementado por Spaggiari e Perugi (2004, p. 15) quando afirmam que a Codicologia “[...] estuda os manuscritos ou

códices, no seu aspecto material: qual é o suporte empregado, as dimensões do objeto, sua formação, conteúdo, as mãos que os transcreveram, datação, etc [...]”.

Cambraia (2005), assim como Spaggiari e Perugi (2004, p. 19), ressalta que conhecer os aspectos codicológicos permite ao pesquisador uma compreensão mais profunda sobre o processo de transmissão dos textos. Cambraia (2005, p. 27-28) destaca que os aspectos codicológicos, além de serem utilizados pragmaticamente na descrição de códices, apresentam-se como Guia Básico de Descrição Codicológica, assim definidos:

1. Cota: cidade onde se encontra o códice; nome da instituição; coleção de que faz parte e número ou sigla de identificação;
2. Datação;
3. Lugar de origem;
4. Folha de rosto;
5. Colofão;
6. Suporte material: papiro (papiroáceo), pergaminho (membranáceo) ou papel (cartáceo);
7. Composição;
8. Organização de páginas;
9. Particularidades;
10. Encadernação;
11. Conteúdo;
12. Descrições prévias.

FLP 25(1)

O Guia Básico de Descrição Codicológica apresentado por Cambraia (2005, p. 29), apesar de ser um modelo de descrição codicológica elaborado para textos antigos e com o fito de auxiliar filólogos em seu labor, pode ser utilizado, com as adaptações necessárias, para textos modernos, já que se trata de uma compilação de diretrizes e técnicas desenvolvidas, a partir da prática de especialistas em Codicologia ao longo do tempo, sistematizadas e apresentadas por Cambraia (2005) e adotadas para tecermos comentários codicológicos, como os apresentados a seguir.

### 5.1 Comentários codicológicos

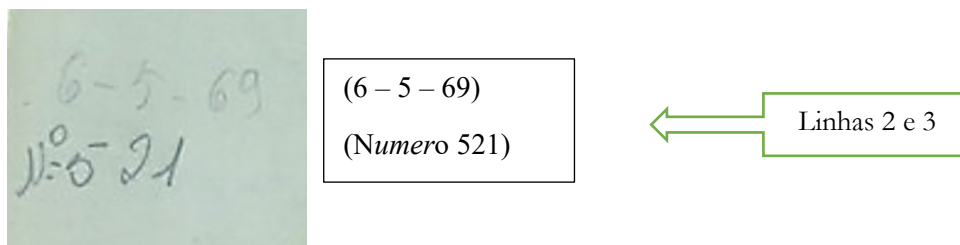
O documento se encontra em bom estado de conservação, embora apresente traços da ação do tempo, como se pode observar nas margens inferior, superior e nas laterais. Os dados do documento estão disponíveis para acesso no site da Superintendência de Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (SAP-MT)<sup>2</sup>, com identificação discriminada na sua ficha catalográfica (Figura 5).

O suporte do documento é um papel sem pauta, com atuação de papirógrafos, e há vários orifícios no papel, porém não comprometem a compreensão da mensagem. Foi utilizada tinta do tipo ferrogálica, que se apresenta, atualmente, com cor acastanhada, resultado da descoloração da cor da tinta original, que ocasionou algumas manchas claras entre as linhas, sombreando as letras.

---

<sup>2</sup> Disponível no link: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/carta-dos-vereadores-da-camara-de-vila-bela-da-santissima-trindade-ao-governador-e-capitao-general-da-capitania-de-mato-grosso-luis-pinto-de-souza-coutinho-sobre-a-pratica-dos-homens-de-fabrica-e-aguardente-e-vendilhoes>. (Acesso em: 11 jun. 2022).

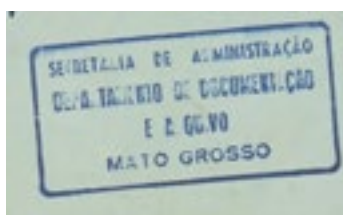
Na margem superior esquerda do recto, consta a identificação com a numeração escrita a lápis “6 – 5 – 69” (linha 2), que talvez seja uma anotação feita por terceiros, correspondente à data da emissão da carta, e a numeração 521 (linha 3), que, provavelmente, refere-se à forma como as cartas eram organizadas naquele período ou, ainda, ao número do documento no arquivo, conforme se verifica na Figura 3.



Fonte: recorte realizado pelas autoras a partir do documento original da SAP-MT.

Figura 3 – Recorte da margem superior esquerda da carta manuscrita, datada de 6 de maio de 1769, enviada pelos vereadores da Câmara de Cuiabá ao Capitão-General da Capitania de Mato Grosso.

Há um carimbo molhado, conforme exemplificado a seguir, à esquerda do título, na margem superior, com a inscrição: “Secretaria De Administração/Departamento de Documentação e Arquivo/Mato Grosso”.



Fonte: Recorte pelas autoras a partir do documento original da SAP-MT.

Figura 4 – Recorte do carimbo à margem superior central-esquerdada da carta manuscrita, datada de 6 de maio de 1769, enviada pelos vereadores da Câmara de Cuiabá ao Capitão-General da Capitania de Mato Grosso.

Na ficha catalográfica do Arquivo Público (Figura 5), observa-se que se trata de uma:

Carta dos Vereadores da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, Luís Pinto de Souza Coutinho, solicitando providências quanto às reclamações dos moradores e mineiros da Capitania sobre a fuga dos escravos para quilombo situado além do rio Galera. (Senado da Câmara Lata, 1769) (Superintendência de Arquivo Público do Estado de Mato Grosso).

FLP 25(1)

Área de identificação	
Código de referência	BR MTAPMT CVB-CA-0017
Título	CARTA dos Vereadores da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, Luis Pinto de Souza Coutinho, solicitando providências quanto as reclamações dos moradores e mineiros da Capitania sobre a fuga dos escravos para quilombo situado além do rio Galera. <sup>4</sup>
Data(s)	<ul style="list-style-type: none"> <li>1769, Maio, 06 (Produção)</li> </ul>
Nível de descrição	Dossiê / Processo
Dimensão e suporte	01 folha
Área de contextualização	
Nome do produtor	Camara de Vila Bela
Entidade custodiadora	Superintendência de Arquivo Público
Pontos de acesso	
Pontos de acesso de assunto	<ul style="list-style-type: none"> <li>Camara Municipal</li> <li>Morador</li> <li>Escravo</li> <li>Quilombo</li> <li>Rio</li> <li>Mineiro</li> <li>Fuga</li> <li>Deserção</li> </ul>
Pontos de acesso local	<ul style="list-style-type: none"> <li>VILA BELA</li> </ul>
Área de controle da descrição	
Fontes	Referência Anterior: 119 Fundo: Senado da Camara Lata: 1769

Fonte: Superintendência de Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

Figura 5 – Ficha catalográfica da carta

Os comentários codicológicos aqui destacados mostram-se relevantes para, em conjunto com as informações paleográficas, oferecer subsídios para a análise e interpretação do manuscrito em questão, contribuindo para o estudo da história e da cultura da época em que o manuscrito foi produzido.

FLP 25(1)

## 6 NOTAS SOBRE A PALEOGRAFIA

A etimologia do termo *paleografia* advém do grego *palaio*, que significa antigo, e *graphein*, escrita, com destaque para o fato de que se refere ainda à escrita feita sobre materiais brandos ou macios, tais como: as antigas tábuas enceradas, o papiro, o pergaminho e o papel (Spina, 1977; Azevedo Filho, 1987; Acioli, 1994; Cambraia, 2005).

De acordo com Cambraia (2005, p. 23), a Paleografia tem:

[...] finalidade tanto teórica quanto pragmática. A finalidade teórica manifesta-se na preocupação em se entender como se constituíram sócio-historicamente os sistemas de escrita; já a finalidade pragmática evidencia-se na capacitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento, com base na sua escrita, e de interpretarem adequadamente as escritas do passado. (Cambraia, 2005, p. 23).

Acioli (1994, p. 6) destaca ainda que a Paleografia surgiu em épocas remotas com “[...] a preocupação em discernir manuscritos datados da Idade Média quando se organizaram coletâneas de abreviaturas. Sêneca reuniu cerca de 5.000 Notas Tironianas, para copiar os discursos pronunciados no Senado Romano [...]”.

Posteriormente, de acordo com Acioli (1994, p. 54), quando da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), a Paleografia serviu como recurso para auxiliar a Justiça nos julgamentos em que se precisava comprovar a autenticidade de documentos, sendo apenas, no fim do século XVII, feita a sua sistematização - a Paleografia como ciência - a partir da publicação da obra *De re diplomática* (1681), pelo beneditino francês Jean Mabillon.

Ainda de acordo com Acioli (1994, p. 5), “Não cabe ao paleógrafo somente ler textos; a ele compete igualmente datá-los, estabelecer sua origem e procedência e criticá-los quanto a sua autenticidade [...]”. Isso porque a Paleografia inclui a análise da forma, do estilo e da evolução das letras, bem como das técnicas e dos materiais utilizados para escrever, mostrando-se fundamental para a compreensão e a interpretação de manuscritos antigos, possibilitando sua datação, identificação de autoria ou sua proveniência e auxiliando na avaliação sobre o contexto histórico e cultural em que o documento foi produzido.

### 6.1 Comentários paleográficos

Na análise paleográfica, foi possível verificar que o manuscrito apresenta uma “escrita cursiva”, escrita por um único punho, iniciado no recto, podendo ser considerada, de acordo com o sinalizado por Higounet (2003), como humanística, por conter características da escrita corrida encontrada em manuscritos do século XVIII. O *ductus* (orientação dos movimentos que ligam uma letra a outra) alterna-se entre traços finos e grossos, e a inclinação da escrita está para a direita, demonstrando que o *scriptor* (escriba) era destro, devido à inclinação da escrita para a direita. A habilidade do *scriptor* pode ser verificada diante da escrita cursiva e das palavras que apresentam ligaduras, formando um único vocábulo, característica distintiva da escrita cursiva, que ajuda a melhorar a fluidez da escrita e cria um efeito de continuidade.

O texto principal foi escrito em coluna única. É um texto classificado como idiógrafo, ou seja, escrito por um escrivão, mas idealizado e assinado por outra pessoa, neste caso, cinco pessoas, diante das assinaturas dos oficiais da Câmara da Vila do Cuiabá. O documento é do tipo anopistógrafo, escrito apenas no recto com um total de 28 linhas.

### 6.2 Abreviaturas

Os estudos sinalizam que, desde a primeira metade do século XVIII, a utilização de abreviaturas era muito recorrente, principalmente devido ao alto custo das tintas e diante da necessidade de o *scriptor* contar com maior agilidade para redigir (Sobral, 2007, p. 12). Nesse sentido, a autora aponta ainda que “Os princípios abreviativos correspondem aos procedimentos usados para omitir as letras.” (Sobral, 2007, p. 22).

Dessa forma, as letras que são omitidas nas palavras são classificadas conforme a disposição em que estão suprimidas nas grafias:

- (i) abreviaturas por sigla: formada por duas ou mais letras maiúsculas representando palavras;
- (ii) abreviaturas por suspensão: as palavras que não estão acabadas;




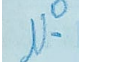
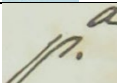
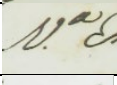
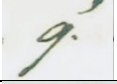
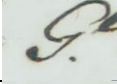
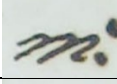
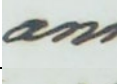
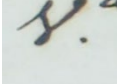
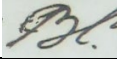


- (iii) abreviaturas por contração: as letras são suprimidas no interior da palavra;
- (iv) abreviaturas alfanuméricas: as palavras formadas por números e letras;
- (v) abreviaturas por letra sobreposta: as letras ficam em cima da palavra ou são marcadas por um sinal;
- (vi) abreviação por sinais especiais – são sinais especiais que faziam marcações para indicar sílabas, letras ou sílabas suprimidas (Sobral, 2007, p. 12-13).

E, em decorrência dos usos das abreviaturas, houve a necessidade de os manuscritos contarem com uma certa atenção para a realização dos seus desdobramentos.

No que se refere ao corpus pesquisado, foram encontradas três das seis categorias de classificações de abreviaturas, devidamente apresentadas no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Síntese das abreviaturas encontradas no texto, da sua classificação e desdobramento.

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Tipo de abreviatura	Linha(s)
	Ill. <sup>mo</sup>	<i>Illustríssimo</i>	Sobreposta	1
	Ex. <sup>mo</sup>	<i>Excellentíssimo</i>	Sobreposta	1
	Snr	<i>Senhor</i>	Contração	1
	N. <sup>o</sup>	<i>Numero</i>	Sobreposta	3
	p. <sup>a</sup>	<i>para</i>	Sobreposta	6, 17
	V. <sup>a</sup> Ex. <sup>a</sup>	<i>Vossa Excellencia</i>	Sobreposta	9, 10, 16
	q. <sup>º</sup>	<i>que</i>	Suspensão	17
	G. <sup>c</sup>	<i>Guarde</i>	Sobreposta	19
	m. <sup>s</sup>	<i>muitos</i>	Sobreposta	19
	ann. <sup>s</sup>	<i>annos</i>	Sobreposta	19
	V. <sup>a</sup>	<i>Villa</i>	Sobreposta	19
	Bl. <sup>a</sup>	<i>Bella</i>	Sobreposta	19

FLP 25(1)

	Gles	Gonçalves	Contração	24
	Franco.	Francisco	Sobreposta	25
	X. <sup>er</sup>	Xavier	Sobreposta	25

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos dados da pesquisa.

Ao estudar Paleografia, a compreensão das abreviaturas usadas na época em que o documento foi escrito mostra-se um dos recursos essenciais, pois ajuda o pesquisador não só a entender o conteúdo do documento com mais precisão, como a datar o manuscrito e identificar o autor. Além disso, o conhecimento das abreviaturas auxilia na transcrição de textos antigos com mais facilidade e precisão, uma vez que, ao reconhecer as abreviaturas, o pesquisador efetua a leitura correta das palavras e, por conseguinte, evita erros de interpretação, que podem alterar o significado do texto.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi realizar um estudo filológico de uma carta manuscrita e expedida pelos vereadores da Câmara de Cuiabá, a pedido dos moradores e mineiros da região, datada de 6 de maio de 1769, enviada ao governador capitão-general da Capitania de Mato Grosso, Luiz Pinto de Souza Coutinho, suplicando providências das autoridades, pois muitos escravizados estavam fugindo das propriedades.

À luz da Filologia, foram apresentadas as edições fac-similar e semidiplomática, preparando esse documento para as diversas ciências que se utilizam dessas edições para a realização dos estudos, como a História e a Sociologia, por exemplo, e ainda enfatizar a importância de se editar documentos mato-grossenses para melhor compreensão da história do estado e salvaguarda da sua memória.

O estudo filológico da carta manuscrita revelou a presença de diversas abreviaturas, o que indica uma prática comum na escrita da época. Os estudos sinalizaram que, desde a primeira metade do século XVIII, a utilização de abreviaturas era muito recorrente, principalmente devido ao alto custo das tintas e à necessidade dos escribas de redigir com maior agilidade. Também foi possível verificar que as abreviaturas encontradas no texto se enquadram em três das seis categorias de classificações identificadas: abreviaturas por sigla (formadas por duas ou mais letras maiúsculas representando palavras), abreviaturas por suspensão (palavras incompletas) e abreviaturas por contração (letras suprimidas no interior da palavra).

Dessa forma, o estudo paleográfico e a compreensão das abreviaturas utilizadas na época em que o documento foi escrito não apenas auxiliam na compreensão precisa do conteúdo do documento, mas também fornecem informações relevantes, facilitando o processo de transcrição do texto antigo, de forma a evitar possíveis erros que podem alterar o significado original do texto.

Assim, por meio dessas edições, foram realizados comentários paleográficos, codicológicos e históricos, contribuindo, assim, para a configuração da história do Português Brasileiro e dos registros mato-grossenses, destacando que o documento analisado fica como uma fonte para se empreenderem pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS

- Acioli VLC. A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos. Recife: Massangana; Fundação Joaquim Nabuco; 2003.
- Azevedo Filho LA. de. Iniciação em crítica textual. São Paulo: EdUSP; 1987.
- Bellotto HL. Diplomática e tipologia documental em arquivos. 2.<sup>a</sup> ed. Brasília: Briquet de Lemos; 2008.
- Berwanger AR, Leal JEF. Noções de paleografia e diplomática. 3.<sup>a</sup> ed. rev. e ampl. Santa Maria, RS: Editora UFSM; 2008.
- Cambraia CN. Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
- Reis JJ, Gomes FS. Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; 1996.
- Sá Júnior MT. Outros guardiães de uma mesma fronteira: o papel do quilombo do Quariterê na fronteira oeste do Mato Grosso (século XVIII). Revista de História da UEG. 2015;4(1):1-16. [citado 10 jun. 2022]. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/3458>.
- Santiago-Almeida MM. Os manuscritos e impressos antigos: a via filológica. In: Gil BD, Cardoso EA, Condé VG, organizadoras. Modelos de análise linguística. São Paulo: Contexto; 2009. p. 223- 234.
- Sobral MGT. Abreviaturas: uso e função nos manuscritos [dissertação]. Salvador: Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia; 2007.
- Spaggiari B, Perugi M. Fundamentos da crítica textual. Rio de Janeiro: Lucerna; 2004.
- Spina S. Introdução à edótica: crítica textual. São Paulo: Cultrix; 1977.
- Superintendência de Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (SAP-MT). Cartas de Vila Bela da Santíssima Trindade [internet]. [citado 11 jun. 2022]. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/carta-dos-veredores-da-camara-de-vila-bela-da-santissima-trindade-ao-governador-e-capitao-general-da-capitania-de-mato-grosso-luis-pinto-de-souza-coutinho-solicitando-providencias-quanto-as-reclamacoes-dos-moradores-e-mineiros-da-capi>.
- Volpato LRR. Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira. In: Reis JJ, Gomes FS, organizadores. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; 1996. p. 213-239.

FLP 25(1)

FLP 25(1)

As relações textuais como recursos para a  
episteme-em-ação: estudo da dimensão epistêmica  
de uma entrevista com presidencialível

*Textual relations as resources for  
the episteme-in-action: study of the epistemic dimension  
of an interview with a presidential candidate*

Gustavo Ximenes Cunha\*

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

**Resumo:** Neste trabalho, trazemos evidências de que as relações textuais (argumento, contra-argumento, preparação, reformulação, etc.) exercem papel importante na dimensão epistêmica da interação. Para isso, aproximamos as contribuições teórico-metodológicas de duas abordagens interacionistas: os estudos sobre a dimensão epistêmica desenvolvidos no quadro da Análise da Conversa, e os estudos sobre as relações textuais e seus marcadores desenvolvidos no âmbito da Pragmática do discurso. O corpus estudado foi a entrevista concedida em 2022 pelo então candidato à presidência da república, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Nacional, da Rede Globo, no contexto da campanha eleitoral. Dada a abrangência do tema, focalizamos o papel das relações textuais de preparação e contra-argumento presentes nos turnos em que os entrevistadores fazem perguntas. Nesses turnos, essas relações textuais são recursos com que os entrevistadores hierarquizam informações, bem como as posturas epistêmicas (K+, K-) materializadas no modo como essas informações são expressas. Em razão desses procedimentos, a estruturação do turno de pergunta pode impactar o desenvolvimento da sequência pelo entrevistado, que pode aceitar ou contestar a hierarquia proposta, bem como a assunção, pelo entrevistador, de posturas epistêmicas.

**Palavras-chave:** Relações textuais. Dimensão epistêmica. Entrevista com presidencialível.

**Abstract:** In this paper, we analyze the role of textual relations (argument, counter-argument, preparation, reformulation, etc.) in the epistemic dimension of interaction. For this, we articulate the theoretical-methodological contributions of two interactionist approaches: the studies on the epistemic dimension developed in Conversation Analysis, and the studies on textual relations and their markers developed in the scope of Pragmatics of discourse. The corpus studied was the interview given in 2022 by the then presidential candidate, Luiz Inácio Lula da Silva, to the *Jornal Nacional*, a news program on Rede Globo, in the context of the electoral campaign. Due to the breadth of the theme, we focused on the role of the textual relations of preparation and counter-argument present in the turns in which the interviewers ask questions. In these turns, these textual relations are procedures with which the interviewers hierarchize information, as well as the epistemic stances (K+, K-) materialized in the way this information is expressed.

---

\* Professor da Faculdade de Letras da UFMG, professor-residente do IEAT/UFMG (Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares), líder do GEPTED/UFMG (Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso), bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, Belo Horizonte, MG, Brasil; ximenescunha@yahoo.com.br

Because of these procedures, the structure of the question turn can impact the development of the sequence by the interviewee, who can accept or contest the proposed hierarchy, as well as the assumption, by the interviewer, of epistemic stances.

**Keywords:** Textual relations. Epistemic dimension. Interview with presidential.

## 1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Nas últimas décadas, a pesquisa sobre a dimensão epistêmica da interação, sobretudo a conduzida por Heritage e colaboradores (Heritage; Raymond, 2005; Raymond; Heritage, 2006; Heritage, 2012a, 2012b, 2013, 2018; Drew, 2018; Raymond, 2018), no âmbito da Análise da Conversa Etnometodológica, tem focalizado não só o modo como os interactantes expressam informações sobre estados de coisas, mas também e em especial o modo como endossam, ao longo da interação, posições epistêmicas relativas. Nessa pesquisa, focalizam-se os procedimentos empregados pelos interactantes na atribuição de conhecimentos (informações, opiniões, crenças, saberes), o que implica o estudo do modo como esses conhecimentos são assertados, reivindicados, contestados, solicitados, ratificados, etc.

Entendendo que as formas linguísticas não são os únicos elementos que os interactantes consideram na elaboração e no reconhecimento de ações sociais (como perguntar, assertar, concordar, discordar, avaliar, etc.), Heritage lança mão de noções de ordem pragmática para compreender o trabalho interacional envolvido nessas ações. Por exemplo, em seus estudos sobre a ação de pedir informações, evidencia o autor que, “assim como pedidos de informação não requerem a morfossintaxe interrogativa, também a morfossintaxe interrogativa não garante que um pedido de informação está sendo realizado” (Heritage, 2012a, p. 3). Na interação, o acesso primário que os participantes reconhecem que um deles tem às informações abordadas é um fator que tem precedência sobre a morfossintaxe na determinação da ação (dar ou pedir informação) realizada por meio de um turno de fala (Heritage; Raymond, 2005; Raymond; Heritage, 2006; Heritage, 2012a).

Uma das bases para a percepção dessa precedência é a classificação de enunciados, proposta por Labov e Fanshel (1977, p. 100), segundo o grau de compartilhamento entre os interactantes dos eventos expressos nesses enunciados. Nessa classificação, os eventos podem ser:

- A-eventos: Conhecidos de A, mas não de B.
- B-eventos: Conhecidos de B, mas não de A.
- AB-eventos: Conhecidos de A e B.
- O-eventos: Conhecidos de todos os presentes.
- D-eventos: Conhecimento a ser contestado.

Essa classificação, proposta com o fim de entender por que, no contexto de entrevistas terapêuticas, enunciados declarativos podem ser entendidos como pedidos de informação (B-eventos) (Labov; Fanshel, 1977), reconhece que, na interação, os conhecimentos são desigualmente distribuídos entre os participantes e podem ser

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada como comunicação oral no IV Encontro de Análise da Conversa Etnometodológica (IV EnACE). A comunicação se intitulou “As relações de discurso e seu papel na dimensão epistêmica da interação”.

objeto de disputa. A percepção pelos próprios participantes de que eles se caracterizam por domínios de conhecimentos (ou territórios de informação (Kamio, 1997)) apenas parcialmente partilhados os auxilia na realização e identificação de ações, como a de pedir informação, independentemente da forma declarativa ou interrogativa do enunciado. Como aponta Heritage (2013), a classificação de Labov e Fanshel (1977) encontra ressonância na proposta de Pomerantz (1980), segundo a qual os conhecimentos expressos na interação podem ser de tipo 1 – aqueles que os falantes têm direito e obrigação de saber e aos quais têm ou tiveram acesso direto – e de tipo 2 – aqueles a que os falantes têm acesso de forma derivada, por “ouvir dizer”<sup>2</sup>.

Reunindo essas e outras contribuições teóricas e analíticas, Heritage (2012a, 2012b, 2013, 2018; Heritage; Raymond, 2005; Raymond; Heritage, 2006) propõe um conjunto de conceitos para estudar a “episteme-em-ação”, ou seja, o modo como os interactantes assumem, por meio do trabalho interacional, posições epistêmicas relativas. Desses conceitos os de status epistêmico e de postura (*stance*) epistêmica têm maior centralidade na proposta. O status epistêmico corresponde ao acesso mais ou menos direto dos participantes a domínios de conhecimento, bem como a seus direitos e responsabilidades sobre esses domínios. Por exemplo, conhecimentos do falante sobre suas experiências pessoais, sua profissão, suas relações familiares costumam ser tratados na interação como pertencentes a seu território epistêmico (Raymond; Heritage, 2006; Heritage, 2013). Nesse sentido, esses são conhecimentos sobre os quais, em relação ao interlocutor, o falante possui autoridade epistêmica (Heritage; Raymond, 2005; Raymond; Heritage, 2006).

A postura epistêmica, por sua vez, diz respeito ao modo como, ao longo da interação, os interactantes efetivamente expressam por meio das linguagens verbal e não-verbal seu status epistêmico. Se, de modo geral, os falantes mantêm a consistência entre a postura expressa no turno e seu status em relação ao tópico, como quando fazem afirmações sobre o que se espera que saibam, exigências interacionais diversas podem motivar uma discrepância entre essas noções, como quando os falantes se apresentam como mais ou menos conhecedores do que são (Heritage, 2013). Assim, na perspectiva de Heritage, a noção de conhecimento, representada pela letra K (*knowledge*), constitui uma noção dinâmica que pode ser objeto de disputa pelos interlocutores. Por isso, ao longo da interação os interlocutores podem endossar posturas de K+ ou K- (Heritage, 2012a, 2012b, 2013, 2018).

Neste estudo, trazemos evidências do papel das relações textuais, como estudadas na perspectiva da Pragmática do discurso (ou Pragmática conversacional) (Roulet, 1999, 2006; Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001), na dimensão epistêmica da interação. Ainda que Heritage e colaboradores estudem interações que se caracterizam por turnos formados por múltiplas unidades de construção, unidades entre as quais o falante estabelece relações textuais, esse é um nível de análise linguístico que não recebeu uma atenção sistemática na pesquisa sobre dimensão epistêmica, que focaliza sobretudo o nível morfosintático, bem como aspectos multimodais, como a prosódia (Heritage; Raymond, 2005; Raymond; Heritage, 2006; Heritage, 2012a, 2012b, 2013, 2018). Entendemos, contudo, que as relações textuais podem desempenhar papel de

---

<sup>2</sup> Essa distinção, lembra Heritage (2013), encontra apoio em mecanismos linguísticos, como modalizadores epistêmicos e evidenciais, por meio dos quais os falantes expressam distintos graus tanto de acesso à informação, como de certeza quanto à veracidade dessa informação (Fox, 2001; Neves, 2006; Drew, 2018).

destaque na dimensão epistêmica de interações que, a exemplo da que será analisada neste estudo (entrevista com presidenciável), se definem pela regulação prévia da alocação de turnos de fala e, conseqüentemente, pela maior extensão dos turnos, diferentemente do que ocorre na conversa espontânea (Sacks; Schegloff; Jefferson, 1974).

Dada a abrangência do tema, vamos explorar neste trabalho apenas o papel das relações textuais na estruturação dos turnos em que os entrevistadores perguntam e o impacto desses turnos sobre as respostas do entrevistado. Nosso objetivo é verificar se as relações textuais estabelecidas pelos entrevistadores constituem procedimentos de que se valem para assumir posições epistêmicas relativas. Este estudo se inicia com considerações de natureza teórico-metodológica sobre o corpus selecionado (a entrevista concedida pelo então candidato à presidência da república, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Nacional, da Rede Globo, durante a campanha presidencial de 2022), bem como sobre a Pragmática do discurso e a pertinência de seu uso em estudo sobre o papel das relações textuais na dimensão epistêmica da interação. Em seguida, estudaremos esse papel das relações textuais na dimensão epistêmica da entrevista selecionada.

## 2 SELEÇÃO DO CORPUS E DECISÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

FLP 25(1)

Neste trabalho, investigamos o papel das relações textuais na dimensão epistêmica de corpus formado por uma entrevista com presidenciável. Essa entrevista, ocorrida em 25/08/2022, foi concedida pelo então candidato à presidência da república, Luiz Inácio Lula da Silva, no contexto da série de entrevistas realizadas ao vivo pelo jornal Nacional, da Rede Globo, com os candidatos à presidência mais bem colocados nas intenções de voto<sup>3</sup>. Em todas as entrevistas, os entrevistadores foram os jornalistas William Bonner e Renata Vasconcellos. A escolha desse corpus se justifica não só por sua importância no contexto da campanha – essa entrevista, concedida pelo candidato vitorioso nos dois turnos da eleição, teve índice expressivo de audiência<sup>4</sup> –, mas também pelo subgênero de interação a que pertence, a entrevista com presidenciável.

A entrevista midiática, enquanto um gênero de interação com características bem estabelecidas (cf. Heritage; Greatbatch, 1989; Heritage, 1985, 2002, 2010; Clayman; Heritage, 2002; Brito, 2023), define-se, em especial, pela assimetria epistêmica entre os participantes (entrevistador, entrevistado e público – audiência ou leitorado). Assim, toda a interação corresponde a um processo em que um dos participantes (entrevistador) endossa a postura K-, ao pedir informação para outro participante (o entrevistado), que possui o status K+ (afinal, a entrevista explora seu

<sup>3</sup> Os demais entrevistados foram Simone Tebet (MDB), Ciro Gomes (PDT) e Jair Bolsonaro (PL). Candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Lula havia exercido o cargo de presidente da república por dois mandatos (1º de jan. de 2003- 1º de jan. de 2011).

<sup>4</sup> Durante a entrevista de Lula, os números de audiência para a Grande São Paulo (considerado o maior mercado de televisão do país) foram estes: “A entrevista do ‘Jornal Nacional’ (TV Globo) com o candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na noite de ontem (25) hoje, rendeu 31,9 pontos de audiência na Grande São Paulo, termômetro do mercado e do Ibope”. [...] “Ontem (25), no horário, o SBT ficou em segundo (6,7 pontos), seguido de RecordTV (6,6), Band (2,7) e RedeTV (0,2)”. (<https://www.uol.com.br/splash/noticias/oops/2022/08/25/com-sabatina-a-lula-jn-da--ibope-que-com-bolsonaro.htm>).



território epistêmico) e que, de modo geral, endossa, na maior parte da entrevista, a postura K+. Assim, na entrevista, espera-se uma consistência entre o status epistêmico e a postura epistêmica do entrevistado. Nesse gênero, o principal procedimento usado pelos participantes para a assunção dessas posturas é o desenvolvimento da sequência por meio de pares adjacentes de pergunta e resposta (Heritage; Greatbatch, 1989; Brito, 2023).

Porém, e esse é o interesse central do gênero para a pesquisa sobre dimensão epistêmica, a construção de uma ação social, como uma entrevista, é um fenômeno, em grande medida, instável, emergente e local e, por isso mesmo, sensível às ações e decisões tomadas no decorrer da interação (Heritage, 1985, 2002, 2010; Heritage; Greatbatch, 1989; Clayman; Heritage, 2002). Desse modo, tanto o entrevistador quanto o entrevistado podem se valer de procedimentos para promover discrepâncias entre status e postura, como quando o entrevistador, atendendo à exigência de neutralidade própria da esfera jornalística (Heritage; Greatbatch, 1989; Clayman, 1992; Heritage, 2002; Cunha, 2013), faz uma crítica ao entrevistado (status K+) por meio de um enunciado interrogativo (postura K-).

Exemplo bastante significativo dessa discrepância ocorre no corpus desta pesquisa, quando, em sequência sobre a escolha do Procurador-Geral da República pelo futuro presidente, a entrevistadora pergunta: “um assunto tão importante/ o senhor vai manter suspense sobre uma questão tão fundamental/ e é de fato as críticas à falta de independência do ministério público da procuradoria-geral da república é motivo de preocupação pros brasileiros\ por que manter o suspense?”. Revelando sua compreensão de que no turno a entrevistadora não realiza a ação de pedir informações, mas a de criticar ou acusar, o entrevistado inicia sua reação dizendo: “*em minha defesa eu tenho três indicações\ [...]*” (destaque nosso) (12min.-3seg. – 12min.18seg.).

Essas discrepâncias entre status e postura, a depender da reação do entrevistado, podem dar origem a disputas pela autoridade epistêmica relativa a determinado tópico, bem como a reavaliações dos territórios epistêmicos dos interactantes e, conseqüentemente, de seus status epistêmicos (Heritage; Greatbatch, 1989; Clayman; Heritage, 2002).

No subgênero entrevista com presidenciável, também chamado de sabatina (termo que remete a um contexto didático prenhe de significados sobre autoridade e territórios epistêmicos)<sup>5</sup>, o endosso de posições epistêmicas relativas constitui uma questão central, à qual entrevistador e entrevistado permanecem atentos no decorrer da interação. Assim, são de interesse estudos que, a exemplo deste, investiguem quais procedimentos – verbais e não-verbais – são usados pelos participantes de uma entrevista com presidenciável para endossar posições epistêmicas relativas, assumindo e contestando diferentes graus de autoridade epistêmica sobre assuntos de interesse do espectador (eleitor).

Como exposto, este trabalho focaliza as relações textuais e seus marcadores como um subconjunto desses procedimentos. Para isso, recorreremos a contribuições da Pragmática do discurso (ou Pragmática conversacional) (Roulet, 1999, 2002, 2006;

<sup>5</sup> Na véspera da entrevista selecionada e no dia seguinte ao de sua realização, várias matérias denominavam a entrevista como “sabatina”. Exemplo: “Lula fala por 30 minutos durante **sabatina** no Jornal Nacional; Bolsonaro teve 24 minutos” (<https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/breves/lula-fala-por-30-minutos-durante-sabatina-no-jornal-nacional-bolsonaro-teve-24-minutos/>).

Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001) referentes ao estudo das relações textuais e seus marcadores. Em que pesem diferenças teórico-metodológicas importantes entre essa abordagem e a Análise da Conversa, diferenças devidas, em especial, aos campos disciplinares em que surgiram (Linguística e Sociologia, respectivamente) (cf. Moeschler, 1994), entendemos que uma tal aproximação é possível, em razão de pressupostos comuns<sup>6</sup>. Assim como a Análise da Conversa (Heritage, 1984; Schegloff, 2007), a Pragmática do discurso (Roulet, 1999; Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001; Cunha, 2022):

- estuda interações autênticas, ou seja, não fabricadas para fins de análise, o que implica o trabalho com registros áudio-visuais e transcrições que registram as ações verbais e não-verbais;
- interessa-se não só pelos aspectos esquemáticos da interação, mas também por seus processos emergentes e locais de desenvolvimento;
- compreende a língua não como um arsenal pré-definido e estável de instrumentos de representação do mundo e construção de sentenças, mas como um conjunto de recursos maleáveis de que os interactantes se valem para agir e construir conjuntamente o contexto;
- privilegia o ponto de vista dos interactantes (e não o do analista) na avaliação de suas contribuições recíprocas e das intervenções sucessivamente produzidas na interação.

Na Pragmática do discurso, esse conjunto de pressupostos subjaz ao estudo das relações textuais e de seus marcadores. Por isso, esse estudo se guia por diretrizes essencialmente interacionistas (Roulet, 2002; Cunha, 2021, 2022):

- as categorias de relações textuais propostas nessa abordagem (argumento, contra-argumento, comentário, reformulação, topicalização, sucessão, preparação, clarificação) são concebidas como “traços cognitivos de base de natureza interacionista”, tais como preparar, narrar, apoiar/sustentar, completar e reformular/revisar (Roulet, 2002, p. 149); são, portanto, procedimentos que os interactantes realizam durante a interação e não simples mecanismos de construção da coerência;
- as relações textuais são parte da dinâmica interacional, impactando, assim, o desenvolvimento da troca ou a elaboração da intervenção seguinte;
- os efeitos de hierarquização motivados pelo estabelecimento de relações textuais constituem o resultado de um “trabalho de estruturação” (Filliettaz, 2020, p. 78) realizado pelos interactantes e não uma propriedade de um produto, o texto;
- as marcas das relações textuais (conectores e estruturas sintáticas) são procedimentos com que os interactantes explicitam e especificam o processo de negociação ou esse “trabalho de estruturação” e não simples mecanismos de coesão.

Aproximando os estudos sobre a dimensão epistêmica desenvolvidos no quadro da Análise da Conversa e os estudos sobre as relações textuais e seus marcadores desenvolvidos no âmbito da Pragmática do discurso, a fim de

---

<sup>6</sup> Nas últimas décadas, diferentes aproximações entre a Análise da Conversa (AC) e abordagens linguísticas vêm sendo propostas, das quais as mais frutíferas, a nosso ver, são aquelas entre a AC e abordagens funcionalistas (cf. Ochs; Schegloff; Thompson, 1996; Fox et al., 2013) e, no contexto brasileiro, entre a AC e a Linguística Textual (cf. Marcuschi, 1997; Jubran; Koch, 2006).

compreender o papel das relações textuais na dimensão epistêmica da entrevista selecionada, esta pesquisa se realizou em basicamente três etapas:

- coleta da entrevista e revisão da transcrição disponibilizada no site de notícias UOL, revisão feita com base na audição e visualização da entrevista completa disponibilizada no site de notícias G1<sup>7</sup>;
- identificação das relações textuais estabelecidas pelos entrevistadores nos turnos em que fazem perguntas, identificação feita com base na lista de categorias de relações propostas pela Pragmática do discurso e anteriormente mencionadas;
- estudo dessas relações textuais na assunção de posições epistêmicas relativas, ao longo da entrevista, mas em especial nos pares adjacentes formados por pergunta e resposta.

No próximo item, analisaremos o papel das relações textuais na estruturação dos turnos em que os entrevistadores perguntam e o impacto desses turnos sobre os turnos de resposta do entrevistado. Nosso objetivo, como informado na introdução, é verificar se as relações textuais estabelecidas pelos entrevistadores constituem procedimentos de que se valem para assumir posições epistêmicas relativas<sup>8</sup>.

### 3 RELAÇÕES TEXTUAIS E DIMENSÃO EPISTÊMICA DA INTERAÇÃO

FLP 25(1)

Um procedimento regularmente realizado por jornalistas em entrevistas com figuras políticas é o de justificar ou preparar a pergunta com asserções que, em relação à pergunta, atuam como pressupostos (Clayman; Heritage, 2002, 2009, 2022; Clayman et al., 2012; Clayman; Loeb, 2018; Cunha, 2023). Com essas asserções, o jornalista, mais do que expressar o tópico da pergunta, evidencia que esse tópico e informações a ele relacionadas pertencem a seu território epistêmico. Nessas asserções, o jornalista endossa, assim, a postura K+.

Contudo, em razão do desequilíbrio epistêmico que tipicamente caracteriza os status dos participantes de uma entrevista, cuja finalidade central é explorar o território epistêmico do entrevistado (Heritage, 1985; Heritage; Greatbatch, 1989; Brito, 2023), este não costuma tomar o turno, até que uma pergunta seja feita (Heritage; Greatbatch, 1989), ou seja, até que o entrevistado endosse a postura K-, congruente com seu status K- na interação. Essa espera do entrevistado pela pergunta revela que ele entende (e analisa) as asserções do entrevistador como uma preparação para a pergunta. Nesse sentido, o entrevistador estabelece uma relação de preparação entre as asserções que iniciam o turno e a pergunta, o que constitui um procedimento de hierarquização tanto das informações expressas nas diferentes etapas de construção do turno (a pergunta é

<sup>7</sup> O vídeo pode ser acessado em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/08/25/lula-pt-e-entrevistado-no-jornal-nacional.ghtml> A transcrição pode ser acessada em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/25/integra-jornal-nacional-entrevista-lula.htm> Na revisão dessa transcrição, foram adotadas as seguintes convenções: segmento acentuado (MAIÚSCULA); entonação ascendente (/); entonação descendente (\); aumento do volume da fala (+segmento+); diminuição do volume da fala (°segmento°); segmento incompreensível (XX); segmento cuja transcrição é incerta ((segmento)); alongamento silábico (:); truncamento (Segmen-); pausas de duração variável (. ..); relação de alocação (LOC1 > LOC2) (>); tomadas de fala em recobrimento (sublinhado); comentário do transcritor relativos a deslocamentos corporais, condutas gestuais ou ações não-verbais (((comentário))) (Filliettaz, 2018, p. 49).

<sup>8</sup> Para um estudo mais abrangente das funções das perguntas nessa mesma entrevista, cf. Cunha (2023).

principal em relação às asserções), quanto das posturas (K+, K-) assumidas sucessivamente pelo entrevistador (a postura K- é assumida na parte principal do turno, a pergunta). É o que revela o excerto (1)<sup>9</sup>.

(1) 6min.24seg. – 7min.1seg.

01 WB houve um momento em mais de um momento aliás o partido dos  
02 trabalhadores eh chegou a dizer que o prejuízo acumulado  
03 pela petrobras com o escândalo do petrolão tinha sido eh  
04 reconhecido pela empresa e colocado no balanço da  
05 petrobras por uma imposição da lava jato\ isso foi. dito  
06 pelo partido dos trabalhadores\ hoje eh e escrito\ hoje o  
07 partido reconhece então que efetivamente houve esse  
08 prejuízo/  
09 L deixa eu lhe falar uma coisa\ você não pode dizer que não  
10 houve corrupção se as pessoas confessaram\ [...]

A pergunta (“hoje o partido reconhece então que efetivamente houve esse prejuízo/”, l. 6-8) é precedida por segmento em que o entrevistador, assumindo a postura K+, afirma que o PT disse, em outros momentos, que a Petrobras reconheceu o prejuízo acumulado pelo chamado “escândalo do petrolão”<sup>10</sup> (l. 1-6). Em sua pergunta (uma questão polar) (Heritage, 2002; Clayman; Loeb, 2018), o entrevistador, tomando o prejuízo como um pressuposto (Levinson, 1983), quer saber do entrevistado se seu partido o reconhece “efetivamente”. Na pergunta, o entrevistador endossa uma postura K- não quanto ao prejuízo, de que ele tem certeza, mas quanto ao entendimento atual do partido em relação a ele.

Ao esperar a realização e finalização da pergunta para tomar a palavra, o entrevistado expressa sua interpretação da interação de que participa e do papel que nela assume (Heritage; Greatbatch, 1989). No segmento preparatório do entrevistador (as asserções), há dois momentos que constituem possíveis pontos de transição relevante (Sacks; Schegloff; Jefferson, 1974), dada a completude sintática e prosódica dos enunciados ([...] “lava jato\” (l. 5); [...] “partido dos trabalhadores\” (l. 6)). Nesses momentos, o entrevistado poderia tomar o turno para, por exemplo, contestar a veracidade das informações expressas e, conseqüentemente, questionar o endosso de uma postura K+ pelo entrevistador, o que, alterando a organização sequencial padrão de uma entrevista estruturada em perguntas e respostas (Heritage; Greatbatch, 1989; Clayman; Heritage, 2002), contribuiria para enquadrar a interação mais como uma disputa e menos como uma entrevista (Goffman, 1981, 2012[1974]). Porém, o entrevistado aguarda a pergunta, com a qual o entrevistador, endossando a postura K-, focaliza o território epistêmico do entrevistado.

Ao tomar o turno, o entrevistado responde à pergunta, fornecendo uma resposta afirmativa (l. 9-10), como costuma ocorrer em respostas a questões polares (Heritage, 2002; Clayman; Loeb, 2018), e não questiona ou contesta seus pressupostos.

<sup>9</sup> Nos excertos, usamos estas abreviações para indicar os participantes: Luiz Inácio Lula da Silva = L; Renata Vasconcellos = RV; William Bonner = WB.

<sup>10</sup> Criado pelo deputado federal Antônio Imbassahy (PSDB-BA), líder da oposição aos governos de Lula e Dilma Rousseff, o termo “petrolão”, amplamente usado por parte da imprensa hegemônica, como Rede Globo, Veja e Época, buscou associar apenas ao PT, situado mais à esquerda no espectro político, um esquema de corrupção que envolvia empreiteiras, funcionários da Petrobras e políticos de diferentes partidos (<https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/o-que-o-termo-201cpetrolao201d-diz-sobre-a-imprensa-2782/>).

Agindo assim, o entrevistado demonstra aceitar a hierarquia estabelecida pelo entrevistador em seu turno (a pergunta e a postura K- nela assumida são principais em relação às asserções e à postura K+ nelas assumidas), avaliando esse turno como suficientemente adequado para o desenvolvimento da interação (Cunha, 2020; Brito, 2023).

Porém, esse comportamento do entrevistado não é o único tipo de reação que as perguntas dos entrevistadores motivam. Há um conjunto de sequências na entrevista em que o entrevistado na resposta tematiza informações mencionadas no segmento preparatório do turno do entrevistador, desconsiderando a pergunta ou relativizando sua importância e promovendo, desse modo, uma alteração no padrão sequencial da entrevista, que tipicamente se desenvolve em perguntas e respostas (Heritage; Greatbatch, 1989; Clayman; Heritage, 2002). Nesses casos, o segmento preparatório apresenta uma especificidade em relação ao segmento do excerto anteriormente analisado. Nele, o entrevistador estabelece uma relação de contra-argumento, sempre sinalizada por conector contra-argumentativo (*mas, só que*), em que a asserção (argumento) introduzida pelo conector se opõe à asserção (contra-argumento) que o antecede ou a alguma inferência dela derivada. Do ponto de vista argumentativo, essas asserções não estão simplesmente justapostas ou coordenadas, já que a asserção introduzida pelo conector tem maior força argumentativa (Ducrot et al., 1980; Roulet et al., 1985). Prova disso é que essa asserção funcionará como o pressuposto da pergunta feita em seguida. O excerto (2) constitui um exemplo das sequências em que o fenômeno ocorre.

(2) 33min.8seg. – 34min.53seg.

- 01 RV então candidato continuando vamos para o agronegócio\ no  
 02 seu governo a política agrícola contribuiu muito pro  
 03 crescimento do setor do agronegócio no brasil e foi também  
 04 um período em que ah os preços internacionais das  
 05 commodities os grãos em geral soja milho estavam bem  
 06 altos\ o seu ministro da agricultura foi um grande  
 07 produtor eh rural\ mas hoje grande parte do setor agro não  
 08 o apoia\ o senhor atribui esse afastamento a desconfianças  
 09 talvez geradas pelo relacionamento do seu partido com o  
 10 mst/  
 11 L não\ oh: renata tem tem o seguinte veja/ eu queria que  
 12 você trouxesse aqui o mais reacionário representante do  
 13 agronegócio e perguntasse pra ele o que que o bolsonaro  
 14 fez pra ele que chegou perto daquilo que nós fizemos\ eu  
 15 queria que cê chamasse\ sabe por quê/ porque não tem nenhum  
 16 governo que tratou do agronegócio como nós tratamos\ eu  
 17 vou dizer pra você\ nós fizemos uma medida provisória/  
 18 quatrocentos e trinta e dois se não me falha a memória de  
 19 2008 que fez uma negociação sabe/ com ah os: produtores  
 20 rurais de +oitenta e cinco bilhões de reais se não eles  
 21 tinham quebrado+\  
 22 RV então a que o senhor atribui que grande parte do setor  
 23 agro não o apoia/  
 24 L eu vou dizer o que que eles contribuem eu vou dizer o que  
 25 que eles contribuem a questão da nossa política em defesa  
 26 sabe/ da amazônia\ a nossa política em defesa do pantanal\  
 27 a nossa política em defesa da mata atlântica\ ou seja a  
 28 nota luta contra o desmatamento faz com que eles sejam  
 29 contra nós sabe/ é isso\ [...]

FLP 25(1)

No segmento que antecede a pergunta (“o senhor atribui esse afastamento a desconfianças talvez geradas pelo relacionamento do seu partido com o mst/”, l. 8-10), a entrevistadora menciona, em várias asserções, a política bem-sucedida dos governos anteriores do entrevistado no setor do agronegócio. Em seguida, estabelece uma relação de contra-argumento entre a informação introduzida pelo conector *mas* de que “hoje grande parte do setor agro não o apoia\” (l. 7-8) e o apoio que aquela política bem-sucedida poderia motivar. Com essa relação, ela dá destaque à falta de apoio e subordina a política bem-sucedida do entrevistado. Na pergunta (outra questão polar), a entrevistadora toma a falta de apoio do setor do agronegócio, falta de apoio categorizada como “esse afastamento”, como um dos pressupostos da pergunta (informação dada) e quer saber se a causa desse afastamento não seria o relacionamento do PT com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (informação nova).

Em sua resposta, o entrevistado, primeiro, responde à pergunta de forma negativa e bastante sucinta (“não\”, l. 11). Depois, sem tematizar o MST, retoma a política bem-sucedida de seus governos no setor do agronegócio, para compará-la à de um de seus adversários (l. 11-14). Ao agir dessa forma, o entrevistado, ainda que tenha esperado a pergunta para tomar o turno, contribuindo, assim, para a manutenção de uma organização sequencial baseada na alternância de perguntas e respostas, desconsidera os dois procedimentos usados pela entrevistadora para estabelecer uma relação hierárquica entre as informações articuladas pela relação de contra-argumento: (1) a própria relação e sua sinalização com o *mas*; (2) o uso da informação introduzida pelo *mas* como um dos pressupostos da pergunta.

Por isso, ao reformular a pergunta (“então a que o senhor atribui que grande parte do setor agro não o apoia/”, l. 22-23), a entrevistadora elabora uma pergunta aberta sobre a causa da falta de apoio do setor do agronegócio à candidatura do entrevistado. Nessa reformulação, a falta de apoio permanece como pressuposto. Ao reformular desse modo sua pergunta, a entrevistadora reafirma a hierarquia que propôs no segmento preparatório da pergunta: a política bem-sucedida do candidato para o setor não é mais mencionada (afinal, como foi referida na parte subordinada do turno, tem menor chance de ser retomada no decorrer da interação (Grobet, 2000)), e a falta de apoio permanece como pressuposto. Sem negar ou contestar esse pressuposto, o entrevistado em sua resposta atribui a falta de apoio à sua luta contra o desmatamento (“a questão da nossa política em defesa sabe/ da amazônia\ a nossa política em defesa do pantanal\ a nossa política em defesa da mata atlântica\ ou seja a nota luta contra o desmatamento faz com que eles sejam contra nós sabe/ é isso\”, l. 25-29).

O interesse desse exemplo está em mostrar, de um lado, que um entrevistador pode se valer das relações textuais para sinalizar os diferentes graus de importância que atribui às informações mobilizadas em seu turno e, assim, tentar restringir o desenvolvimento da sequência, em termos dos tópicos que espera que o entrevistado aborde. De outro lado, o entrevistado pode “jogar” com essa hierarquia, deixando-a restringir o tópico de sua resposta (cf. excerto (1)) ou tratando de informação apresentada pelo entrevistador como menos central, ainda que sem interrompê-lo, quando essa informação foi expressa na preparação à pergunta (cf. excerto (2)).

No excerto (3), a entrevistadora adota o mesmo procedimento de construção do turno da pergunta que adotou no excerto analisado anteriormente.

(3) 22min.23seg. - 23min.16seg.

01 RV então pronto\ é de política e de alianças que nós vamos  
 02 falar agora\ o senhor tem dito que centrão se formou lá  
 03 atrás na constituinte e que participou da base de todos  
 04 os governos\ do de fernando henrique cardoso do seu de  
 05 dilma de temer e agora de de jair bolsonaro\ só que o  
 06 relacionamento de governos do pt com o congresso resultou  
 07 em escândalos de corrupção como o mensalão por exemplo\  
 08 como evitar que isso aconteça novamente/  
 09 L você acha que o mensalão que tanto se falou.. é mais grave  
 10 do que o orçamento secreto/  
 11 RV vamos falar de orçamento secreto também  
 12 L deixa eu lhe falar uma coisa/  
 13 RV vamos falar de orçamento secreto também  
 14 L deixa eu lhe falar uma coisa a vida política estabelecida  
 15 em regime democrático é a convivência democrática na  
 16 adversidade\ nenhum presidente da república em um regime  
 17 presidencialista governa se não estabelecer relação com o  
 18 congresso nacional\ [...]

Após um enunciado metadiscursivo em que anuncia o novo tópico (“então pronto\ é de política e de alianças que nós vamos falar agora\”, l. 1-2), a entrevistadora elabora inicialmente duas asserções entre cujas informações estabelece uma relação de contra-argumento, sinalizada pelo conector “só que”, hierarquizando essas informações. A informação introduzida pelo conector (“o relacionamento de governos do pt com o congresso resultou em escândalos de corrupção como o mensalão por exemplo\”, l. 5-7) é principal em relação à informação que o antecede. Na elaboração de ambas as asserções, a entrevistadora assume a postura K+. Entre essas asserções e a pergunta, feita logo em seguida (“como evitar que isso aconteça novamente/”, l. 8), a entrevistadora estabelece uma relação de preparação. Na pergunta, a informação introduzida por “só que” é retomada pelo pronome “isso” e atua como um pressuposto. Afinal, a postura K- assumida pela entrevistadora na pergunta se refere ao procedimento que o candidato pretende adotar para evitar “escândalos de corrupção como o mensalão” causados, segundo ela, pelo relacionamento entre PT e congresso e não aos próprios escândalos de corrupção (o pressuposto), dos quais ela tem certeza.

Diferentemente do exemplo anterior, neste o entrevistado, em sua reação, contesta a pertinência do pressuposto, ao comparar o mensalão com o orçamento secreto<sup>11</sup>. O procedimento por ele adotado para fazer essa contestação é a elaboração

<sup>11</sup> O termo “mensalão” se refere a um esquema de corrupção em que uma quantia de dinheiro público é paga a um político como contrapartida ao voto favorável a determinado projeto do governo. Durante os governos de Lula, grande parte da imprensa hegemônica (Folha de S. Paulo, Veja, O Globo) associou o termo ao PT, ainda que partidos de várias legendas e diferentes espectros políticos estivessem envolvidos no esquema (Miguel; Coutinho, 2007). Já o termo “orçamento secreto” “surgiu com a criação de uma nova modalidade de emendas parlamentares. Emendas são recursos do Orçamento da União direcionados por deputados para suas bases políticas ou estados de origem. As verbas devem ser usadas para investimentos em saúde e educação. [...] Em 2019, o Congresso aprovou novas regras, que ampliaram o poder do relator. Ele passou a liberar valores do Orçamento a pedido de deputados e senadores. Nos sistemas do Congresso, não aparecem os nomes dos parlamentares que são beneficiados, somente o nome do relator. Daí a expressão orçamento secreto. [...] Em 2021 e 2022, o Planalto destinou bilhões de reais para essas emendas de relator — o que foi

de um enunciado interrogativo (“você acha que o mensalão que tanto se falou.. é mais grave do que o orçamento secreto/”, l. 9-10) que, dada a reação da entrevistadora (“vamos falar de orçamento secreto também”, l. 11), não é analisado por ela como um pedido de informação, mas como uma mudança não-pertinente do tópico. Vale lembrar que a noção de território ou domínio epistêmico abarca não só aquilo que alguém sabe, mas também os direitos e responsabilidades desse alguém na abordagem desses saberes, tendo em vista suas experiências pessoais e profissionais (Heritage, 2013; Drew, 2018). Portanto, embora a postura epistêmica codificada na reação do entrevistado seja K-, seu status epistêmico sobre a vida política brasileira, em relação ao da entrevistadora, é K+, dada sua trajetória e experiência políticas. Essa discrepância entre postura e status na reação do entrevistado explica o comportamento da entrevistadora, que, ocupada agora em restringir o tópico da sequência, não avalia a reação do entrevistado como um efetivo pedido de informação.

Após a jornalista repetir “vamos falar de orçamento secreto também\” (l. 13), indicando novamente que o tópico “orçamento secreto” não é pertinente e, assim, fazendo valer a prerrogativa de seu papel – entrevistadora – na definição dos tópicos abordados, o entrevistado adota procedimento semelhante ao adotado no exemplo anterior, mas de forma mais veemente. Enquanto no outro excerto ele respondeu à pergunta, aqui o entrevistado a ignora e aborda a relação entre o governo e o Congresso Nacional, informação que, mencionada pela entrevistadora no turno inicial, quando se referiu ao chamado “centrão”<sup>12</sup> (l. 2), entrou na relação de contrargumento como informação subordinada e, portanto, de menor importância.

Esse excerto evidencia bem que a definição do enquadre de uma interação (entrevista, aula, debate, briga, etc.) constitui não um fenômeno pré-estabelecido, mas um fenômeno emergente e negociado ao longo da própria interação, em função das ações sucessivas que os participantes realizam por meios verbais e não-verbais (Goffman, 1981, 2012[1974]). Na sequência em análise, o modo como a entrevistadora estrutura o primeiro turno e o modo como a sequência se desenvolve a partir daí, com os interactantes negociando (e contestando) de forma complexa territórios, posturas e status epistêmicos (ou seja, o que sabem e como devem e podem expressar esse saber), impactam o enquadre da interação, que se assemelha ora a uma entrevista, ora a uma discussão, como sinalizado, inclusive, pelas sobreposições de falas (Schegloff, 2007).

Esse excerto, mas também os dois primeiros aqui analisados evidenciam ainda a profunda interrelação entre a dimensão epistêmica (o modo como os conhecimentos são atribuídos na interação) e a dimensão dramatúrgica (o modo como as imagens identitárias são construídas na interação) (cf. Cunha, 2020; Cunha; Oliveira, 2020). Essa interrelação, que pode se dar de diferentes maneiras e cuja compreensão demanda estudos sistemáticos (cf. Heritage; Raymond, 2005; Raymond; Heritage, 2006), se manifesta, na entrevista analisada, de várias formas. Com base na análise desenvolvida

---

interpretado como uma forma de fazer barganha política com o Legislativo.” (<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/10/12/o-que-e-o-orcamento-secreto.ghtml>).

<sup>12</sup> No Congresso Nacional, “O Centrão é composto por vários partidos políticos que não se identificam necessariamente nem com o governo nem com a oposição. Nas votações, os partidos que compõem o centro podem, ao menos em teoria, pender de um lado a outro, dependendo do que está sendo votado. Especialistas afirmam que eles são muito importantes justamente por terem um grande número de políticos, essenciais na hora de passar ou bloquear votações no Congresso Nacional.” (<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/beaba-da-politica/2022/09/29/noticia-beaba-da-politica,1399460/o-que-e-o-centrao-e-qual-e-a-origem-desse-termo.shtml>).



até o momento, mencionaremos a seguir apenas aquelas em que os procedimentos estudados, as relações textuais, são centrais. Porém, tendo em vista a complexidade do tema, as observações a seguir constituem mais indicações para estudos futuros do que conclusões derivadas de nossas análises, cujo objeto central foi a dimensão epistêmica.

O modo como os entrevistadores hierarquizam as informações por meio de relações textuais pode ser avaliado pelo entrevistado como desfavorável à sua imagem de candidato. Nas análises, essa avaliação se manifesta, por exemplo, na ação do entrevistado de tematizar as informações da fala do entrevistador situadas à esquerda do conector contra-argumentativo, ou seja, as informações que foram subordinadas pelo entrevistador, o que corresponde a ignorar a hierarquia que a relação de contra-argumento impõe às informações articuladas (cf. excerto (2)).

A contestação pelo entrevistado do pressuposto de uma pergunta é nociva para a imagem do entrevistador. Como vimos no excerto (3), essa contestação implica questionar não só a pertinência da pergunta, mas, mais grave, o status K+ do entrevistador. Afinal, o pressuposto da pergunta é geralmente mencionado no segmento preparatório da pergunta, segmento em cuja elaboração o entrevistador assume a postura K+. Essa contestação pode ter como efeito reenquadrar a interação como uma discussão, já que implica uma disputa por territórios epistêmicos.

Ainda que a pergunta do entrevistador contenha um pressuposto desfavorável à imagem do entrevistado, pressuposto explicitado no segmento que prepara a pergunta, o entrevistado pode preferir respondê-la a questionar o pressuposto, já que, como vimos na análise do excerto (3), esse questionamento pode implicar o reenquadre da interação como uma disputa, reenquadre cujo impacto junto à ampla e complexa audiência da entrevista (o eleitorado) é incerto. É o que ocorreu no excerto (1), em que um pressuposto potencialmente negativo para a imagem do entrevistado (o reconhecimento do “prejuízo acumulado pela petrobras com o escândalo do petrolão”) não é por ele contestado em sua resposta.

A elaboração de enunciados interrogativos permite a um entrevistador endereçar ao entrevistado críticas e acusações, sem abandonar de modo evidente a exigência de neutralidade própria da esfera jornalística (Clayman, 1992; Heritage, 2002; Clayman; Heritage, 2002), abandono que, se realizado de forma ostensiva, é nocivo à sua imagem de jornalista. Como vimos na análise dos três excertos, as relações de preparação e de contra-argumento permitem ao entrevistador alcançar fim semelhante, mas talvez de forma mais sutil (e perversa). Isso porque a subordinação à pergunta de informações nocivas à imagem do entrevistado e a posterior utilização dessas informações como pressupostos da pergunta transformam essas informações em um dado (um fato) não submetido a contestações (Ducrot, 1987; Clayman; Heritage, 2009; Cunha, 2013). Assim, se o candidato questiona ou contesta essas informações, pode ter seu comportamento avaliado como não-pertinente, evasivo ou mesmo impolido (cf. excertos 2 e 3), mas, se não as contesta e responde à pergunta, é obrigado a permanecer com a imagem atacada (cf. excerto 1).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos trazer evidências de que as relações textuais (argumento, contra-argumento, preparação, reformulação, etc.) exercem papel importante na dimensão epistêmica da interação. Para isso, aproximamos as

contribuições teórico-metodológicas de duas abordagens interacionistas: os estudos sobre a dimensão epistêmica desenvolvidos no quadro da Análise da Conversa, e os estudos sobre as relações textuais e seus marcadores desenvolvidos no âmbito da Pragmática do discurso. O corpus estudado foi a entrevista concedida em 2022 pelo então candidato à presidência da república, Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Nacional, da Rede Globo, no contexto da campanha eleitoral.

Em razão da abrangência do tema, focalizamos o papel das relações textuais de preparação e contra-argumento presentes nos turnos em que os entrevistadores fazem perguntas. Nesses turnos, as relações textuais de preparação e de contra-argumento são procedimentos com que os entrevistadores hierarquizam informações, bem como as posturas epistêmicas (K+, K-) materializadas no modo como essas informações são expressas. Com a relação de preparação, os entrevistadores precedem a pergunta, em que assumem a postura K-, de asserções em que assumem a postura K+. De modo geral, as informações expressas no segmento preparatório funcionam como pressupostos da pergunta. Já com a relação de contra-argumento, os entrevistadores hierarquizam duas asserções, uma benéfica e outra nociva à imagem do entrevistado, e expressam na asserção principal a informação nociva. Em seguida, fazem dessa informação o pressuposto da pergunta.

Em razão desses procedimentos, a estruturação do turno de pergunta por meio das relações textuais pode impactar o desenvolvimento da sequência pelo entrevistado, que pode aceitar ou contestar a hierarquia proposta, bem como a assunção, pelo entrevistador, de posturas epistêmicas. Quando aceita, o entrevistado responde à pergunta, sem questionar seus pressupostos. Quando contesta, ele questiona o pressuposto da pergunta ou tematiza informações favoráveis a ele que, no turno do entrevistador, foram apresentadas como subordinadas. Esses resultados evidenciam a complexidade da dimensão epistêmica da interação, cujo estudo implica não a mera identificação do que os interactantes expressam e do que supostamente sabem ou não sabem, mas a análise das disputas envolvidas na atribuição e contestação de conhecimentos, o que, como vimos, tem importantes (e ainda pouco explorados) reflexos na dimensão dramática da interação.

## AGRADECIMENTOS

Uma versão preliminar deste texto foi discutida na sessão de trabalho do mês de março/2023 do GEPTED/UFMG (Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso). Agradeço aos integrantes do grupo as sugestões e observações feitas na ocasião. Este trabalho se realizou no período de residência do autor no IEAT (Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares), da UFMG. Agradeço ao IEAT as condições favoráveis à sua realização. Agradeço ainda ao CNPq a concessão da bolsa de produtividade em pesquisa (processo no 304805/2022-0).

## REFERÊNCIAS

Brito DM. O funcionamento das relações de discurso na dimensão dramática de entrevistas jornalísticas: uma abordagem interacionista [dissertação]. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais; 2023.

- Clayman S. Footing in the achievement of neutrality: the case of news-interview discourse. In: Drew P, Heritage J, organizadores. *Talk at work: interaction in institutional settings*. Cambridge: Cambridge University Press; 1992. p. 163-198.
- Clayman S, Heritage J. *The news interview: journalists and public figures on the air*. Cambridge: Cambridge University Press; 2002.
- Clayman S, Heritage J. Question design as a comparative and historical window into president–press relations. In: Haakana M, Laakso M, Lindstrom J, organizadores. *Talk in interaction: comparative dimensions*. Helsinki: Finnish Literature Society (SKS); 2009. p. 299-315.
- Clayman S, Heritage J. Question design and press-state relations: the case of U.S. presidential news conferences. In: Porsche Y, Scholz R, Singh J, organizadores. *Institutionality: studies of discursive and material (re)ordering*. Basingstone: Palgrave Macmillan; 2022. p. 301-332.
- Clayman S, Loeb L. Polar questions, response preference, and the tasks of political positioning in journalism. *Research on Language and Social Interaction*. 2018;51(2):127-144.
- Clayman S, et al. The President's questioners: consequential attributes of the White House Press Corps. *The International Journal of Press/Politics*. 2012;17(1):100-121.
- Cunha GX. *A construção da narrativa em reportagens [tese]*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais; 2013.
- Cunha GX. Elementos para uma abordagem interacionista das relações de discurso. *Revista Linguística*. 2020;36:107-129.
- Cunha GX. Relações de discurso e completude monológica: o impacto da restrição ritual sobre o estabelecimento das relações interativas. *Forma y Función*. 2021;34:1-24.
- Cunha GX. A reformulação em uma perspectiva interacionista para o estudo das relações de discurso. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. 2022;64:1-18.
- Cunha GX. A pergunta no gênero entrevista com presidenciável: articulando gramática, texto e contexto. *Entrepalavras*. 2023;13(1):1-26.
- Cunha GX, Oliveira ALAM. Teorias de im/polidez linguística: revisitando o estado da arte para uma contribuição teórica sobre o tema. *Estudos da língua(gem)*. 2020;18:135-162.
- Drew P. Epistemics in social interaction. *Discourse studies*. 2018;20(1):163-187.
- Ducrot O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes; 1987.
- Ducrot O, et al. *Les mots du discours*. Paris: Minuit; 1980.
- Filliettaz L. Interactions verbales et recherche em éducation: principes, méthodes et outils d'analyse. Genebra: Université de Genève, Section des sciences de l'éducation; 2018.
- Filliettaz L. Le travail de structuration des activités éducatives. In: Filliettaz L, Zogmal M, organizadores. *Mobiliser et développer des compétences interactionnelles en situation de travail éducatif*. Toulouse: Octarès Éditions; 2020. p. 63-80.
- Fox BA. Evidentiality: authority, responsibility and entitlement in English conversation. *Journal of Linguistic Anthropology*. 2001;11(2):167-192.
- Fox BA, et al. *Conversation Analysis and Linguistics*. In: Sidnell J, Stivers T, organizadores. *The handbook of conversation analysis*. Oxford: Blackwell Publishing; 2013. p. 726-740.

- Goffman E. Footing. In: Goffman E. *Forms of talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press; 1981. p. 124-159.
- Goffman E. *Os quadros da experiência social*. Petrópolis: Vozes; 2012[1974].
- Grobet A. *L'identification des topiques dans les dialogues [tese]*. Genebra: Faculdade de Letras, Universidade de Genebra; 2000.
- Heritage J. *Garfinkel and Ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press; 1984.
- Heritage J. Analyzing news interviews: aspects of the production of talk for an overhearing audience. In: Van Dijk TA, organizador. *Handbook of discourse analysis*. V. 3. Londres: Academic Press London; 1985. p. 95-117.
- Heritage J. The limits of questioning: negative interrogatives and hostile question content. *Journal of pragmatics*. 2002;34:1427-1446.
- Heritage J. Epistemics in action: action formation and territories of knowledge. *Research on language and social interaction*. 2012a;45(1):1-29.
- Heritage J. The epistemics engine: sequence organization and territories of knowledge. *Research on language and social interaction*. 2012b;45(1):30-52.
- Heritage J. Action formation and its epistemic (and other) backgrounds. *Discourse studies*. 2013;15(5):551-578.
- Heritage J. The ubiquity of epistemics: a rebuttal to the 'epistemics of epistemics' group. *Discourse studies*. 2018;20(1):14-56.
- Heritage J, Greatbatch D. On the institutional character of institutional talk: the case of news interviews. In: Baden D, Zimmerman DH, organizadores. *Talk and social structure*. Berkeley: University of California Press; 1989. p. 93-137.
- Heritage J, Raymond G. The terms of agreement: indexing epistemic authority and subordination in talk-in-interaction. *Social Psychology Quarterly*. 2005;68(1):15-38.
- Jubran CCAS, Koch IGV, editoras. *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora Unicamp; 2006.
- Kamio A. *Territory of information*. Amsterdam: John Benjamins; 1997.
- Labov W, Fanshel D. *Therapeutic discourse*. New York: Academic Press; 1977.
- Levinson SC. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press; 1983.
- Marcuschi LA. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática; 1997.
- Miguel LF, Coutinho AA. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. *Opinião Pública*. 2007;13(1):97-123.
- Moeschler J. Analyse du discours et analyse conversationnelle. In: Moeschler J, Reboul A, organizadores. *Dictionnaire encyclopédique de pragmatique*. Paris: Éditions du Seuil; 1994. p. 471-492.
- Neves MHM. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto; 2006.
- Ochs E, Schegloff EA, Thompson SA, editores. *Interaction and grammar*. Cambridge: Cambridge University Press; 1996.

- Pomerantz AM. Telling my side: 'Limited access' as a 'fishing' device. *Sociological inquiry*. 1980;50:186-198.
- Raymond G. Which epistemics? Whose conversation analysis? *Discourse studies*. 2018;20(1):57-89.
- Raymond G, Heritage J. The epistemics of social relations: owning grandchildren. *Language in society*. 2006;35:677-705.
- Roulet E. *La description de l'organisation du discours*. Paris: Didier; 1999.
- Roulet E. De la nécessité de distinguer des relations de discours sémantiques, textuelles et praxéologiques. In: Andersen HL, Nolke H, organizadores. *Macro-syntaxe et macro-sémantique*. Berne: Peter Lang; 2002. p. 141-165.
- Roulet E. The description of text relation markers in the Geneva model of discourse organization. In: Fischer K, organizadora. *Approaches to discourse particles*. Nova York: Elsevier; 2006. p. 115-131.
- Roulet E, Filliettaz L, Grobet A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Peter Lang; 2001.
- Roulet E, et al. *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne: Peter Lang; 1985.
- Sacks H, Schegloff E, Jefferson G. A simplest systematics for the organization of turn-taking in conversation. *Language*. 1974;50:696-735.
- Schegloff E. *Sequence organization in interaction: a primer in Conversation Analysis I*. Cambridge: Cambridge University Press; 2007.

FLP 25(1)

## Os erros (orto)gráficos das soantes palatais

### *The (ortho)graphic errors of palatal sonorants*

Simone Silveira da Silva\*

*Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil*

Ana Ruth Moresco Miranda\*\*

*Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil*

**Resumo:** Este artigo descreve e analisa erros (orto)gráficos das soantes palatais /ʎ, ɲ/, consoantes representadas por <lh> e <nh> no sistema de escrita. As soantes palatais compõem uma classe natural que tem suscitado interesse para os estudos diacrônicos e sincrônicos bem como para a aquisição da linguagem, tanto na fala como na escrita. A base de dados deste estudo é um conjunto de erros extraídos de textos produzidos por crianças das quatro primeiras séries do ensino fundamental de duas escolas, uma pública e outra particular. As análises realizadas adotam uma perspectiva linguística e dialogam com estudos do desenvolvimento fonológico, com o suporte da fonologia autosegmental (Clements e Hume, 1995), e da aquisição da escrita Miranda (2012, 2014). Os erros foram analisados com base nas categorias propostas por Miranda (2020), as quais visam identificar a natureza dos erros encontrados nas escritas alfabéticas iniciais, quais sejam: fonológica, ortográfica ou fonográfica. Os resultados encontrados mostram maior efeito da fonologia das consoantes por processos que se assemelham àqueles observados na aquisição da fala. Observaram-se também casos em que a motivação é de ordem fonográfica como decorrência da dificuldade no estabelecimento de relações grafofônicas relacionadas à complexidade dos dígrafos com H.

FLP 25(1)

**Palavras-chave:** Soantes palatais. Erro (orto)gráfico. Aquisição da escrita. Fonologia e ortografia.

**Abstract:** This article describes and analyzes (ortho)graphic errors of the palatal sonorants /ʎ, ɲ/, consonants represented by <lh> and <nh> in the writing system. Palatal sonorants make up a natural class that has aroused interest in diachronic and synchronic studies, as well as in language acquisition, both in speech and writing. The database for this study is a set of errors extracted from texts produced by children in the first four grades of elementary school in two schools, one public and the other private. The analyzes carried out adopt a linguistic perspective and dialogue with studies of phonological development, with the support of autosegmental phonology (Clements and Hume, 1995), and the writing acquisition (Miranda, 2012, 2014). The errors were analyzed based on the categories proposed by Miranda (2020), which aim to identify the nature of the errors found in the initial alphabetic writings, namely: phonological, orthographic or phonographic. The results found show a greater effect of the phonology of the consonants by processes that are similar to those observed in speech acquisition. Cases were also observed in which the motivation was of a phonographic nature as a result of the difficulty in establishing graphophonetic relationships related to the complexity of the digraphs with H.

---

\* Mestre em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil; simonesilveira.s16@gmail.com

\*\* Professora Titular, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil; anaruthmmiranda@gmail.com

**Keywords:** Palatal sounds. Orthographic error. Acquisition of writing. Phonology and spelling.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo<sup>1</sup> descreve e analisa os erros (orto)gráficos encontrados na grafia das soantes palatais, /ʎ, ɲ/, produzidos por crianças dos anos iniciais da escolarização. A ideia de erro construtivo de base piagetiana, retomada em Ferreiro e Teberosky ([1984] 1999), considera que o erro produzido pela criança, ao longo do desenvolvimento, é capaz de revelar as hipóteses formuladas por ela acerca do objeto de conhecimento em questão.

O GEALE (Grupo de Estudos sobre Aquisição da Linguagem Escrita) vem desenvolvendo, ao longo dos últimos 20 anos, estudos com foco no erro (orto)gráfico<sup>2</sup>, com vistas a identificar a natureza dessas grafias alfabéticas iniciais heteróclitas, tomando como base uma abordagem linguística e em consonância com estudos sobre o desenvolvimento fonológico. O estudo de Miranda (2020) propõe três categorias principais de análise, quais sejam: fonológica, ortográfica e fonográfica. O erro de motivação fonológica relaciona-se àqueles casos em que há complexidade derivada do sistema fonológico, o que pode ser de ordem segmental ou prosódica, sem que haja complexidade ortográfica. Já o erro de motivação ortográfica apresenta complexidades relacionadas às relações fonema-grafema convencionadas pelo sistema ortográfico, as quais se expressam por meio de relações múltiplas, contextuais ou arbitrárias. Por fim, o erro de motivação fonográfica, referente a casos em que não se observa complexidade fonológica ou ortográfica, mas sim o efeito denominado fonográfico, que envolve aspectos relacionados à mecânica da escrita tais como o traçado de letra ou os sequenciamentos, inserções e omissões de letras ou sílabas.

As soantes palatais formam uma classe de consoantes do sistema do português que chama atenção pelo seu funcionamento. Não pertenciam ao sistema latino e foram derivadas por processos fonológicos diacrônicos. O resultado são segmentos complexos em se considerando a sua caracterização interna. Isso significa dizer que são estruturados a partir de uma porção consonantal e outra vocálica, segundo os preceitos da fonologia autosegmental de Clements e Hume (1995). Quanto ao sistema ortográfico, as soantes palatais estabelecem relação quase direta com seus respectivos grafemas, mas, juntamente com a fricativa palatal surda <ch>, esta regida por regras arbitrárias, são representadas por dígrafos com H, <lh> e <nh>.

Talvez por essas características, as soantes palatais venham suscitando interesse em relação à sua aquisição, seja na fala seja na escrita, dado seu domínio mais tardio no desenvolvimento fonológico e a presença de erros nas escritas iniciais, especialmente a líquida. Neste estudo, serão descritas as estratégias utilizadas pelas

---

<sup>1</sup> Pesquisa apoiada pelo CNPq (Processos n. 312387/2020-2 e 423038/2021-4).

<sup>2</sup> “O uso de parênteses tem como objetivo demarcar a diferença existente entre erros relacionados às regras do sistema ortográfico propriamente dito, os quais envolvem as relações múltiplas entre fonemas e grafemas, definidas contextual ou arbitrariamente, e aqueles produzidos na fase inicial do desenvolvimento da escrita, muitas vezes motivados por questões representacionais ou ainda por influência da fala, isto é, referentes ao funcionamento fonológico da língua” (Miranda, 2014, p. 47).

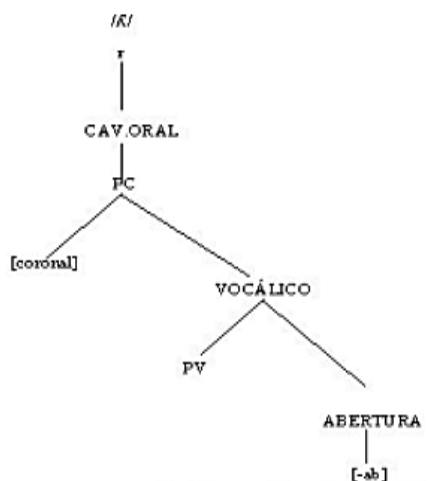


crianças para a grafia das soantes palatais e analisadas relações entre o tipo de erro produzido e os processos fonológicos observados na aquisição da fala, bem como entre os erros e aspectos da fonografia e da ortografia.

O artigo está organizado da seguinte forma: em um primeiro momento será caracterizado o fenômeno à luz da fonologia Autossegmental (Matzenauer-Hernandorena, 2000) na fonologia e na ortografia; em seguida serão descritos os procedimentos metodológicos adotados para o estudo; por fim, serão apresentados os resultados e discussões seguidas das considerações finais.

## 2 CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO

As consoantes palatais não pertenciam ao sistema do latim clássico, estando sua origem relacionada a processos fonológicos de palatalização registrados na evolução do latim para o português (Silva, 1996). A análise diacrônica permite que se acompanhe a evolução das línguas ao longo do tempo e, no caso da evolução do latim ao português, foram vários séculos para que se chegasse ao estado atual da língua. A líquida palatal /ʎ/ é originária das sequências (li, lli, kl, gl, pl) e a nasal palatal /ɲ/ das sequências (ni, n, nn, gn) e de processos que envolvem o 'i' em hiato. Esses segmentos consonantais são representados na ortografia pelos dígrafos <lh> e <nh> e, na fonologia, são considerados, por Wetzels (1997) e Matzenauer-Hernandorena (2000), consoantes complexas, por possuírem em sua constituição interna um nó de ponto de consoante e um nó de ponto de vogal simultâneos, conforme se observa na Figura 1, a seguir.



Fonte: Matzenauer-Hernandorena (2000, p. 303).

Figura 1 – Esquema representativo da soante líquida palatal /ʎ/.

De acordo com Matzenauer-Hernandorena (op. cit.), as soantes palatais são de aquisição tardia, estando a nasal palatal /ɲ/ estabilizada em torno dos 2 anos de idade, aproximadamente, e a líquida palatal por volta dos 4 anos. A autora mapeou em um estudo sobre aquisição da fonologia algumas estratégias utilizadas pelas crianças. No caso da nasal palatal, foi registrada, além da forma alvo, a produção das variantes [Ø] ~ [j] ~ [n] e, da soante líquida palatal, as variantes [Ø] ~ [l] ~ [j] ~ [lj] ~ [li], além da

líquida palatal. Considera-se que a complexidade observada na aquisição da fala pode ser também verificada na aquisição da escrita, uma vez que a relação estreita entre a escrita alfabética inicial e o conhecimento fonológico internalizado pela criança nos seus primeiros anos de vida é considerada crucial, nos estudos do GEALE, para a compreensão da natureza dos erros produzidos, tendo-se em conta que a compreensão da escrita alfabética envolve uma retomada consciente do conhecimento fonológico construído de maneira espontânea pela criança.

Nos estudos já realizados junto ao acervo do GEALE, os quais contemplam os erros para a grafia das soantes palatais (Miranda, 2012, 2014; Tavares; Miranda, 2020), foram identificadas diferentes estratégias para a grafia das consoantes palatais. Em Miranda (2012), a categoria fonológica foi explorada na análise dos dados e os exemplos estão expostos na Figura 2, a seguir.

'valia' (varinha)	'nh' → Ø
'passarino' (passarinho)	'nh' → 'n'
'araia' (aranha)	'nh' → 'i'
'espantario' (espantalho)	'lh' → 'ri'
'jueru' (joelho)	'lh' → 'r'
'olios' (olhos), 'espantailio' (espantalho)	'lh' → 'li'
'olos' (olhos), 'vermelo', (vermelho)	'lh' → 'l'

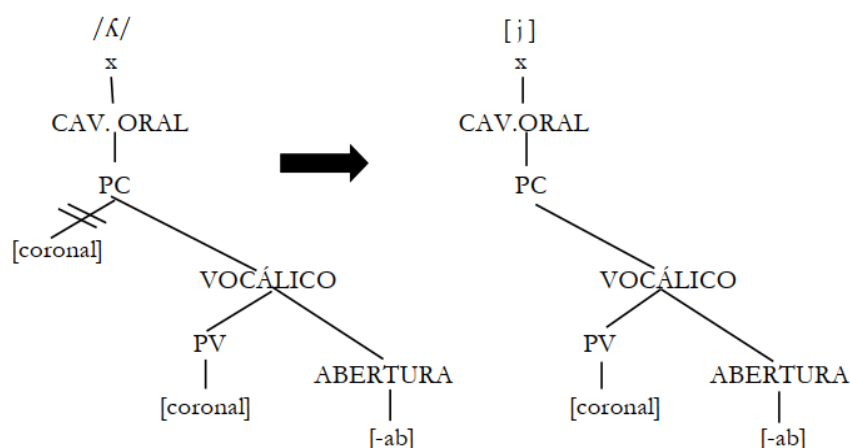
Fonte: Miranda (2012, p. 133).

Figura 2 – Erros na grafia das soantes palatais motivados pela fonologia.

Os exemplos apresentados encontram correlatos em dados de aquisição fonológica e sugerem que a complexidade interna do segmento tem papel preponderante nas soluções encontradas pelas crianças. De acordo com Miranda (2012) e Tavares e Miranda (2020), tais dados podem ser explicados à luz da Fonologia Autossegmental de Clements e Hume (1995) e da Teoria da Marcação de Calabrese (1988). A primeira revela a estrutura interna de segmentos complexos (cf. Figura 1) e a segunda descreve as estratégias utilizadas pelas fonologias das línguas para eventualmente diminuir a complexidade existente, por meio do uso de estratégias de simplificação tais como a Fissão, o Desligamento e a Negação<sup>3</sup>. A Fissão resulta na divisão do conjunto de traços de uma configuração não permitida em dois conjuntos sucessivos, como se observa na produção de [li] para /ʎ/; o Desligamento é responsável pela eliminação de parte dos traços que compõem o segmento, o que, neste caso, equivaleria à produção apenas da porção consonantal da palatal, [ʎ], ou da sua porção vocálica [i].

A Figura 3, a seguir, ilustra o processo de desligamento da porção consonantal da soante líquida palatal a partir da geometria de traços.

<sup>3</sup> A Negação se caracteriza pela mudança dos valores dos traços incompatíveis da configuração não permitida por valores opostos. Esta estratégia não se aplica às soantes palatais.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 3 – Esquema representativo do desligamento do traço coronal da soante palatal líquida /ʎ/.

Como se pode observar, a operação de Desligamento resulta na semivocalização da líquida, como em produções reportadas por Matzenauer (2000) e por Miranda (2012), respectivamente, [ve'meju] para 'vermelho', na fala, e <araia> para 'aranha', na escrita. Caso o desligamento fosse do nó vocálico, apenas a porção consonantal emergiria, como por exemplo nas produções ['pala] para 'palha' ou <vermelo> para 'vermelho'. Os estudos sobre a escrita já mencionados revelaram ainda casos em que há inserção da soante nasal palatal para desfazer um hiato, como na grafia de <vinheram> para 'vieram', processo semelhante ao observado na diacronia da língua.

Tavares (2019) asseverou que os processos de diacronia e de aquisição mostram movimentos inversos, pois, enquanto no primeiro há complexificação do segmento, tendo-se em conta que derivaram de sequências de segmentos latinos, no segundo, observa-se a busca pela simplificação que pode ser interpretada pela proposta de Calabrese (1988).

O estudo sobre os dígrafos do português, a partir de dados de aquisição da escrita, realizado por Miranda, Pachalski e Richetti (2023), mostra, em relação aos dígrafos com H, em foco neste artigo, que a incidência de erros é relativamente baixa em se comparando aos acertos. A taxa de acertos no ciclo de alfabetização está em torno dos 96% na amostra por eles estudadas. De acordo com Teixeira e Miranda (2010), os erros na escrita infantil são observados com maior incidência na grafia da líquida palatal e apresentam uma diversidade de estratégias, as quais estarão em foco neste estudo.

### 3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O objeto de estudo deste artigo é o conjunto de erros extraídos de textos produzidos por crianças matriculadas em turmas de 1ª a 4ª série<sup>4</sup> de duas escolas, uma

<sup>4</sup> A utilização do termo 'série' deve-se ao fato de os dados analisados para este estudo terem sido coletados entre os anos de 2001 e 2004, período em que o Ensino Fundamental estava organizado em turmas de 1ª a 8ª série.

pública e uma particular, da cidade de Pelotas. Os dados pertencentes ao Estrato 1 do BATALE (Banco de Textos da Aquisição da Linguagem Escrita) foram extraídos de produções textuais realizadas a partir de oficinas preparadas especificamente para a pesquisa, as quais contaram com três etapas: motivação, produção escrita e socialização.

Os erros na grafia das soantes palatais foram organizados em planilhas de Excel e analisados em relação às variáveis linguísticas: tipo de soante palatal, tipo de estratégia utilizada (fonológica, ortográfica ou fonográfica) e vogais adjacentes; e às extralinguísticas: série e escola. O procedimento inicial foi a organização da amostra em quadros contendo os erros (orto)gráficos registrados na grafia das soantes palatais encontrados em cada uma das escolas, destacando o tipo de troca identificada e o porcentual de erros para que se procedesse a análise.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa, primeiramente os dados referentes aos erros nas grafias da nasal palatal e, logo após, aqueles concernentes aos da líquida palatal.

##### 4.1 Soante palatal /ɲ/

Registrou-se um total de 75 erros (orto)gráficos envolvendo a grafia da soante nasal palatal, sendo 49 (65,3%) dos textos da escola pública e 26 (34,7%) dos da particular. O Quadro 1, a seguir, traz os tipos de trocas encontradas na amostra.

Quadro 1 - Distribuição de erros (orto)gráficos na grafia da soante nasal palatal nos dados da escola pública e particular.

Tipo de troca	Escola pública	Escola particular
<i> para <nh>	4/49 8,2%	1/26 3,8%
<n> para <nh>	1/49 2,0%	1/26 3,8%
∅ para <nh>	0/49 -	1/26 3,8%
<nh> para <i>	2/49 4,1%	1/26 3,8%
<nh> para <m>	4/49 8,2%	12/26 46,3%
<nh> para <n>	8/49 16,3%	0/26 -
<nh> para <nl>	1/49 2,0%	0/26 -
<nh> para ∅	19/49 38,9%	9/26 34,7%
<nh> para <lh>	8/49 16,3%	0/26 -
<nh> para <mh>	1/49 2,0%	0/26 -
<nh> para <nch>	1/49 2,0%	0/26 -
<nh> para <h>	0/49 -	1/26 3,8%

Fonte: Silva (2023).

A análise dos resultados reportados no Quadro 1 apontam que o maior porcentual de erros nos dados da escola pública envolve a troca de <nh> para ∅ (visiansa / vizinhança) com 38,9%, seguida pela troca do <nh> para <n> (teno / tenho) com 16,3%, do <nh> para o <lh> (galhei / ganhei) também com 16,3%, do

<nh> para <m> (tima / tinha) com 8,2% e do <i> para <nh> (desmanhou / desmaiou) também com 8,2%. Já nos dados da escola particular, o maior número de casos envolve a troca do <nh> para <m> (goufim/golfinho) com 46,3%, depois a troca do <nh> para Ø (tião/tinham) com 34,7%. As trocas do <nh> para o <lh> e <nh> para <n>, que foram a segunda mais frequente na escola pública, não foram registradas na escola particular. As demais trocas tiveram porcentuais menores em ambas as escolas.

Nos Quadros 2 e 3, a seguir, estão listados os erros (orto)gráficos na escola pública e particular, destacando o tipo de troca observada.

Quadro 2 - Erros (orto)gráficos na grafia da soante palatal /ɲ/ produzidos por alunos da escola pública.

Erros (orto)gráficos na grafia da soante palatal /ɲ/ na escola pública					
Palavra alvo	Palavra grafada	Troca	Palavra alvo	Palavra grafada	Troca
veio	venho	i – nh (2x)	varinha	varia	nh - Ø
desmaiou	desmanhou	i – nh	tinham	tiam	nh - Ø
veio	venho	i – nh	caminhando	camianho	nh - Ø
capinar	capinhar	n – nh	vizinhança	visiansa	nh - Ø
tenho	teno	nh – n (5x)	minha casa	miacaza	nh - Ø (2x)
chapeuzinho	chapuzina	nh – n (2x)	minhoca	mioca	nh - Ø
chapeuzinho	capezino	nh – n	tinha	tia	nh - Ø
venho	veio	nh – i	manhã	mão	nh - Ø (2x)
tomar banho	atonabaio	nh – i	lenhador	leador	nh - Ø (2x)
conheceu	comeseu	nh – m	mansinho	mamcio	nh - Ø (2x)
amarelinhas	amarilima	nh – m	chapeuzinho	chapeuzilho	nh – lh (4x)
tinha	tima	nh – m	ganhei	galhei	nh - lh
vinha	vima	nh – m	da minha	damilha	nh - lh
lenhador	lenlador	nh – nl	tinha	dilho	nh - lh
vinha	via	nh - Ø	chapeuzinho	chápeuzilho	nh - lh
tinham	tião	nh - Ø (2x)	chapeuzinho	chapéuzimho	nh - mh
nenhum	neum	nh - Ø	galinha	galincha	nh – nch
tinha	tia	nh - Ø			
<b>Total: 49</b>					

Fonte: Silva (2023).

FLP 25(1)

Quadro 3 - Erros (orto)gráficos na grafia da soante palatal /ɲ/ produzidos por alunos da escola particular.

Erros (orto)gráficos na grafia da soante palatal /ɲ/ na escola particular					
Palavra alvo	Palavra grafada	Troca	Palavra alvo	Palavra grafada	Troca
pequeno	piquenho	n - nh	do tamanho	dotamão	nh - Ø
vieram	vinheram	Ø - nh	quadrinhos	quadrios	nh - Ø
veio	venho	i - nh	do caminho	docamiho	nh - h
tinham	tião	nh - Ø	banho	boio	nh - i
varinha	valia	nh - Ø (2x)	golfinho	goufim	nh - m (7x)
tinham	tiam	nh - Ø	passarinhos	pasarimeos	nh - m (4x)
passarinhos	pássarios	nh - Ø (2x)	senhora	cemora	nh - m
galinha	glia	nh - Ø			
<b>Total: 26</b>					

Fonte: Silva (2023).

A análise dos resultados reportados nos Quadros 2 e 3 permite que se observe as diferentes estratégias utilizadas na grafia do segmento palatal, as quais são condizentes com aquelas observadas nos dados de aquisição fonológica, quais sejam, produção da contraparte vocálica [i], da contraparte consonantal [n], a produção com a fissão dos nós<sup>5</sup> [ni], ou mesmo com a omissão do segmento inteiro. Considere-se os exemplos a seguir:

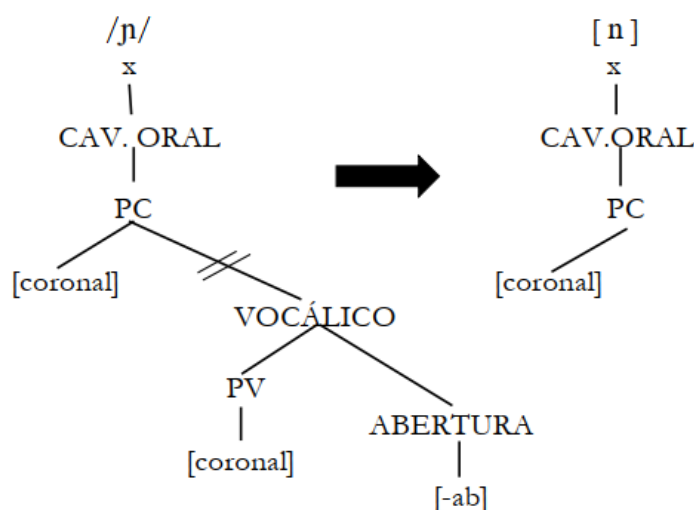
- a. <i> - <nh> (venho para veio)
- b. <nh> - <i> (baio para banho)
- c. <n> - <nh> (capinhar para capinar)
- d. <nh> - Ø (varia para varinha)
- e. <nh> - <n> (teno para tenho)

O exemplo em *a*, grafia de ‘venho’ para ‘veio’, traz o contexto de ditongo seguido de hiato (vei.o). Considerando-se que o hiato tende a ser evitado, conforme Bechara (2003), e que ‘i’ corresponde a porção vocálica da soante palatal, atribui-se ao erro motivação fonológica.

Em *b*, grafia de ‘baio’ para ‘banho’, a grafia da vogal alta em lugar do segmento palatal é representativa do registro do nó de ponto de vogal e desligamento do traço coronal (cf. Miranda; Matzenauer, 2010, p. 390). A Figura 3, anteriormente apresentada, ilustra o fenômeno que se caracteriza pelo desligamento do traço de consoante.

Em *c* e *e*, grafia de ‘capinhar’ para ‘capinar’ e de ‘teno’ para ‘tenho’, observa-se alternância entre a consoante nasal simples/n/ e a complexa /ɲ/, ou seja, presença versus ausência do nó vocálico. Na Figura 4, a seguir, observa-se o processo de desligamento do nó de ponto de vogal.

<sup>5</sup> “Operação que divide um conjunto de traços que contém uma configuração não permitida em dois conjuntos sucessivos [...]” (Tavares; Miranda, 2020, p. 320).



Fonte: Elaboração própria.

Figura 4 – Desligamento do nó de ponto de vogal da soante nasal palatal.

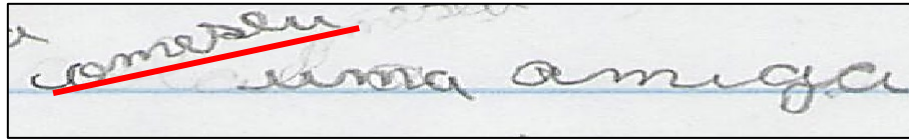
Para finalizar, no exemplo em *d*, grafia de ‘varia’ para ‘varinha’, registra-se a omissão do segmento inteiro. Neste caso há o desligamento de todo o nó de raiz. Note-se que, nos casos em que há a omissão da palatal, tem-se a presença de uma vogal alta na sílaba adjacente, o que parece exercer papel importante. Em comum, observa-se que todas as grafias referidas de *a* até *e*, anteriormente, podem ser explicadas à luz da fonologia.

Se, por um lado, é possível atribuir motivação fonológica para a produção do erro (orto)gráfico para o registro da nasal palatal, por outro, é necessário explicar os casos em que a fonologia não parece se manifestar. Do ponto de vista ortográfico, os dígrafos com H, grafemas que representam os fonemas palatais, apresentam uma relação biunívoca, isto é, um grafema para um fonema. Nesse caso, a complexidade não estaria relacionada às relações múltiplas, mas ao fato de se tratar de um dígrafo com H, o que parece ser um complicador adicional. Considere-se os exemplos a seguir:

- a. <nh> - <lh> (galhei para ganhei)
- b. <nh> - <h> (docamiho para do caminho)
- c. <nh> - <m> (comeseu para conheceu)
- d. <nh> - <nl> (lenlador para lenhador)
- e. <nh> - <mh> (chapéuzimho para chapeuzinho)
- f. <nh> - <nch> (galincha para galinha)

A troca de um segmento pelo outro como em *a* (galhei para ganhei) e grafias como as registradas em *b* (docamiho para do caminho) foram consideradas por Teixeira e Miranda (2008) como de motivação ortográfica, porém, tendo em vista a ausência de relações múltiplas entre fonema e grafema, tal proposta se mostrou insuficiente e passou-se a analisar tais dados como decorrentes de falhas no processamento envolvendo as relações entre fonemas e grafemas. Essa proposta coloca a fonografia como potencial motivação, no primeiro caso, <nh> por <lh>, a criança diante da tarefa de selecionar o dígrafo para a palatal, seleciona a forma que não é prevista pelo sistema, no segundo, <nh> por H, observa-se uma falha na composição do grafema, que, por ser um dígrafo com uma letra que apresenta comportamento peculiar na ortografia, acresceria dificuldade à criança.

Para as grafias exemplificadas em *c, d, e e f* não é possível atribuir motivação ortográfica ou fonológica. Tais resultados podem estar relacionados a problemas de traçado ou de correspondência fonema/grafema. Nas Figuras 5, 6 e 7 encontram-se as imagens das grafias exemplificadas em *c, d e f*.

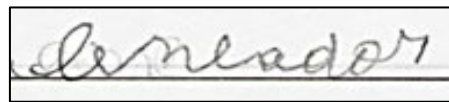


Fonte: Acervo do Batale – Estrato 1 - 2ª coleta.

Figura 5 – Grafia de aluna da 4ª série da escola pública para a palavra ‘conheceu’.

Na Figura 5, o excerto destacado traz a grafia da palavra ‘conheceu’ para ‘conheceu’. Neste caso, a troca da consoante <n> pela consoante <m> pode ter relação com uma motivação fonográfica, pela semelhança existente entre os dois grafemas. Porém, como visto anteriormente, nos casos em que se registra a grafia de parte da estrutura da soante palatal, neste caso o nó de consoante [n], pode-se atribuir motivação fonológica. Haveria, portanto, a ação concomitante de um efeito fonográfico marcado pela troca do <n> pelo <m>, devido à similaridade no traçado de letra, e um efeito fonológico pelo desligamento do nó vocálico. Esse tipo de erro representa 42,5% dos erros registrados na escola particular, sendo o mais frequente na amostra.

Na Figura 6, está reproduzido um dado extraído de texto de aluno da 3ª série:



Fonte: Acervo do Batale – Estrato 1 – 2ª coleta.

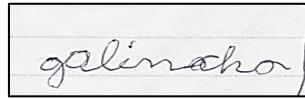
Figura 6 – Grafia de aluno da 3ª série da escola pública para a palavra ‘lenhador’.

O excerto do texto, na Figura 6, traz a grafia da palavra ‘lenhador’ grafada como ‘lenhador’. Uma análise mais minuciosa aponta um possível efeito do traçado de letra. Destaca-se primeiramente o encurtamento da curva do H no grafema <nh>, tornando o traçado quase imperceptível, o que permite que se confunda facilmente com o grafema <l>. Com esta interpretação, a motivação fonográfica é evidenciada. Porém, é também possível uma segunda interpretação, uma vez que há muita semelhança entre o traçado de <l> e <e>. Nesse caso, a troca teria origem na fonologia por fissão de nós. O /ɲ/ seria grafado como <ni> e pela motivação ortográfica, o [i] estaria sendo grafado como <e>.

Outro caso observado, exemplificado na Figura 7, é referente à substituição de <nh> por <ch>, um fenômeno restrito a dados de escrita nunca reportado em estudos de desenvolvimento da fala, justamente por envolver uma troca entre elementos cujo valor do [soante] é distinto. O excerto, a seguir traz um dado para ilustrar.

FLP 25(1)





Fonte: Acervo do Batale – Estrato 1.

Figura 7 - Grafia de aluno da 1ª série da escola pública para a palavra ‘galinha’.

No excerto da Figura 7, observa-se que o aluno inicia o traçado do dígrafo com o grafema <n>, mas conclui o traçado com a inserção do dígrafo <ch>. Neste caso pode-se pensar que a criança está com dificuldade na seleção do grafema apropriado para a grafia da palavra, o que configuraria um caso de erro motivado por uma dificuldade no estabelecimento da correspondência grafofônica envolvendo dígrafos com H. Interessante observar no exemplo a presença de uma rasura que parece indicar que o aluno grafava inicialmente a palavra ‘galina’ para depois inserir o <ch>, nesse caso haveria a presença de uma motivação fonológica pela grafia da porção consonantal do segmento no primeiro momento, seguida de uma busca pelo dígrafo correspondente dentre as três opções oferecidas pelo sistema ortográfico.

O percentual de erros na grafia da soante nasal palatal na escola pública, representam praticamente o dobro dos registrados nos dados da escola particular. Na Tabela 1, a seguir, estão expressos os resultados em números absolutos e dados percentuais.

Tabela 1 - Distribuição der erros (orto)gráficos na grafia da soante palatal /ɲ/ nas turmas de 1ª a 4ª série da escola pública e da particular.

Série	Escola pública		Escola particular	
	Ocorrência	%	Ocorrência	%
1ª Série	7/49	14,3%	8/26	30,8%
2ª Série	18/49	36,7%	7/26	26,9%
3ª Série	13/49	26,5%	10/26	38,5%
4ª Série	11/49	22,5%	1/26	3,8%

Fonte: Silva (2023).

Os resultados obtidos na escola pública mostram o registro do menor percentual de erros (orto)gráficos nas turmas de 1ª série e uma tendência a redução desse percentual da 2ª série em diante. Quanto aos resultados registrados na escola particular, o menor percentual de erros foi registrado na 4ª série e o maior na 3ª série, mantendo a tendência a redução dos erros com o avanço das séries escolares. Um levantamento dos erros registrados nas turmas de 3ª série, da escola particular, mostrou que a maior parte envolve a grafia de <nh> como <m> (goufim/golfinho). Neste caso pode-se inferir que há motivação fonológica por efeito da variação dialetal.

Em relação ao percentual de erros computados no Estrato 1, os erros registrados na grafia da nasal palatal representam 0,29% (49/16.879) dos dados registrados na escola pública e 0,34% (26/7.545) dos registrados na escola particular.

#### 4.2 Soante líquida palatal /ʎ/

Em relação aos erros (orto)gráficos na grafia da soante líquida palatal, contabilizou-se um total de 114 erros, destes 83 (72,8%) na escola pública e 31 (27,2%) na particular. Seguindo o modelo de apresentação adotado para a nasal palatal, os dados serão apresentados a seguir. O Quadro 4 contém os resultados referentes às trocas registradas na grafia da soante líquida palatal.

Quadro 4 - Distribuição de erros (orto)gráficos na grafia da soante líquida palatal nos dados da escola pública e particular.

Tipo de troca	Escola pública	Escola particular
<l> para <lh>	5/83 6,0%	2/31 6,5%
<le> para <lh>	2/83 2,4%	0/31 -
<li> para <lh>	4/83 4,8%	2/31 6,5%
<lh> para <li>	52/83 62,7%	10/31 32,2%
<lh> para Ø	2/83 2,4%	0/31 -
<lh> para <h>	11/83 13,3%	2/31 6,5%
<lh> para <i>	4/83 4,8%	0/31 -
<lh> para <nh>	2/83 2,4%	0/31 -
<lh> para <le>	1/83 1,2%	5/31 16,0%
<lh> para <r>	0/83 -	2/31 6,5%
<lh> para <l>	0/83 -	8/31 25,8%

Fonte: Silva (2023).

Constata-se, a partir da análise dos percentuais apresentados no Quadro 4, que em relação aos dados da escola pública o tipo de troca mais frequente foi a de <lh> para <li> (coelinho/coelhinho) com 62,7%, seguido da troca de <lh> para <h> (baruho/barulho) com 13,3%, de <l> para <lh> (falhate/falante) com 6,0%, de <li> para <lh> (família/família) com 4,8% e de <lh> para <i> (veia/velha) também com 4,8%. Os resultados da escola particular também indicaram um maior número de trocas do <lh> para <li> (maravilhoza/maravilhosa) com 32,2%, seguido pela troca do <lh> para <l> (filinho/filhinho) com 25,8% e do <lh> para <le> (mileo/milho) com 16%.

Os Quadros 5 e 6, a seguir, trazem exemplos das grafias encontradas na amostra da escola pública e particular, respectivamente, destacando as trocas observadas.

Quadro 5 - Erros (orto)gráficos na grafia da soante palatal /ʎ/ produzidos por alunos da escola pública.

Erros (orto)gráficos na grafia da soante palatal /ʎ/ na escola pública					
Palavra alvo	Palavra grafada	Troca	Palavra alvo	Palavra grafada	Troca
petróleo	petrolho	le -lh (2x)	filhinhos	filinhos	lh- li (2x)
Emília	enilha	li- lh	coelhinhos	coelhinho	lh- li
família	familha	li - lh (3x)	coelhinho	coelinho	lh- li (2x)
falou	falhou	l -lh (2x)	coelhinha	cuelinha	lh- li
falante	falhate	l -lh (2x)	filho	filio	lh- li (3x)
falante	falhante	l -lh (2x)	velho	velio	lh- li
palha	palia	lh- li	orgulho	or gulio	lh- li
coelhinha	coelinha	lh- li (4x)	lhe	li	lh- li
mermelho	vermelio	lh- li	espantalho	espantatio(9x)	lh- li (9x)

coelhinha	coeliha	lh- li	vermelha	vermelia	lh- li
filha	filia	lh- li (2x)	palha	pali	lh- li (2x)
gargalhada	gargaliada	lh- li	vermelho	vermeleo	lh- le
melhor	melir	lh- li	a velha	aveia	lh - i (2x)
filha	filia	lh- li	velha	veia	lh - i (2x)
atrapalhada	a tapaliada	lh- li	armadilha	ar madha	lh - h (2x)
encolhidinha	encolidinha	lh- li	palha	paha	lh - h (2x)
milho	milio	lh- li (2x)	barulho	baru ho	lh - h
filhinha	filinha	lh- li (2x)	barulho	baruho	lh - h
velhinha	velinha	lh- li (2x)	maravilhoso	maravioso(2x)	lh - Ø
coelhinho	cuelinho	lh- li (2x)	filho	fio	lh - Ø (2x)
coelho	coelio	lh- li	milho	mio	lh - Ø (3x)
coelho	c oelio	lh- li	melhor	menhor	lh -nh
toalha	tua lia	lh- li (2x)	palha	panha	lh - nh
filhinho	filinho	lh- li			
<b>TOTAL: 83</b>					

Fonte: Silva, 2023.

Quadro 6 - Erros (orto)gráficos na grafia da soante palatal /ʎ/ produzidos por alunos da escola particular.

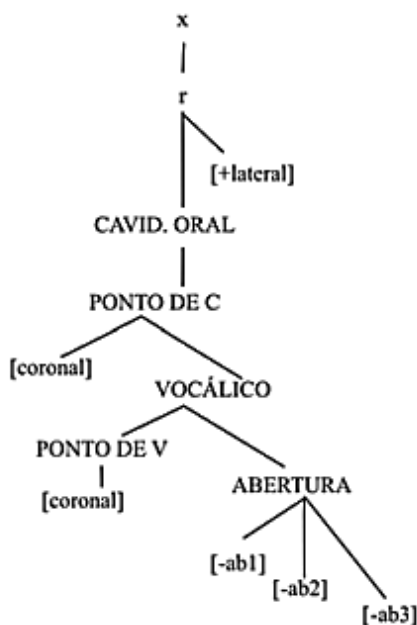
FLP 25(1)

<b>Erros (orto)gráficos na grafia da soante palatal /ʎ/ na escola particular</b>					
<b>Palavra alvo</b>	<b>Palavra grafada</b>	<b>Troca</b>	<b>Palavra alvo</b>	<b>Palavra grafada</b>	<b>Troca</b>
o lobo	olhobo	l - lh	milho	mileo	lh - le (2x)
Família	famílha	li- lh	deu-lhe	deule	lh - le
Família	famílha	li - lh	olhos	olios	lh - li
Família	fanilha	li - lh	vermelha	vemelia	lh - li (2x)
Filhinho	filinho	lh - l	palha	palia	lh - li (2x)
olhinhos	olinhos	lh - l	melhor	melior	lh - li
orelhinhas	orelinhas	lh - l	espantalho	espantatio	lh - li
Li	lhe	lh - l (2x)	atalho	atalio	lh - li (2x)
coelhinho	coelinho	lh - l (2x)	maravilhosa	maravilioza	lh - li
escolhido	escolido	lh - l	trabalho	trabaho	lh - h (2x)
espantalho	espamtaleo	lh - le (2x)	vermelho	vermeiro	lh - r (2x)
<b>TOTAL: 31</b>					

Fonte: Silva (2023).

A partir da análise dos exemplos contidos nos Quadros 5 e 6, percebe-se que a soante líquida palatal apresenta a mesma complexidade, relativa à sua estruturação interna, já referida para a nasal palatal.

A soante líquida palatal, se comparada à nasal, é de aquisição ainda mais tardia, o que se justifica pelo fato de pertencer a uma classe de segmentos, as líquidas, que notadamente oferece maior dificuldade na aquisição. Como já referido, a nasal é adquirida até os 2 anos enquanto a líquida só se estabiliza aos 4 anos (Matzenauer-Hernandorena, 2000). O esquema da Figura 7, a seguir, permite a visualização da geometria de traços da soante palatal /ʎ/, conforme Miranda e Matzenauer (2010).



Fonte: Miranda e Matzenauer (2010, p. 385).

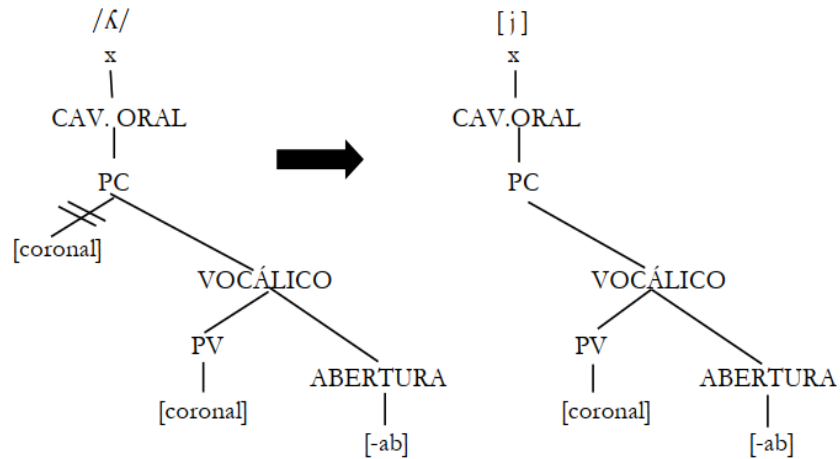
Figura 8- Geometria da soante líquida palatal /ʎ/.

FLP 25(1)

Algumas das estratégias empregadas na grafia da soante líquida palatal (Quadros 5 e 6) seguem a mesma lógica já observada para o segmento nasal, ou seja, registro da contraparte vocálica do segmento [i], da contraparte consonantal [ʎ], fissão de nós [li], ou apagamento do segmento inteiro. Estratégias idênticas às observadas na aquisição da fala. A seguir retoma-se alguns exemplos extraídos da amostra.

- a. <lh> - <i> (aveia para a velha)
- b. <lh> - <le> (mileo para milho)
- c. <lh> - <li> (espantálio para espantalho)
- d. <lh> - <r> (vermeiro para vermelho)
- e. <lh> - ∅ (fio para filho)

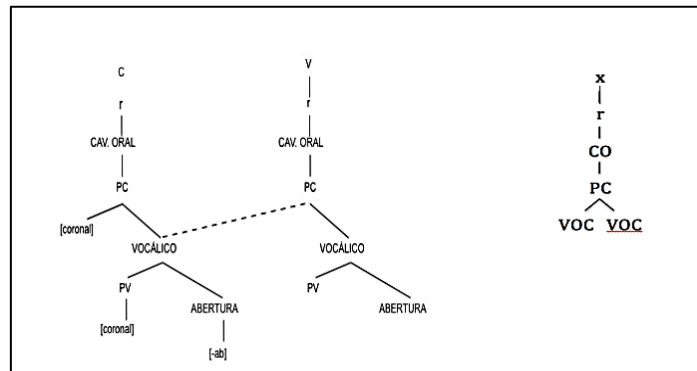
Em *a* (aveia/a velha), observa-se o registro da contraparte vocálica do segmento <i>, processo fonológico conhecido como semivocalização de líquida. Conforme Miranda e Matzenauer (2010), embora essas sejam formas menos prestigiadas socialmente na variação, fonologicamente estão de acordo com a pronúncia, à medida que seguem uma tendência natural dos falantes da língua por formas menos marcadas. Nesse caso, o que ocorre é o desligamento do traço [coronal], como observa-se no exemplo da Figura 9.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 9 – Desligamento do traço [coronal].

Nos exemplos em b. e c., as grafias de ‘mileo’ para ‘milho’ e de ‘espantallio’ para ‘espantalho’, revelam o registro da líquida e da vogal coronal, o que corresponde à estratégia de fissão de nós. A diferença percebida entre os dois exemplos é a grafia de <e> em vez de <i>, provavelmente por efeito da ortografia. O esquema representativo da fissão, está expresso na Figura 10, a seguir.



Fonte: Miranda (2014, p. 65).

Figura 10 – Representação da fissão de nós que resulta na grafia de <li> para <lh>.

No processo de fissão de nós há o espriamento da vogal do segmento complexo para o nó da vogal adjacente (representação à esquerda), operação que tem como resultado uma configuração como a que se vê à direita, a qual fere a Condição de Ramificação<sup>6</sup>.

O exemplo em *d* traz à grafia da rótica <r> em lugar do <lh> (‘vermeiro’ para ‘vermelho’), tipo de processo também observado na aquisição fonológica. O que

<sup>6</sup> A Condição de Ramificação proíbe que o nó não-terminal ramifique e se associe a nós pertencentes à mesma camada autosssegmental, assim, passa a atuar a Convenção de Fissão de Nós (CFN) segundo a qual nós irmãos ligados a um mesmo nó de camada mais alta devem ser separados, retendo todas as associações prévias (Clements 1989, p. 7-11) No caso da ilustração, à direita, os nós irmãos que estão sob PC sofrem fissuras até produzirem duas raízes e, no caso em foco, dois segmentos.

reforça a proposta que trata a rótica também como um segmento complexo (Matzenauer-Hernandorena, 1996; Miranda, 2014).

Em *e*, onde se observa a omissão da líquida palatal, grafia de ‘fio’ para ‘filho’, tal processo pode ser interpretado como resultado da presença da vogal coronal à esquerda da palatal. Nesse caso, pode-se pensar que a soante manifestou apenas sua porção vocálica *e*, por degeminação, somente uma das vogais se manifesta, como em ‘fi.io’ que passa para ‘fi.o’.

Os processos descritos até aqui coincidem com fenômenos observados na fonologia da língua, presentes na aquisição e na variação relativa às soantes palatais, e podem, portanto, ser explicados à luz da fonologia, sugerindo preponderância de motivação fonológica para erros desse tipo.

O segmento líquido palatal, assim como o nasal, está no sistema ortográfico em relação quase direta<sup>7</sup>, o que cria a expectativa de que os erros seriam preponderantemente motivados pela fonologia em função da alta complexidade segmental. Porém, os resultados encontrados apontam a presença de dados que não podem ser explicados pela fonologia. Observe-se os exemplos a seguir:

- a. <le> - <lh> (petrolho para petróleo)
- b. <l> - <lh> (falhate para falante)
- c. <li> - <lh> (família para família)
- d. <lh> - <h> (trabaho para trabalho)
- e. <lh> - <nh> (panha para palha)

Nas grafias registradas em *a* e *c* o que se percebe é o emprego adequado do dígrafo em função da pronúncia dos falantes, porém a convenção ortográfica indica o uso do <l> nesses casos. Palavras como ‘óleo’, ‘petróleo’ e ‘família’, por exemplo, têm em sua fonologia uma líquida palatal o que pode provocar dúvida na hora da escrita. Já no exemplo em *b*, o dígrafo é utilizado em um contexto em que não deveria se fazer presente. Nos três exemplos, há indicativo de motivação ortográfica para a produção do erro.

Casos como os registrados em *d* (grafia de ‘trabaho’ para ‘trabalho’), onde apenas o H é registrado, são interpretados como de motivação fonográfica devido à omissão de parte do dígrafo. A motivação fonográfica também foi atribuída aos casos em que se registrou troca de um dígrafo por outro, em um momento em que <lh>, <nh> e <ch> entram como informação nova, o que se justifica pela dificuldade no estabelecimento da correspondência entre o fonema e o grafema.

Também chamam a atenção na amostra os casos em que, embora na palavra alvo haja uma sequência de dois dígrafos, o aprendiz opta pela grafia da líquida lateral, como no caso da grafia de filho/filhinho e coelho/coelhinho. Foram 19 ocorrências desse tipo na escola pública e 5 na particular. A hipótese levantada é que se trata de um caso de dissimilação, fenômeno que faz com que elementos adjacentes

<sup>7</sup> Considera-se “quase” biunívoca a relação observada entre o fonema líquido palatal e o grafema correspondente, uma vez que o número de palavras em que a grafia proposta não é o dígrafo <lh> é exíguo, destacam-se os vocábulos ‘óleo’, ‘petróleo’, ‘auxílio’ e ‘família’.

semelhantes tornem-se diferentes em função de OCP<sup>8</sup> (Princípio de Contorno Obrigatório).

Assim como nos casos que envolveram a nasal, também na líquida, o maior percentual de erros encontra-se nos dados da escola pública em relação a particular. São 72,8% dos erros na escola pública e 27,2% na particular. Na Tabela 2, a seguir, estão listados os erros, em números absolutos e dados percentuais, relativos à soante líquida palatal na amostra da escola pública e particular, respectivamente.

Tabela 2 - Distribuição der erros (orto)gráficos na grafia da soante palatal /ʎ/ nas turmas de 1ª a 4ª série da escola pública e da particular.

Série	Escola pública		Escola particular	
	Ocorrência	%	Ocorrência	%
1ª Série	7/83	8,4%	5/31	16,1%
2ª Série	35/83	42,2%	11/31	35,5%
3ª Série	24/83	28,9%	15/31	48,4%
4ª Série	17/83	20,5%	0/31	-

Fonte: Silva (2023).

Em relação ao parâmetro série observa-se, a partir dos resultados expressos na Tabela 2, que o menor percentual de erros nos dados da escola pública foi registrado nas turmas de 1ª série, com decréscimo da 2ª série em diante. Em relação aos números da escola particular, o menor percentual de erros encontra-se nas turmas de 4ª série, porém observa-se um aumento gradativo no percentual de erros da 1ª série a 3ª série caindo a 0% na 4ª série.

Com relação ao cômputo geral de erros registrados no Estrato 1, os erros registrados na grafia da soante palatal líquida representam 0,49% (83/16.879) dos erros registrados na escola pública e 0,41% (31/7.545) dos registrados na escola particular.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado mostra, em primeiro lugar, que o número de erros (orto)gráficos relativos às soantes palatais observados nas escritas dos anos iniciais é baixo, tendo-se em vista o conjunto geral de erros encontrados, o que corresponde a um universo de 24 mil dados. Na escola pública, o percentual é de .29% e .49%, para nasal e líquida, respectivamente, e na particular, .34% e .41%. É, no entanto, a qualidade desses erros que interessa aos estudos do GEALE que focalizam precipuamente a emergência do conhecimento fonológico já construído nos primeiros anos da aquisição linguística, o qual serve de base para as escritas alfabéticas iniciais, por meio de sua retomada. A ideia subjacente aos estudos é a de que a aprendizagem da escrita integra o desenvolvimento linguístico, visto que a criança, ao compreender os princípios do sistema alfabético, acessa a segunda articulação da linguagem e poderá assim redescrever os conhecimentos referentes à gramática sonora da sua língua.

<sup>8</sup> OCP (Obligatory Contour Principle): Princípio do Contorno Obrigatório é um princípio básico da Teoria Autossegmental, em que se proíbe elementos, traços ou nós adjacentes idênticos em uma dada camada, bem como regras que possam violar tal princípio.

Notou-se no estudo que os erros envolvendo a grafia das soantes palatais apresentaram grande semelhança com as formas verificadas no desenvolvimento fonológico e que a fonologia autosegmental é um modelo linguístico adequado para descrever e explicar parte das estratégias utilizadas pelas crianças. Estratégias essas que se materializaram na escrita por meio de grafias em que se observa somente o registro da porção consonantal ou somente da porção vocálica do dígrafo, o registro de dois segmentos pela a fissão de nós ou a omissão do segmento inteiro.

Os resultados mostram que há maior quantidade de erros nos textos produzidos por crianças da escola pública, numa proporção de dois para um, mas, corroborando estudos do GEALE (cf. Miranda, 2020), a diferença numérica não altera a semelhança entre as escolas no que se refere à natureza dos erros encontrados, pois as estratégias utilizadas em ambos os grupos são muito similares. Em ambas as amostras, há predomínio de erros motivados pela fonologia e uma menor parte pela fonografia.

Identificou-se no estudo a ação de mais de um fator para a interpretação do erro, como no caso de grafias que envolvem a troca do <li> e <le> pelo <lh>, em palavras como 'família' e 'petróleo', como consequência do funcionamento do sistema ortográfico; em outros casos, observaram-se efeitos da fonografia nos casos em que se observa o uso do H ou a troca entre os dígrafos <lh> por <nh> ou vice-versa. Casos como esses, em que se identifica mais de uma possível motivação para a produção do erro, são interpretados por Miranda (2020) e Silva (2023) como de natureza híbrida.

Por fim, considera-se que estudos que buscam explicitar os conhecimentos da língua materna, em âmbito fonológico, bem como analisar as complexidades advindas da ortografia e as dificuldades associadas à mecânica da escrita, são de fundamental importância para formação do professor. Entende-se que este tipo de pesquisa pode ser de grande valia para a área da educação, trazendo subsídios para o trabalho pedagógico de professores dos anos iniciais.

FLP 25(1)

## REFERÊNCIAS

- Bechara E. Moderna gramática portuguesa. 37.<sup>a</sup> ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Lucerna; 2003.
- Calabrese A. Towards a theory of phonological alphabets; 1988.
- Clements GN, Hume EV. The internal organization of speech sounds. In: Goldsmith J, editor. Handbook of phonological theory. Oxford: Blackwell; 1995. p. 245-306.
- Ferreiro E, Teberosky A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: ArtMed; 1999[1984].
- Matzenauer-Hernandorena CLB. As soantes palatais no português brasileiro: uma discussão sobre seu status fonológico. In: Estudos de gramática portuguesa. Gärtner E, editor. V. 13. Frankfurt am Main: TFM; 2000.
- Miranda ARM. A fonologia em dados de escrita inicial de crianças brasileiras. Linguística. 2014 dez.;30(2):45-80.
- Miranda ARM. Reflexões sobre a fonologia e a aquisição da linguagem oral e escrita. Veredas. 2012;16:122-140. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25060>.
- Miranda ARM, Matzenauer CLB. Aquisição da fala e da escrita: relações com a fonologia. Cadernos de Educação. 2010 jan-abr.;35:359-405.



Miranda ARM, Pachalski L, Richetti LS. Os dígrafos do português brasileiro na escrita de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. *Forum linguístico*. 2023 jan.-mar.;20(1):8727-8745.

Nunes T, Bryant P. *Leitura e ortografia além dos primeiros passos*. Porto Alegre: Penso; 2014.

Silva RVM. *O português arcaico: fonologia*. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto; 1996.

Silva SS. *Os erros híbridos: um estudo sobre a motivação para as hipersegmentações e os erros na grafia das vogais tônicas e das soantes palatais [dissertação]*. Pelotas, Universidade Federal de Pelotas; 2023.

Tavares FC. *As soantes palatais do português na diacronia e na aquisição da linguagem escrita [dissertação]*. Pelotas, Universidade Federal de Pelotas; 2019.

Tavares FC, Miranda ARM. A líquida palatal do português na diacronia e na aquisição da escrita. *Revista do GEL*. 2020;17(1):308-328.

Teixeira SM, Miranda ARM. Descrição e análise dos erros ortográficos referentes à grafia das soantes palatais e discussão sobre seu status fonológico. In: 8<sup>o</sup> Encontro CELSUL, 2008, Porto Alegre. *Anais [...]*. V.1. Pelotas: EDUCAT; 2008. p. 1-9.

Teixeira SM, Miranda ARM. O que os estudos de 2008 a 2010 revelam acerca da grafia das soantes palatais? In: XIX Congresso de Iniciação Científica, XII Encontro de Pós-Graduação e I Mostra Científica. Pelotas. *Anais [...]*. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL; 2010. p. 1-4.

Wetzels WL. Consoantes palatais como geminadas fonológicas no português brasileiro. *Revista Est. Ling.*, 2000 jul.-dez;9(2):5-15.

FLP 25(1)

## Apossínclise: do uso à exaustão diacrônica

### *Aposynclisis: from use to diachronic exhaustion*

Thiago Soares de Oliveira\*

*Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil*

**Resumo:** Este trabalho objetiva conceituar o que se denomina de “exaustão diacrônica” a partir do abandono (ou diminuição de uso) das construções interpoladas e dos “níveis de permeabilidade da mudança”, a fim de ponderar que a modificação do registro escrito de uma construção sintática, quando ocorre, é um resultado da estabilidade e da uniformidade de fenômenos que já haviam sido abandonados na oralidade e que, se atinge o nível sintático, está-se diante de uma mudança profunda e sistemática. Para tanto, adota-se a pesquisa bibliográfica, já que fontes especializadas podem auxiliar na construção do arcabouço teórico necessário ao cumprimento do objetivo traçado. Por fim, conclui-se que o progressivo processo de apagamento de uso da aposínclise, após intermitências e/ou rarefações, deve-se a um processo de exaustão diacrônica que atravessa os níveis de permeabilidade da língua em relação à mudança, tudo em busca de maior clareza e exatidão no emprego das sentenças.

**Palavras-chave:** Linguística Histórica. Sintaxe diacrônica. Colocação pronominal. Apossínclise/Interpolação. Exaustão diacrônica.

**Abstract:** This work aims to conceptualize what is called “diachronic exhaustion” from the abandonment (or decrease in use) of interpolated constructions and “change permeability levels”, in order to consider that the modification of the written record of a Syntactic construction, when it occurs, it is a result of the stability and uniformity of phenomena that had already been abandoned in orality and that, if it reaches the syntactic level, it is faced with a profound and systematic change. For that, bibliographical research is adopted, since specialized sources can help in the construction of the theoretical framework necessary to fulfill the outlined objective. Finally, it can be concluded that the progressive process of erasing the use of the aposynclisis, after intermittence and/or rarefactions, is due to a process of diachronic exhaustion that crosses the permeability levels of the language in relation to change, all in search of greater clarity and accuracy in the use of sentences.

**Keywords:** Historical Linguistics. Diachronic syntax. Pronominal placement. Aposynclisis/Interpolation. Diachronic exhaustion.

FLP 25(1)

## 1 INTRODUÇÃO

Apossínclise ou interpolação é a quebra da adjacência entre o clítico e o verbo, opcionalmente diante do marcador de negação frásica “não”. Apesar de acolhida pela norma-padrão, “já não é hoje uma opção gramatical para todos os falantes do português” (Martins, 2013, p. 2233), motivo pelo qual, a partir de publicações

---

\* Doutor em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense, com estágio de pós-doutoramento pela Universidade da Beira Interior. Professor de Língua Portuguesa, Coordenação Acadêmica do Curso de Licenciatura em Letras (Português/Literaturas), Diretoria de Ensino Superior das Licenciaturas, Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil; so.thiago@hotmail.com

existentes, explica-se, em parte, como se deu a exaustão diacrônica de uso da interpolação, isso com base nos níveis de permeabilidade da língua em relação à mudança.

A princípio, levanta-se o seguinte questionamento: Em que medida o entendimento de que o apagamento de uso da interpolação, por meio de um processo de exaustão diacrônica, contribui para o entrelaçamento de noções caras à Linguística Histórica<sup>1</sup>, de modo que se possa estabelecer um elo entre o processo de mudança linguística e os respectivos níveis de permeabilidade da língua? Partindo disso, este trabalho objetiva conceituar o que se denomina de “exaustão diacrônica” a partir do abandono (ou diminuição de uso) das construções interpoladas, apontado por autores consagrados<sup>2</sup>, após explicar o que se entende por “níveis de permeabilidade da mudança”, a fim de ponderar que o registro escrito de uma construção sintática em foco, quando ocorre, é, na verdade, um resultado da estabilidade e da uniformidade na ocorrência de fenômenos que já haviam sido abandonados na oralidade e que, se atinge o nível sintático, está-se diante de uma mudança profunda e sistemática.

Com a intenção de sustentar as concepções anteriormente mencionadas a partir da análise de construções onde se possa constatar a temática da aposíncise, buscaram-se, a princípio, no Google Acadêmico, com base em critérios pré-definidos<sup>3</sup>, trabalhos acerca do tema a ser desenvolvido. Destacam-se: a) a tese de Temponi (2008), intitulada *Aspectos da História Gramatical do Português: interpolação, negação e mudança*; b) os artigos de Martins, chamados *A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia* (2016) e *Variação sintática no português quinhentista: a colocação dos pronomes clíticos* (2015), além da tese intitulada *Clíticos na História do Português* (1994); c) o trabalho de Ximenes, nomeado *Um caso de próclise especial em texto do século XIX: a interpolação ou aposíncise* (2005); d) a tese de Magro, *Clíticos: variações sobre o tema* (2007). Trata-se de trabalhos que tangenciam o tema (ora mais, ora menos) e que podem servir de amparo para dar forma às concepções trazidas à baila, por meio da pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico.

Além disso, a relevância de um estudo que pretende voltar as atenções para determinados preceitos relacionados à Linguística Histórica, em especial a mudança linguística, está também no fato de, porventura, poder servir de ponto de partida para a facilitação do entendimento do processo natural por que passam as línguas vivas. Isso, se esmiuçado, seria um bom aliado ao combate ao preconceito linguístico devido ao não reconhecimento de percepções históricas que, acredita-se, necessariamente perpassam as diversas áreas do conhecimento, inclusive as que compõem a seara dos

---

<sup>1</sup> A exemplo da continuidade, da gradualidade e da relativa regularidade da mudança, como ressalta Faraco (2006).

<sup>2</sup> Referência geral a teóricos que voltam ao estudo da Linguística Histórica.

<sup>3</sup> Procedeu-se à escolha dos trabalhos com base no tipo de fonte (excluíram-se os trabalhos de conclusão de curso, os artigos assinados apenas por graduandos e os que não versavam propriamente sobre a temática pesquisada) e na adequação à proposta da pesquisa (verificação se a área temática tangencia a intencionalidade deste trabalho).

estudos linguísticos<sup>4</sup>. Pensar a mudança linguística integra o ato de pensar a língua<sup>5</sup> e, como não se pode desvinculá-la da noção de *continuum*, entende-se que determinados conceitos podem ser utilizados socialmente para o desfazimento de concepções inadequadas que levam ao estigma do indivíduo.

Dessa forma, sem a intenção de esgotar a discussão, outras visões e teorias a respeito do tema merecem ser objeto de reflexão como forma de delinear um pensamento que colabore para o entendimento de que ao processo de mudança linguística, objeto de estudo da Linguística Histórica, integram-se lacunas que representam o abandono, senão diminuição, seja de uma construção sintática, seja de uma estrutura lexical, seja de um valor semântico, entre outras possibilidades.

## 2 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE COLOCAÇÃO DO PRONOME ÁTONO

Vários estudos tradicionais, contidos em gramáticas normativas, abordam a sintaxe dos clíticos, na modalidade escrita, a partir de mecanismos de colocação que restringem o aspecto posicional do pronome oblíquo átono a três padrões: o proclítico, o enclítico e o mesoclítico (Cegalla, 2000; Almeida, 2005; Cunha; Cintra, 2008; Bechara, 2009; Rocha Lima, 2011)<sup>6</sup>. Em contrapartida, outros autores apontam para uma dualidade entre a próclise e a ênclise (Martins, 2011), relegando à mesóclise condição que beira ao arcaísmo (Haffner, 2009) ou reivindicando que a construção *verbo auxiliar + clítico + verbo principal* seja, do ponto de vista pronominal, reconhecida como mesoclítica (Tomanin, 2009).

Sabendo que, em português, há vocábulos sem acentuação própria e que não gozam de autonomia prosódica, Almeida (2005, p. 491) entende que a questão da topologia pronominal tem a ver “única e exclusivamente [com] [...] a eufonia<sup>7</sup>, isto é, a harmonia, a agradabilidade do som, ou, ainda, a facilidade, a suavidade na pronúncia”. Apesar do excerto hermético, o professor aborda em seu compêndio dois aspectos, a saber: o sintático e o eufônico. Quanto à sintaxe de colocação, o autor assevera que, por serem complementares, os pronomes oblíquos átonos acomodam-se de modo “natural” em posição pós-verbal, exceto se o próprio verbo repele o pronome depois de si ou quando algumas palavras atraem o clítico para posição anterior.

<sup>4</sup> Ainda que circunscrito majoritariamente aos pressupostos da Linguística Histórica, este trabalho adota um entendimento amplo no que se refere à seara teórica geral da Linguística, assim como o faz Weedwood (2002) ao compreender que, modernamente, esse campo do saber abarca todas as possibilidades de exame dos fenômenos da linguagem, incluindo os estudos gramaticais tradicionais e a filologia.

<sup>5</sup> Termo utilizado de forma geral. Não há referência a uma corrente teórica específica.

<sup>6</sup> Como critério para a seleção dos compêndios, utilizou-se o item 3 do sistema adotado por Oliveira (2018, p. 21), ao desenvolver tese de doutoramento a respeito da tradição gramatical, qual seja “a notoriedade das obras na seara dos estudos gramaticais da Língua Portuguesa, o que se consubstancia no número de edições publicadas das obras”.

<sup>7</sup> A eufonia está relacionada à agradabilidade e à harmonia sonora, de modo que Guerini, Özbal e Strapparava (2015, p. 1483, tradução nossa) compreendem-na em referência “à simpatia inerente dos sons das palavras, frases e orações, e é utilizada para obter efeitos agradáveis, rítmicos e harmoniosos”.

Em linha de raciocínio aproximada, Bechara (2015, p. 605) discorda parcialmente da interpretação de Almeida (2005), ao expor que, apesar de a sintaxe de colocação, dentro de um idioma, obedecer a tendências variadas (gramatical, rítmica, psicológica, estilística), “durante muito tempo viu-se o problema pelo aspecto sintático, criando-se uma falsa teoria da ‘atração’ vocabular do *não*, do *quê*, de certas conjunções e tantos outros vocábulos”, mas acompanha o pensamento de Almeida (2005) ao entender que o assunto é de cunho fonético-sintático. Além disso, Bechara (2015, p. 605) também aponta a distinção entre o português brasileiro e o lusitano, pontuando que “muitas das regras estabelecidas pelos puristas ou estavam erradas, ou se aplicavam em especial atenção ao falar lusitano”.

Como a gramática normativa é alicerçada na tradição literária, que por sua vez é sustentada pelo tripé imposição, prescrição e legado histórico, como bem entende Oliveira (2022), ao que parece, ainda não se levaram em conta, nos compêndios prescritivos, as tendências do português culto (falado e escrito). Prova disso é que Luft (1976) considera a ênclise a colocação básica na língua culta (formal), pois corresponde à sequência verbo + complemento, “natural” da ordenação oracional, reafirmando o entendimento de Bechara (2015) de que os aspectos de liberdade de colocação pronominal átona obedecem, além da eufonia, a questões de ritmo, ênfase, etc. Conquanto anote tais prescrições na *Moderna Gramática Brasileira*, Luft (1976, p. 20) registra que “não faz nenhum sentido gramáticas brasileiras condenarem a colocação brasileira dos pronomes”, porque à gramática, no entendimento do autor, “cabe registrar - e não condenar - usos de linguagem”.

Quanto à eufonia, pela ausência de autonomia prosódica, a harmonia e a agradabilidade do som, bem como a facilidade e a suavidade na pronúncia, são elementos que devem ser considerados, expõe Almeida (2005). O autor, no entanto, explica que, em gramática, é relativa a conceituação de eufonia, e não absoluta, devendo se aproximar do que é habitual, costumeiro, geral, sendo regra geral a posição enclítica nas sentenças, à moda lusitana, exceto se houver elemento que eufonicamente atraia o oblíquo. Apesar disso, as noções de naturalidade de uso e de espontaneidade de emprego devem também ser consideradas, não apenas porque o português brasileiro goza de certa liberdade de uso como também porque, como bem afirma Bechara (2015), o discurso limado de alguns autores, por conta da liberdade poética, foi veículo de transformações que, por vezes, tornam a língua obscura e quase ininteligível, sem mencionar o fato de que o falar espontâneo do brasileiro não coincide em totalidade com o lusitano (nem a escrita).

Diante disso, defende Mattoso Câmara Júnior (1974) que a impressão que se tem da eufonia é dependente dos efeitos acústicos a que se está habituado, estando ligada basicamente a um julgamento de sentido da audição. É nesse ponto que é preciso registrar, então, que a quebra das conformidades escritas ao longo do tempo, por caráter de eufonia, nem sempre é uniforme para aquele que maneja a língua. Ainda assim, distingue eufonia de expressividade, porque esta tem a capacidade, além de emocionar, de sugerir, dependendo da relação que é estabelecida entre os fonemas e a significação do vocábulo. A questão é que o uso do pronome átono é, segundo se entende e também de acordo com o posicionamento de Bechara (2015), uma questão

FLP 25(1)

de escolha ligada à eufonia e ao ritmo frasal. Ainda que outros fatores<sup>8</sup> possam ser elencados como posicionadores pronominais, pensa-se, a questão sintática e a fonética são as que precipuamente merecem desenvolvimento teórico, por se tratar praticamente de um consenso na área geral dos estudos linguísticos formais de colocação pronominal.

### 3 EXAUSTÃO DIACRÔNICA: CONCEITO E APLICAÇÃO À APOSSÍNCLISE

Já se sabe que gramáticas normativas de língua portuguesa do século XX pouco ou nada abordam a respeito da colocação pronominal apossinclítica na escrita, restringindo o aspecto posicional do clítico basicamente a três padrões, quais sejam o proclítico, o enclítico e o mesoclítico sendo que este último, “tanto no português brasileiro, como no castelhano [...] perde-se gradualmente e a próclise torna-se dominante” (Haffner, 2009, p. 9). Antes, porém, da suposta descontinuidade de uso escrito da mesóclise, outra forma de posicionar o clítico também era de uso pleno<sup>9</sup>: a apossínclise.

Com efeito, os princípios da economia linguística e do equilíbrio do sistema<sup>10</sup> tendem a facilitar o manejo da modalidade oral, o que, por sua vez, pode, com o tempo, refletir-se na escrita como um resultado da estabilidade e da uniformidade na ocorrência de fenômenos que, inicialmente, desenvolvem-se na oralidade, por ser esta, a nosso ver, o primeiro nível de permeabilidade<sup>11</sup> da língua, de modo que se busque a inteligibilidade completa das situações de comunicação e de interação, passando posteriormente à escrita, ou seja, podendo atingir ambas as modalidades. Os trabalhos selecionados investigam justamente a estabilidade e a uniformidade na ocorrência da interpolação, já considerando que a escrita (formal) está no último nível de permeabilidade da língua. Eis a Figura 1:

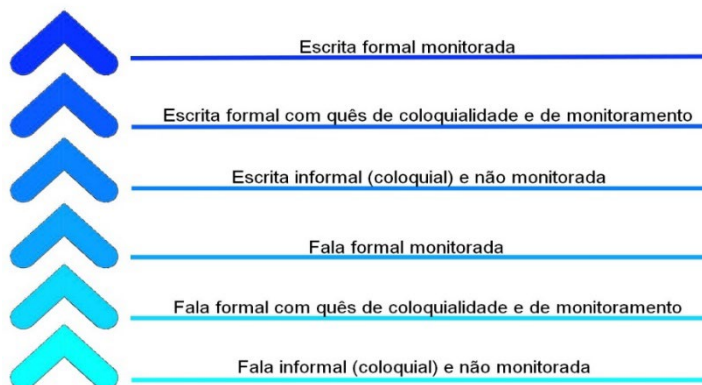
FLP 25(1)

<sup>8</sup> Um dos principais fatores é o estilo, que diz respeito ao modo como o indivíduo se exprime por meio da língua, valendo-se das várias possibilidades combinatórias possíveis do uso do pronome átono. Consoante aponta Mattoso Câmara Júnior (1974, p. 167), o estilo decorre “do nosso impulso emotivo e do propósito claro ou subconsciente de suggestionar o próximo”.

<sup>9</sup> Entende-se como “uso pleno” a amplitude da frequência de uso de terminada construção (fonético-sintática, no caso em questão) em determinada época.

<sup>10</sup> Ao abordar os dois condicionalismos que interagem no processo de mudança linguística, um interno e outro externo à língua, Carneiro (2006, p. 13) explica que, “se a língua se organiza como um sistema dinâmico em permanente busca do equilíbrio, as suas estruturas poderão ser, elas próprias, causadoras da mudança: oposições que não se revelem funcionais podem desaparecer, já que um princípio de economia tenderá a eliminar redundâncias, ou novas oposições podem ser criadas no sentido de preencher lacunas que um princípio de clareza necessária à comunicação tenderá a colmatar. Por outro lado, sendo a variação inerente à fala, uma ou mais variantes podem coexistir sem que haja mudança; mas esse estado de variação pode resolver-se se, dado um determinado conjunto de factores condicionantes, linguísticos e/ou extra-linguísticos, uma das alternativas se impuser”.

<sup>11</sup> Quanto a tais níveis, considera-se a fala informal não monitorada como o nível que mais propicia a mudança linguística.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 1 - Níveis de permeabilidade da língua em relação à mudança<sup>12</sup>.

Nesse sentido, quando se nota, na fala coloquial não monitorada, a princípio, uma variação regular de uso, dentre outros fatores, pode-se estar diante de uma futura mudança linguística, já que esta pressupõe aquela, ainda que o inverso não seja necessariamente verdadeiro. Já a escrita formal monitorada, pelo próprio fato de ser escrita, é mais conservadora: primeiro por ser uma substância mais duradoura que o som e estar situada na dimensão da permanência; segundo por estar mormente ligada a contextos sociolinguísticos de formalidade, como bem aponta Faraco (2006). Assim, estando diante de uma mudança que, além de estar no nível da escrita formal monitorada, também se dá em nível sintático, ocorreu processo gradual e lento em que a apossínclise, como forma de colocação pronominal durante o português clássico e o medieval (Martins, 1994), veio sofrendo um apagamento de emprego na escrita durante os séculos, até que, no século XVII, tais registros se mantiveram travados, atrelados a uso específico. A esse apagamento denominaremos de “exaustão diacrônica”. Eis a Figura 2:



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 2 - Níveis de permeabilidade gramatical à mudança.

A princípio, a Figura 2 demonstra o que Oliveira (2022) nomeia de núcleo duro da gramática normativa e representa, em grau crescente de permeabilidade, as áreas que mais facilmente admitem incursões inovadoras na língua. Sendo a Fonética aquela que dá conta dos sons da fala, se comparada a Figura 2 à 1, pode-se perceber que, antes de atingir a estaticidade e a permanência da escrita, é a fala informal não monitorada o nível mais permeável à mudança linguística. A permeabilidade diminui quando se passa ao nível morfológico, já que “o sistema morfológico de uma língua é avêso a tôda sorte de incursões inovadoras” (Cardoso; Cunha, 1978, p. 178), havendo pouca

<sup>12</sup> Conferir a abordagem de Faraco (2006) sobre o assunto.



flexibilidade para a criação e a inovação, por assim dizer. Por último, “a estrutura sintática [é] um sistema fechado, onde, no dizer dos linguistas, as inovações súbitas são evitadas” (Cardoso; Cunha, 1978, p. 178) e, por isso mesmo, acredita-se que, quando se está diante de uma incursão, um apagamento ou uma modificação no nível sintático, está-se diante de uma genuína mudança linguística.

Nesses termos, se entendido o apagamento da apossínclise, fenômeno ordinariamente sintático e com tons fonéticos de uso<sup>13</sup>, da língua escrita, lócus de conservadorismo e menor permeabilidade à mudança, está-se diante da ocorrência de um fenômeno que chegou à exaustão diacrônica, ou seja, a um conjunto de sincronias pretéritas em que se podem verificar a plenitude de uso, a rarefação e o apagamento (ou descontinuidade de uso), nessa ordem e em diversos graus. Isso não significa, entretanto, que a exaustão seja representada por travas temporais, mas por intermitências que, ao ocorrerem no sentido do apagamento de um fenômeno, acabam por exaurir as vias de uso, cristalizando-as no passado, sem que uma retomada de uso posterior, por qualquer razão possível de resgate do passado, seja elemento proibitivo. Ao contrário, a ocorrência da exaustão não impede por si só que determinado fenômeno retome futuramente o fôlego do emprego pleno, ainda que se saiba que, no campo sintático, isso é pouco provável, pelo próprio fato de a simplificação da comunicação ser o caminho primordial da fala. Essa simplificação, com o passar do tempo, reflete-se na escrita, de modo que ela se torne futuramente um registro mais simples de uma realidade para a posteridade.

Entender quando essa forma de colocar o clítico na sentença escrita chegou a um estágio de descontinuidade ou, pelo menos, de diminuição e/ou oscilação/intermitência de uso dentro do processo evolutivo dos padrões posicionais é, para a sintaxe histórica, compreender um momento, ou melhor, um período histórico de ruptura de uso escrito, a qual, apesar de marcar o abandono (ou menor recorrência) total ou parcial de um emprego específico, fortalece ou impulsiona, em contrapartida, usos outros que antes dividiam espaço na organização da topologia pronominal. Essas rupturas a que se faz alusão não são atípicas no processo de mudança linguística, porque esta pressupõe a renovação não só em padrões sintáticos, mas também em morfológicos, em lexicais, em fonéticos, etc. Isso porque, ao mudar, a língua pode descontinuar um uso, ou reforçá-lo, ou alterá-lo, ou ainda oscilar na frequência de ocorrência, o que, de certa forma, é marca do dinamismo que reveste as línguas vivas.

Por óbvio, se uma mudança pode ser constatada na modalidade escrita, possivelmente (e é bastante provável) isso já ocorreu na modalidade falada da língua, por ser, a priori, onde um processo variacional inicia-se e, ao se tornar regular, persistente e bastante uniforme, acaba por ocasionar uma mudança linguística. Esta, por sua vez, relativamente estável, mas não estática, diante de um novo processo variacional, pode vir a ser um novo ponto de mudança na língua. Nesse aspecto, é importante registrar que, embora a fala seja o lugar do uso espontâneo<sup>14</sup>, a verificação de fatos de língua na modalidade escrita ajuda a circunscrever as ocorrências no tempo,

<sup>13</sup> Alusão ao critério de eufonia abordado no texto do estudo.

<sup>14</sup> A escrita também pode ser espontânea, a nosso ver, mas, em razão da própria gênese, é revestida de artificialidade, pois adveio a posteriori em relação à fala, que representava as primeiras necessidades dos seres humanos, ainda que não da forma como conhecemos, até tanto os sistemas escritos quanto os de fala, por razões de diversas ordens, sofreram alterações ao longo do tempo.

graças ao caráter de permanência da escrita, que, devidamente registrada, pode ser acessada posteriormente ao momento de registro<sup>15</sup>.

Nesse ponto, na Linguística História, quando se investigam documentos que adquirem caráter histórico não apenas pela cronologia, mas também por conta da representação da visão de um determinado contexto de época, isso é capaz de reunir elementos, fatos, ocorrências que permitem ou virão a permitir o reconhecimento dos momentos de instabilidade dentro de uma relativa estabilidade, porque os sistemas se conformam à medida que os fenômenos ocorrem com maior ou menor frequência. Não se trata, entretanto, de uma conformação truncada, travada e estanque, mas regular, reconhecível e muitas vezes previsível, motivo pelo qual a cientificidade que reveste a LH é de suma importância para a verificação inclusive dos “condicionalismos” que interagem para que ocorram as mudanças, os quais, consoante Cardeira (2006), podem ser inerentes ao sistema ou externos a eles.

Em se tratando de língua portuguesa e buscando essas discontinuidades temporais de uso de determinada construção sintática, uma observação diacrônica relacionada, neste caso, à ocorrência da apossínclice no português brasileiro faz sentido se delimitada a partir do século XIX, até porque, antes disso, as gramáticas sequer abordavam o assunto, consoante Lobo (2001). Além do mais, Martins (1994) bem registra que, no português clássico e no medieval europeus, esse tipo de colocação passou por um processo de apagamento, mantendo-se em usos específicos no século XVII. Nesse ponto, as ocorrências sintáticas (no caso específico), recorrentes há séculos, sofrem rarefação de uso em razão da própria mudança linguística resultante de processos variacionais resistentes e regulares chegando ao apagamento na escrita corrente. Da oralidade para a escrita, fomentam-se usos outros que passam a ser mais recorrentes em substituição ao que se deixa de ser notado.

FLP 25(1)

#### 4 A CONSTATAÇÃO DA EXAUSTÃO LINGUÍSTICA DA INTERPOLAÇÃO

Em trabalho de 2005, Ximenes investigou a colocação dos pronomes oblíquos átonos em documentos oficiais do Governo da Capitania do *Siará Grande*, datados da primeira metade do século XIX. A partir de sessenta e sete (67) documentos formais da administração judiciária, o autor destaca a frequência da interpolação (apossínclice) envolvendo os clíticos *se, lhe, a, o, os*, mas apenas diante da palavra negativa “não”, sendo mais frequente em orações subordinadas, ainda que não restrita a elas. O resultado de tal pesquisa destoa um pouco do posicionamento mais geral de Lobo (2001), que relaciona a interpolação à ocorrência de advérbios causadores de próclise, também apontando, no entanto, para a existência de construções apossínclicas. O que se percebe, em consideração a essas duas pesquisas, é que o século XIX de fato foi produtivo para se constatarem colocações pronominais interpoladas.

Ximenes (2005) constata que a língua brasileira não é naturalmente enclítica, mas próclítica, exceto quanto o verbo está no gerúndio, caso em que ocorre a ênclise, e diante de “não”, caso este que se encontra anotado, via de regra, apenas em obras da primeira metade do século XX (Maciel, 1931; Pereira, 1943). Isso confirma a assertiva de que a interpolação “tem um âmbito de uso muito restrito no português-padrão

<sup>15</sup> A depender da sincronia pretérita estudada, podem ser utilizados outros meios de verificação do manejo da língua, a exemplo do gravador de áudio.

contemporâneo, ainda que fosse muito comum no português antigo” e que “nenhum dialeto conservou a interpolação generalizada do português antigo” (Martins, 2013, p. 2233), como anota Martins (1994), ao estudar documentos notariais portugueses dos séculos XIII ao XVI, quando a apossínclise era mais evidente. Em se tratando do caso brasileiro, então, é possível que o resultado publicado por Ximenes (2005) encontre rastro na teoria de Magro (2007) para o português europeu. Segundo a autora, a interpolação dialetal portuguesa em época contemporânea, na verdade, é uma inovação do século XIX, não representando uma continuação do que ocorria no português antigo.

Partindo desse entendimento e dos estudos de Martins (1994), esse tipo de construção sintática é legitimada apenas em contextos em que a próclise é obrigatória, sendo que, no período vicentino, havia estreita relação com o advérbio de negação, os pronomes pessoais sujeito, além de elementos dêiticos, palavras negativas, sujeitos não pronominais, entre outros (Martins, 2011). Tendo em vista que os estudos de Martins (1994) abordam especificamente os dialetos do português europeu, não há como negar que o processo mutacional típico das línguas vivas é gradativo, mas irrefreável, o que leva ao entendimento de que o uso escrito não mais sustenta a ocorrência da apossínclise. Agora, questões como estabilidade e mudança no sistema sinclítico devem ser consideradas no sistema brasileiro de colocação pronominal, conquanto se trate de assunto que toma vulto apenas na segunda metade do século XIX (Lobo, 2001), o que se considera historicamente como recente.

Por essa razão (o não esgotamento teórico-temático), não se vislumbra a apossínclise simples e puramente como arcaísmo sintático, mas dela se vale para entender como se dá a ocorrência dessa gradativa mudança a que estão sujeitas as línguas vivas até o processo de exaustão, senão vide o caso português na Figura 3:

FLP 25(1)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 3 - Representação da exaustão diacrônica apossinclítica portuguesa.

A Figura 3 representa, de início, o que Martins (1994) explica sobre a interpolação ser de ocorrência comum entre os séculos XIII e XVI, período medieval, mas não de igual forma. Alguns exemplos compilados por Martins (1994, p. 161, grifo da autora) demonstram que são particularmente frequentes as interpolações que envolvem “o advérbio de negação não, o sujeito (pronominal ou nominal), um sintagma preposicional ou um sintagma adverbial”. O Quadro 1 ilustra, com base em Martins (1994, p. 162-164, grifos da autora), uma das possibilidades ao longo de quatro séculos.

Quadro 1 - Interpolação diante de *não*.

Advérbio de negação <i>não</i>	(01) que me <u>nom</u> nēbram (NO, 1268)
	(13) que o <u>nō</u> outorgouã e que o <u>nō</u> cōssentiã (NO, 1310)
	(34) e se lhas <u>nō</u> dauam (NO, 1402)
	(57) e o que se <u>não</u> semea (NO, 1540)

Fonte: Martins (1994, p. 162-164).

Ensina a autora que, “a partir da segunda metade do século XIV a próclise torna-se cada vez mais comum atingido um pico de frequência com valores médios acima dos 80% no final do século XVI e início do XVII” (sic) (Martins, 2015, p. 84). Já no séc. XVII, “perdido o fenômeno de interpolação generalizada, característico do português medieval e clássico, só o operador de negação predicativa, *não*, continua a poder ocorrer interpolado entre o clítico e o verbo” (Martins, 1994, p. 299), sendo uma ocorrência específica que se inicia no século XVII, a partir de quando deixa de ter uso ordinário. Seguindo a análise, até o século XIX, “não há nenhuma evolução a registrar” (Martins, 1994, p. 308), pois,

Ao longo de todo este período, regista-se variação entre as ordens ‘clítico-não-verbo’ e ‘não-clítico-verbo’, nos contextos relevantes. A maior ou menor frequência com que cada uma das construções ocorre é função de usos individuais. Não há mudança gramatical a registrar. Provavelmente, é no século XX que a construção com interpolação deixa de existir na gramática de alguns (muitos?) falantes (entre os quais me incluo). (Martins, 1994, p. 308).

Nessa linha de pensamento, entende-se como sendo exaustão diacrônica uma forma sintática (ou fonético-sintática, ou de outra natureza) que passa do uso pleno (e.g., do séc. XIII ao XVI) ao uso não pleno (e.g., séc. XVII), mantendo tal forma de uso por três séculos (até o séc. XX), quando começa a entrar em desuso. Em outras palavras, a apossínclise ocorreu da plenitude à inexistência (ou manutenção de usos muito específicos), dentro de uma trajetória decrescente de uso na qual, quanto mais retrocedem os séculos, tanto maior o uso, mas, quanto mais sucedem os séculos, tanto menor o uso. Isso aponta, pelo que se entende, a linha evolutiva de um processo de mudança linguística que, após etapas e intermitências, chega à sua fase final: o não uso ou o uso extremamente restrito. Eis que ocorre uma exaustão de uso dentro do percurso diacrônico, isto é, dentro da dimensão histórica da língua, ainda que, para isso, fosse analisado um conjunto de dimensões estáticas pretéritas, as sincronias.

Além disso, a exaustão, quando ocorre, deixa marcas que podem ser verificadas. A exemplo do que apresenta Magro (2007), entre os séculos XIII e XVI a interpolação poderia se dar entre vários constituintes, ainda que com frequência diversa, o que já fora registrado por Martins (1994), sendo eles: advérbio de negação *não*, sujeitos pronominais ou nominais, sintagmas preposicionais, sintagmas adverbiais, objetos diretos, objetos indiretos, núcleos predicativos de natureza adjetival, participios passados em tempos compostos, infinitivos em construção de complementações ou em estruturas com auxiliares, constituintes de redobro do clítico, quantificadores e orações reduzidas. Das pelo menos doze possibilidades de ocorrência, o tempo se encarregou de rarefazê-las<sup>16</sup>, valendo lembrar que Magro (2007, p. 63) nota que, “mesmo durante este período, a interpolação é uma operação opcional, ainda que preferencial. Ou seja, a par dos inúmeros casos de interpolação existe um número significativo de casos de não-interpolação em contextos que a admitiriam”.

A percepção de Magro (2007) demonstra que, mesmo no português antigo, já havia intermitências de uso em determinados contextos e com certos constituintes.

<sup>16</sup> Segundo Martins (1994), os casos de apossínclise passaram a decair a partir do século XV. No séc. XVI, aponta Fiéis (2001, 2003) que o uso da interpolação restringia-se basicamente ao advérbio de negação *não* e a determinados advérbios aspectuais, conforme registro de Magro (2007).

Isso, ao que parece, aponta para uma inicial exaustão marcada pela preponderância de algumas construções (as mais frequentes) em relação a outras (as menos frequentes), sendo ambas contextualmente possíveis e admissíveis, e/ou alternância de uso conforme o indivíduo que maneja a língua e a modalidade utilizada, registrando-se que “a influência literária é refinada e conservadora, enquanto o uso popular tende a mudar rapidamente”<sup>17</sup> (Grandgent, 1907, p. 3).

Já do séc. XVII em diante, ocorre uma mudança no emprego dos pronomes átonos, segundo Martins (1994). A ênclise se generaliza em contextos em que havia a variação entre ênclise e próclise e a interpolação entre o clítico e o verbo perde a generalidade dos constituintes. O resultado foi, segundo Magro (2007, p. 65), que “a generalização da ênclise, iniciada no século XVII, irá prolongar-se e acentuar-se progressivamente ao longo dos três séculos seguintes, atingindo-se no final do século XIX uma baixíssima percentagem de ocorrência de próclise nos contextos relevantes”. Além do mais, “o cenário descrito para o período anterior altera-se radicalmente, perdendo-se a possibilidade de interpor quaisquer constituintes entre o clítico e o verbo, à exceção do advérbio de negação não que continuará a poder ocorrer nessa posição até aos dias de hoje” (Magro, 2007, p. 66).

Assim sendo, o que se constata é que uma trajetória diacrônica, aqui exemplificada pela ocorrência da interpolação, passa por períodos de exaustão, quando ocorre uma rarefação e/ou intermitência de usos, o que se reflete da oralidade na escrita, à medida que a língua vai se conformando ao uso em busca de um natural equilíbrio entre as formas.

FLP 25(1)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da oralidade à escrita, da fonética à sintaxe, a língua escrita vai se conformando ao uso na medida em que pode ultrapassar os devidos níveis de permeabilidade ao longo de seu desenvolvimento, ao longo dos séculos, ao longo da evolução.

Tomando por base o estudo do progressivo desuso da interpolação, entrelaçam-se conceitos caros à Linguística Histórica, tal como o é a mudança linguística, estabelecendo-se um elo entre ela e os níveis de permeabilidade da língua e dos departamentos do núcleo duro da gramática, o que contribui para o entendimento de que a mudança é progressiva e contínua, mas passa por períodos de intermitência e/ou rarefação de usos antes que uma forma deixe de ser empregada. E isso, que ocorre primeiro na oralidade, reflete-se na escrita seguindo graus de monitoramento diversos, sendo que, quanto mais monitorada ela é, tanto conservadora também será. Esse panorama apenas o estudo do processo evolutivo pode constatar, iniciando pelo estudo de sincronias pretéritas e avançando para diacronias, isto é, períodos mais longos.

Enquanto a mudança está, para Cardeira (2006), ligada a um critério de economia a partir do qual a língua se ajusta para se tornar inteligível, para Melo (1981), é o menor esforço que funciona como força motriz para certas mudanças. Já o entendimento aqui delineado é de que a exaustão de usos ao longo do tempo, em respeito a níveis de permeabilidade tanto da língua à mudança quanto dos

<sup>17</sup> “Literary influence is conservative and refining, while popular usage tends to quick change” (Grandgent, 1907, p. 3, tradução nossa).

departamentos gramaticais, após intermitências, rarefações, recuperações e diminuições progressivas, conforma o uso ao longo do tempo, de modo que fiquem em voga elementos como a situação comunicativa e a necessidade do indivíduo que maneja a língua portuguesa. Em se tratando de uma língua materna, o que se busca é a exatidão e a clareza em suas expressões.

Nesse sentido, o resultado da intermitência de estabilidade e de uniformidade na ocorrência de fenômenos que já haviam sido abandonados na oralidade, quando atingem a sintaxe de uma língua, apontam para uma mudança profunda e sistemática que tende a se assentar, sendo ela capaz de ser diacronicamente representada, a exemplo da interpolação ou apossínclise.

## REFERÊNCIAS

- Almeida NM. Gramática metódica da língua portuguesa. 45.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva; 2005.
- Bechara E. Moderna gramática da língua portuguesa. 37.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2009.
- Bechara E. Moderna gramática da língua portuguesa. 38.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2015.
- Cardeira E. O essencial sobre a história do português. Lisboa: Caminho; 2006.
- Cardoso W, Cunha C. Estilística e gramática histórica. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1978.
- Cegalla DP. Novíssima gramática da língua portuguesa. 43.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 2000.
- Cunha C, Cintra LFL. Nova gramática do português contemporâneo. 5.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Lexicon; 2008.
- Faraco CA. Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial; 2006.
- Fiéis A. Interpolação no português medieval como adjunção a XP. Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: APL; 2001.
- Fiéis A. Ordem de palavras, transitividade e inacusatividade: reflexão teórica e análise do português dos séculos XIII a XVI [tese]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa; 2003.
- Grandgent C. An introduction to vulgar Latin. Boston: DC Heath & Company; 1907.
- Guerini M, Özbal G, Strapparava C. Echoes of persuasion: the effect of euphony in persuasive communication. Human language technologies: the 2015 annual conference of the North American Chapter of the ACL. 2015;1483-1493. [citado 26 ago. 2023]. Disponível em: <http://aclanthology.lst.uni-saarland.de/N15-1172.pdf>.
- Haffner I. A evolução da mesóclise. Acta Hispânica. 2009;14:113-121. [citado 05 out. 2023]. Disponível em: <https://ojs.bibl.u-szeged.hu/index.php/acthisp/article/view/9682/9574>.
- Lobo T. Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil. Edição filológica análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2001. Vols. I e II.
- Luft CP. Moderna gramática brasileira. Porto Alegre: Globo; 1976.

- Maciel M. Grammatica descriptiva. 5.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Bertrand; 1931[1914].
- Magro C. Clíticos: variações sobre o tema [tese]. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; 2007. [citado 29 ago. 2019]. Disponível em: <http://acta.bibl.u-szeged.hu/639/https://core.ac.uk/download/pdf/12425851.pdf>.
- Martins AM. Clíticos na história do português [tese]. Lisboa Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; 1994.
- Martins AM. Clíticos na história do português à luz do teatro vicentino. Estudos de Linguística Galega. 2011;3:83-109. [citado 19 fev. 2019]. Disponível em: <https://revistas.usc.gal/index.php/elg/article/view/339>.
- Martins AM. Posição dos pronomes pessoais clíticos. In: raposo EBP, et al., organizadores. Gramática do português. Vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian; 2013.
- Martins AM. Variação sintática no português quinhentista: a colocação dos pronomes clíticos. Estudos de Linguística Galega. 2015;7:83-94. doi: <https://revistas.usc.gal/index.php/elg/article/view/2373>. [citado 29 ago. 2019]. Disponível em: [http://www.clul.ulisboa.pt/files/ana\\_maria\\_martins/Martins\\_2015b.pdf](http://www.clul.ulisboa.pt/files/ana_maria_martins/Martins_2015b.pdf).
- Martins AM. A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia. In: Martins AM, Carrilho E, editoras. Manual de linguística portuguesa. Berlin/Boston: De Gruyter; 2016.
- Mattoso Câmara Júnior J. Dicionário de filologia e gramática. 5.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Jozon Ed.; 1974.
- Moresi E. Metodologia da pesquisa. Universidade Católica de Brasília. Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Brasília; 2003. [citado 27 ago. 2019]. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~pdcosta/ensino/2010-2-metodologia-de-pesquisa/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>.
- Oliveira TS. Tradição, gramática e discurso: o posicionamento dos compêndios de normas [tese]. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem; 2018. [citado 05 out. 2023]. Disponível em: [http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/2018\\_tese-thiagosoaresdeoliveira\\_020920191528.pdf](http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/2018_tese-thiagosoaresdeoliveira_020920191528.pdf).
- Oliveira TS. Tradição, gramática e discurso. Campos dos Goytacazes: Essentia; 2022. [citado 26 ago. 2023]. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/livros/article/view/18192>.
- Pereira CE. Gramática expositiva: curso superior. 60.<sup>a</sup> ed. [local desconhecido]: Cia. Ed. Nacional; 1943.
- Rocha Lima CH. Gramática normativa da língua portuguesa. 49.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: José Olympio; 2011.
- Tomanin CR. A cristalização da nova modalidade de mesóclise no português brasileiro [tese]. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista; 2009. [citado 13 abr. 2021]. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/106225>.
- Temponi CN. Aspectos da história gramatical do português: interpolação, negação e mudança [tese]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem; 2008. [citado 29 ago. 2019]. Disponível em: [https://www.ime.usp.br/~tycho/participants/namiuti/namiuti/TESE\\_NAMIUTI\\_2008.pdf](https://www.ime.usp.br/~tycho/participants/namiuti/namiuti/TESE_NAMIUTI_2008.pdf).
- Weedwood B. História concisa da linguística. São Paulo: Parábola Editorial; 2002.
- Ximenes EE. Um caso de próclise especial em texto do século XIX: a interpolação ou apossíclise. IX Congresso Nacional de Linguística e Filologia em homenagem a Said Ali. Anais [...]. 2005;IX-03, t. 2. [citado 27 ago. 2019]. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/01.htm>.

FLP 25(1)



A conformação de metáforas  
na terminologia do petróleo  
motivadas pela relação homem-mundo:  
os campos semânticos *vestuário, família e cores*  
*The conformation of metaphors in oil terminology  
motivated by the human-world relationship:  
the semantic fields of clothing, family, and colors*

Theciana Silva Silveira\*  
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

**Resumo:** O presente texto tem como objetivo analisar as metáforas motivadas pela relação homem-mundo nos campos semânticos *vestuário, família e cores*, na terminologia do petróleo. Fundamenta-se no viés cognitivo da metáfora, de Lakoff e Johnson (2015), e no prisma comunicativo e sociocognitivo da Terminologia, de Cabré (1999) e Temmerman (2000), respectivamente. Tomou-se como fonte de dados a única obra terminográfica em língua portuguesa sobre o petróleo, intitulada *Dicionário do petróleo em língua portuguesa: exploração e produção de petróleo e gás*. Com base nas análises, foi possível observar que as metáforas da terminologia do petróleo são motivadas pela relação homem-mundo, alicerçadas nas experiências do cotidiano, sobretudo nos campos semânticos *vestuário, família e cores*. Desse modo, entende-se que a metáfora não está ligada apenas ao recurso estilístico, como preconizado pela visão clássica, mas faz parte de um processo mental em que se estrutura um conceito a partir de outro, baseados nas experiências cotidianas.

**Palavras-chave:** Relação homem-mundo. Metáfora. Terminologia. Petróleo.

**Abstract:** This text aims to analyze the metaphors motivated by the human-world relationship in the semantic fields of clothing, family, and colors in oil terminology. It is based on the cognitive bias of metaphor by Lakoff and Johnson (2015), and based on the communicative and sociocognitive prism of Terminology by Cabré (1999) and Temmerman (2000), respectively. The only terminographic work in Portuguese about oil, entitled *Dicionário do petróleo em língua portuguesa: exploração e produção de petróleo e gás (Dictionary of Oil in Portuguese: Oil Exploration and Production)*, was used as data source. Based on the analyses, it was possible to observe that the metaphors in oil terminology are motivated by the human-world relationship, grounded in everyday experiences, particularly in the semantic fields of *clothing, family, and colors*. Thus, it is understood that metaphor is not only linked to a stylistic device, as advocated by the classical view, but it is part of a mental process in which one concept is structured based on another, drawing from everyday experiences.

**Keywords:** Human-world relationship. Metaphor. Terminology. Oil.

---

\* Professora Adjunta, Departamento de Letras, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil; theciana.silveira@ufma.br

## 1 INTRODUÇÃO

O homem sempre utilizou diversas fontes de energia para sobreviver, dentre elas, o petróleo, que é usado há milhares de anos, inicialmente, na forma de betume, alcatrão e, atualmente, na forma de petróleo, gás e seus derivados. O petróleo é uma das principais matérias-primas existentes. Ainda é considerada a principal fonte de energia “que movimenta o mundo, fornecendo combustível necessário para manter em funcionamento os diferentes meios de transporte, enquanto o gás natural gera a energia elétrica necessária para que muitas sociedades possam manter seu estilo de vida moderno” (*Society of Petroleum Engineers – SPE, 2007*).

As diversas possibilidades advindas do uso do petróleo têm sido cruciais para a extensão de suas aplicações e expansão em todo o mundo, tornando-se um dos maiores vetores do processo de globalização. A dinamicidade da língua e a nova visão oriunda dessas mudanças implicam em uma reorganização dos conceitos já estabelecidos. Para além disso, há outro aspecto muito importante a ser considerado no desenvolvimento dessa tarefa, a saber: as diferentes maneiras de conceptualizar a realidade. Cada povo carrega consigo uma forma de ver a realidade e essa particularidade é refletida na língua, que funciona como um espelho da sociedade. Não obstante, a escolha dos termos não se dá de forma aleatória, mas está motivada por diversos fatores encontrados no plano cognitivo.

Por isso, consideramos tão importante analisar esse universo sob o prisma cognitivo dos estudos da metáfora. É fundamentado nessa perspectiva que é possível aliar aspectos linguísticos, cognitivos e sociais, tomando como base a experiência do homem com o mundo. Apoiamo-nos, portanto, nos trabalhos de Lakoff e Johnson (2015), que entendem a metáfora como um fenômeno presente no nosso cotidiano, de modo que grande parte do que produzimos perpassa por modelos metafóricos, sobretudo, no ato de nomeação das entidades presentes no universo. Isso ocorre tanto em contextos triviais do dia a dia, quanto em contextos altamente especializados.

É com base nesse cenário que objetivamos analisar a conformação de metáforas na terminologia do petróleo, motivadas pela relação homem-mundo: nos campos semânticos *vestuário*, *família* e *cores*. O presente trabalho está organizado da seguinte forma: (i) seção 2 – *Um passeio pelos estudos da metáfora* –, em que apresentamos considerações acerca da metáfora, desde a visão mais clássica até a visão cognitiva, a Teoria da Metáfora Conceitual (TMC) e a metáfora na Terminologia; (ii) seção 3 – *Procedimentos metodológicos*, no qual delineamos as etapas seguidas para tratamento, seleção e organização dos dados; e (iii) seção 4 – *A conformação de metáforas na terminologia do petróleo motivadas pela relação homem-mundo* –, em que tratamos das análises propriamente ditas. Ademais, apresentamos as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas neste texto.

## 2 UM PASSEIO PELOS ESTUDOS DA METÁFORA

A metáfora sempre foi reconhecida ao longo dos estudos, seja como mecanismo estilístico, seja como compreensão das atividades humanas. O fato é que esse fenômeno é um dos recursos mais ricos que a língua possui para expressar ideias, emoções, abrangendo não só a linguagem, mas também o próprio pensamento, a

categorização do universo e a ação humana. Mesmo com o grande avanço nos estudos metafóricos, ainda há muito a se discutir acerca desse fenômeno.

A metáfora tem sido objeto de estudo das mais diferentes áreas do conhecimento humano e analisada em diferentes prismas, desde Aristóteles, que a investigava do ponto de vista linguístico, estético e filosófico, entendendo a metáfora como um mecanismo estilístico da linguagem, restrito à retórica e à literatura, até os dias atuais, quando se admite que a metáfora é um mecanismo fundamental para a compreensão das diversas experiências humanas e está presente no cotidiano, segundo Lakoff e Johnson, na obra *Metaphors we live by* (1980)<sup>1</sup>.

## 2.1 Perspectiva clássica e cognitiva da metáfora

Segundo o *Dicionário Houaiss* (DH), o termo “metáfora” deriva do grego *metaphora*, que significa ‘mudança, transposição’, composto por *meta* (mudança) e *phora* (carregar); transportar ou deslocar para, por extensão ‘transposição do sentido próprio ao figurado’, ou seja, implica dizer que há um conjunto de processos linguísticos nos quais traços e características de determinada entidade são transferidas para outra, de modo que essa outra funcione como a primeira.

Essa ideia acerca da metáfora vem desde as reflexões mais antigas, entretanto, com diferentes perspectivas. Nos estudos aristotélicos (século IV a. C.), encontramos a primeira noção de metáfora no Ocidente, na obra *Poética* (1965), em que o autor define metáfora como a “transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por via de analogia” (Aristóteles, 2006, III, IV, 7, p. 182). Com base nessa definição, o autor apresenta quatro tipos de metáfora, a saber: (i) do gênero para espécie; (ii) da espécie para o gênero; (iii) da espécie para espécie; e (iv) por analogia. Em estudos mais recentes, essa classificação é denominada de sinédoque, sinédoque generalizante, metonímia e metáfora específica, respectivamente (Filipack, 1983).

Segundo Aristóteles, a comparação direta também era entendida como metáfora, como no exemplo apresentado pelo autor: “Aquiles se atirou como um leão”. Aquiles é comparado a um leão que possui traços que remetem a força, coragem, valentia, logo, Aquiles é o leão, a característica trazida no imaginário da figura do leão é transmitida para Aquiles, como na sequência do exemplo “o leão atirou-se”. Assim, ambos os exemplos apresentam metáforas, pois em ambas houve a transferência das características do leão para Aquiles.

No entanto, Ricoeur (2015) afirma que Aristóteles não pretendia analisar a metáfora por meio da comparação, mas de utilizar a comparação para explicar a metáfora, uma vez que Aristóteles afirma que toda comparação é uma metáfora desenvolvida. Ao aproximar a metáfora da comparação, Aristóteles “percebe certa superioridade da metáfora sobre a comparação, pelo fato de a metáfora ser entendida e julgada como sendo mais agradável, mais elegante e predicativa ao ser equiparada à comparação.” (Fossile, 2011, p. 3).

<sup>1</sup>Ano de publicação da obra *Metaphors we live by*, em inglês. Entretanto, para efeito deste trabalho, utilizamos a versão em espanhol (10.<sup>a</sup> ed.), do ano de 2015, *Metáforas de la vida cotidiana*, publicada pela primeira vez em 1986. Desse modo, faremos referência a essa obra por meio do ano de sua última edição e não de sua data de publicação, ou de sua primeira edição na versão em espanhol.

Aristóteles defende, ainda, em sua obra *Retórica* (1998), a importância da metáfora na comunicação, mas ressalta para o seu uso, uma vez que “[...] não pode ser tomada de longe – pois em tal caso seria difícil de apreender –; nem ser de interpretação que salte à vista – pois deixaria de causar impressão” (Aristóteles, 1998, III, 10, 06, p. 195).

Nesse contexto, a ideia de metáfora estava ligada aos estudos da Retórica – que foi antes de tudo uma técnica da eloquência, seu objetivo era gerar a persuasão –; e da Poética – a arte de compor poemas. Desse modo, a poesia e a eloquência pareciam estar situadas em dois universos com diferentes discursos. Entretanto, segundo Ricoeur,

[...] a metáfora tem um pé em cada domínio. Ela pode, quanto à estrutura, consistir apenas em uma única operação de transferência de sentido das palavras, mas quanto à função, ela dá continuidade aos destinos distintos da eloquência e da tragédia; há, portanto, uma única estrutura da metáfora, mas duas funções: uma função retórica e uma poética. (Ricoeur, 2015, p. 23).

De acordo com tais afirmações, na teoria aristotélica, a metáfora tem valor estético e serve para ornamentação da linguagem, bem como persuadir. Nesse contexto, a palavra é a unidade de referência na retórica da metáfora. Assim, para Aristóteles, o dom de elaborar boas metáforas “revela o engenho natural do poeta; com efeito, bem saber descobrir as metáforas significa bem se aperceber das semelhanças”. (Ricoeur, 2015, p. 138).

Com base nessa visão, a metáfora recebia um tratamento puramente retórico, possuindo valor ornamental, dando à metáfora um caráter reduzido, pois essas semelhanças eram percebidas por meios de comparações e a metáfora era apenas simples recurso de substituição de palavras.

Os avanços epistemológicos trouxeram para o estudo da metáfora o prisma cognitivo. Com base nessa perspectiva, a metáfora se constitui como um fenômeno do pensamento que expressa tudo aquilo que experienciamos por meio de categorias. Em outras palavras, considera-se a linguagem como algo inseparável do conteúdo cognitivo dos indivíduos, antes vista como recurso poético, imagético e retórico, na visão clássica dos estudos metafóricos. Nessa direção, Berber-Sardinha afirma que “a metáfora deixou de ser uma figura de linguagem para ser um processo estruturador do pensamento” (2007, p. 169).

Um dos primeiros campos a se debruçar acerca desse novo ponto de vista foi a Psicologia Cognitiva, que influenciou outras ciências, como a Linguística Cognitiva, (doravante LC). Esse novo paradigma teórico, a LC, começou a ganhar mais evidência como estudo da linguagem por volta da década de 70 e, em 80, teve um grande auge. As circunstâncias históricas do seu surgimento estão relacionadas aos trabalhos gerativistas de Noam Chomsky, a partir de sua obra *Syntactic structures* (1957), pois seus estudos revolucionaram não só os estudos linguísticos, mas também as ciências cognitivas. Entretanto, estudiosos como George Lakoff, Ronald Langacker, Leonard Talmy, Charles Fillmore e Gilles Fauconnier, apesar de concordarem com a premissa gerativista de que a linguagem é o espelho da mente, buscavam uma nova linha de investigação que partiam de pressupostos contrários do que postulavam os gerativistas (Ferrari, 2014).

Com isso, esses estudiosos buscavam observar a língua como reflexo do pensamento humano e de suas experiências com o mundo. É nesse cenário que surgem trabalhos como os de Lakoff e Johnson (1980), sobre a Teoria da Metáfora Conceitual (TMC), os quais revolucionaram os estudos acerca da metáfora, entendendo-a, por meio de análises de diversas expressões metafóricas, como um fenômeno inerente ao pensamento, uma vez que ela está presente no nosso cotidiano, dos contextos mais triviais aos mais importantes de nossas vidas.

## 2.2 Teoria da Metáfora Conceitual

A TMC foi desenvolvida por Lakoff e Johnson e tem como marco inicial a obra intitulada *Metáforas de la vida cotidiana* (2015), traduzido para o português como “Metáforas da vida cotidiana”. Essa teoria surge como uma revolução nos estudos da metáfora, refutando a visão tradicional, e objetiva compreender a metáfora como um recurso que existe para além da linguagem, fazendo parte não somente do sistema linguístico, mas também do nosso sistema conceitual, presente em nosso pensamento. Com isso, a metáfora é entendida como um recurso utilizado pelos seres humanos em seu cotidiano, em suas vivências e em suas experiências, envolvendo nossas ações e emoções que, por muito tempo e, para a maioria das pessoas, foi visto como apenas um recurso de imaginação poética. Nas palavras dos autores, “[...] a metáfora permeia o cotidiano, não só a linguagem, mas também o pensamento e a ação. Nosso sistema conceitual ordinário, em termos do qual pensamos e agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza.” (Lakoff; Johnson, 2015, p. 39, tradução nossa)<sup>2</sup>.

FLP 25(1)

A partir da pressuposição de que a metáfora é onipresente, a concepção de metáfora passa a ser vinculada à forma como concebemos o mundo à medida que compreendemos e experienciamos os diferentes fenômenos, o que gera diferentes formas de interpretá-los. Os autores atentam para o fato de que, na maioria das vezes, pensamos e agimos de maneira automática, e uma das formas de descobrirmos esse sistema é por meio da linguagem.

Nesse sentido, a metáfora conceitual é um fenômeno cognitivo, no qual um domínio é representado conceitualmente em termos de outro. Em outras palavras, Lakoff e Johnson (2015) propõem uma relação sistemática entre dois domínios: (i) domínio-fonte e (ii) domínio-alvo. O primeiro é a *fonte*, pois é a origem da estrutura conceitual que inferimos; já o segundo é o *alvo*, meta ou destino, o local de aplicação das inferências.

Para ilustrar o que é um conceito metafórico e como esse conceito estrutura nossa atividade cotidiana, Lakoff e Johnson (2015) apresentam o seguinte exemplo: Conceito: DISCUSSÃO (argumento) → Metáfora conceitual: DISCUSSÃO É UMA GUERRA. Nesse exemplo, compreendemos a metáfora, pois temos conhecimento sobre o domínio conceitual GUERRA, que tomamos como base para compreender o domínio conceitual DISCUSSÃO. Assim, GUERRA é o DOMÍNIO-FONTE e DISCUSSÃO é o DOMÍNIO-ALVO. Essa metáfora, ainda segundo os autores, reflete nossa linguagem do cotidiano, uma vez que estão presentes no nosso dia a dia

<sup>2</sup> “[...] la metáfora impregna la vida cotidiana, no solamente el lenguaje, sino también el pensamiento y la acción. Nuestro sistema conceptual ordinario, en términos del cual pensamos y actuamos, es fundamentalmente de naturaleza metafórica.” (Lakoff; Johnson, 2015, p. 39).

e são relacionadas a uma ampla variedade de expressões, como nos exemplos: a) Tuas afirmações são *indefensáveis* e b) *Atacou todos os pontos frágeis* do meu argumento. Logo, os usos de termos bélicos não são limitados para representar o campo de discussão, pelo contrário, são inúmeros. “Este é um exemplo do que significa um conceito metafórico, por exemplo, UM ARGUMENTO É UMA GUERRA, estrutura (pelo menos parte dela) o que fazemos e a maneira como entendemos o que fazemos quando discutimos”. (Lakoff; Johnson, 2015, p. 41, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Reiteramos que os processos do pensamento humano são em grande parte de natureza metafórica, assim, entende-se que *metáfora* significa *conceito metafórico*. Esse conceito metafórico é sistematizado, bem como a linguagem que usamos para falar sobre esse aspecto. Seguindo essa linha de pensamento, Lakoff e Johnson afirmam que

[...] as expressões metafóricas da nossa linguagem se encontram enlaçadas com conceitos metafóricos de uma maneira sistemática, podemos usar expressões linguísticas metafóricas para estudar a natureza dos conceitos metafóricos e alcançar uma compreensão da natureza metafórica em nossas atividades. (Lakoff; Johnson, 2015, p. 43, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Em síntese, as expressões metafóricas constituem um universo/conjunto organizado e ordenado de enunciados, formando um sistema coerente. Logo, a metáfora é ordinariamente conceitual. Para Oliveira,

Tal afirmação colaborou com a queda da dicotomia há séculos estabelecida entre o sentido literal *versus* figurado: sendo a metáfora um fenômeno central da linguagem e do pensamento, e não um recurso ornamental marginal à boa comunicação, não poderíamos mais pensar em tal recurso apenas como ferramenta estilística empregadas por poetas. (Oliveira, 2011, p. 48).

Assim, podemos dizer que a linguagem da *discussão*, com base no exemplo apresentado, não é poética, ou de caráter imaginativo, ou ainda retórico; pelo contrário, é literal, uma vez que falamos de discussões dessa maneira, porque as concebemos desse modo. Nesse sentido, agimos conforme concebemos as coisas (Lakoff; Johnson, 2015). Vale ressaltar que a maneira como concebemos as entidades do universo é, ainda, construída de acordo com cada cultura. A visão cognitiva da metáfora confirma que cada cultura tem o seu arcabouço simbólico, que faz com que as linguagens metafóricas de cada cultura reflitam a sua própria forma de estruturação do mundo.

### 2.3 A metáfora na Terminologia

Ao estudar a terminologia do petróleo, podemos observar um grande uso de termos que, em um primeiro momento, parece-nos tratar de um universo bem

<sup>3</sup> “Este es un ejemplo de lo que significa que un concepto metafórico, por ejemplo, UNA DISCUSIÓN ES UNA GUERRA, estructura (al menos una parte) lo que hacemos y la manera en que entendemos lo que hacemos cuando discutimos.” (Lakoff; Johnson, 2015, p. 41).

<sup>4</sup> “Las expresiones metafóricas de nuestro lenguaje se encuentran enlazadas con conceptos metafóricos de una manera sistemática, podemos usar expresiones lingüísticas metafóricas para estudiar la naturaleza de los conceptos metafóricos y alcanzar una comprensión de la naturaleza metafórica de nuestras actividades.” (Lakoff; Johnson, 2015, p. 43, tradução nossa).

particular, mas, ao estudarmos com afinco, notamos que muitos dos termos usados são constituídos por um vocabulário genérico, ou seja, fazem parte da língua geral ou são emprestados de outros domínios e, ainda, termos peculiares ao universo ora estudado. Mesmo sendo constituídos de diversas formas, em se tratando dos termos do petróleo, foi possível perceber que muitos desses termos são formados por metáforas.

Na terminologia, a metáfora também foi vista com um enfoque tradicional, mas que com os avanços dos estudos, passou a ser entendida como fundamental na conformação dos termos de um universo especializado. A vertente tradicional da terminologia, a Teoria Geral da Terminologia (TGT), de Eugen Wüster (1998), ansiava pela precisão denominativa e conceitual, a univocidade dos termos, objetivando uma linguagem mais objetiva e sem ruído na comunicação. Vale destacar que a metáfora não era desconhecida por esse estudioso de cunho normativista, apenas não era considerada nessa visão tradicional.

As reformulações desses ideais resultaram em novas abordagens, considerando, então, a dimensão linguística na Terminologia, como a Teoria Comunicativa da Terminologia (ICT), que tem como principal representante Maria Teresa Cabré (1999), gerou novos postulados, abrangendo os fenômenos da língua, entendendo-os como fundamentais na descrição da realidade terminológica. Assim, fenômenos como a metáfora, a polissemia, a sinonímia, passam a ser considerados intrínsecos também ao universo especializado. Seguindo essa linha de raciocínio, Martins destaca:

O fenômeno da metáfora na linguagem científica não se caracteriza por uma baixa frequência de ocorrência, antes apresenta-se como um componente dominante na linguagem humana. De facto, as expressões figurativas atravessam o discurso científico, principalmente nas fases iniciais do desenvolvimento de uma determinada disciplina e em períodos de pesquisa intensa, entre as quais se destacam as metáforas. (MARTINS, 2003, p. 131).

FLP 25(1)

É com base nessa perspectiva que a TCT defende que o termo deve ser entendido nas dimensões linguística, cognitiva e social. Com isso, esses fenômenos passam a ser considerados e valorizados como parte do discurso especializado.

Com o advento da Linguística Cognitiva e suas contribuições no estudo da metáfora, começou-se a pensar na necessidade de reposicionar o entendimento a respeito do papel das metáforas no universo especializado. Notadamente, a Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST) ocupou-se em analisar a realidade terminológica sob o viés cognitivo; para tanto, Rita Temmerman (2000) dedica um capítulo inteiro de sua obra *Towards new ways of terminology description: the sociocognitive approach* para tratar dos modelos metafóricos. Nesse texto, ela faz uma retomada dos postulados tradicionais, tecendo críticas a respeito desses ideais que buscavam distanciar a metáfora do universo terminológico, para apresentar um novo modelo pautado no papel central da metáfora nas áreas de especialidade. A autora desenvolve sua proposta por meio da descrição e da análise no âmbito da genética, e discute de que forma o raciocínio metafórico deixa seus traços na linguagem. Ela afirma que, nessa abordagem, “[...] a metáfora é vista como um fenômeno em que categorização, pensamento analógico, criatividade e expressão linguística se encontram”

(Temmerman, 2000, p. 160, tradução nossa<sup>5</sup>). Essa visão da metáfora é consoante ao que Lakoff e Johnson (2015) já haviam sinalizado na TMC.

É com base nas reflexões dessas perspectivas comunicativas/cognitivas que realizamos nossas análises. Cabe salientar que não buscamos utilizar um modelo teórico único para que se encaixe neste trabalho, mas a partir desses modelos encaminhar nossas análises conforme nossos objetivos, levando em conta o *corpus* lexicográfico com o qual trabalhamos e detalhamos na próxima seção.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Iniciamos este trabalho tomando como referência a obra terminográfica impressa intitulada *Dicionário do petróleo em língua portuguesa: exploração e produção de petróleo e gás* (doravante DP), organizado por Eloi Fernández y Fernández, Oswaldo A. Pedrosa Junior e António Correia Pinho. Esse dicionário foi resultado de uma colaboração entre Angola, Brasil e Portugal, os três principais países produtores de petróleo no âmbito da CPLP. Escolhemos essa obra por tratar-se do primeiro dicionário (e único, ao menos até agora) de petróleo em língua portuguesa, com a vantagem de incluir três variedades do português.

Para que a obra pudesse receber qualquer tratamento computacional, era necessário que estivesse em formato digital. Para isso, o dicionário foi desmontado, para que todas as páginas pudessem ficar dispostas uniformemente na mesa de digitalização. O equipamento utilizado foi uma máquina multifuncional (copiadora e scanner) disponível na gráfica da UFSCar. Para a revisão da qualidade de digitalização, foi utilizado o programa ABBYY FineReader. Tanto a digitalização quanto a revisão foram realizadas por Clarissa Galvão Bengtson.

Após essa digitalização, o arquivo passou por um tratamento computacional. Esse tratamento consistiu na conversão do texto para o formato XML, de modo a permitir a inserção de etiquetas que indicassem todas as entradas em português, os equivalentes em inglês e o restante do verbete. Esse formato XML possibilitou a posterior transformação da totalidade do dicionário numa grande planilha Excel. Toda a parte computacional foi desenvolvida por José Pedro Ferreira, do CELGA-ILTEC (Portugal).

De posse desses materiais, iniciamos a etapa de seleção dos termos a serem analisados. Todo o trabalho de seleção dos termos foi feito de forma manual. Como se trata de um trabalho qualitativo, a ideia era analisar individualmente os termos com base em critérios estabelecidos, buscando compreender por meio desses termos como se dá a realidade terminológica no universo do petróleo.

Para isso, organizamos uma planilha (8.855 linhas) com todos os termos-entrada (cabeça do verbete) do dicionário. Com base nessa lista, buscamos coletar os termos que, a priori, estabelecessem relação com os diferentes domínios, como do corpo humano, animais, vestuário etc., o que nos levaria ao encontro de metáforas linguísticas, algumas mais transparentes, outras mais opacas. Para a seleção dos termos metafóricos, seguimos o seguinte percurso metodológico:

---

<sup>5</sup> “In these definitions metaphor is seen as a phenomenon in which categorization, analogical thinking, creativity and linguistic expression meet.” (Temmerman, 2000, p.160).



- a) listamos todos os termos (8.854) para iniciar uma breve leitura do *corpus* com vistas a conhecer os termos que fazem parte do universo do petróleo;
- b) fizemos buscas a partir de nossa intuição como linguista, levando em conta nosso conhecimento prévio sobre metáfora, terminologia e lexicografia;
- c) identificamos os possíveis candidatos a termos metafóricos;
- d) buscamos a definição dos candidatos a termos metafóricos no DP;
- e) contrastamos a definição apresentada no DP com as definições registradas em dicionários gerais;
- f) decidimos, então, se o termo era metafórico ou não.

Como exemplo, temos o caso do termo *luva*, considerado metáfora em nosso estudo, que nos remete ao universo do vestuário e mantém uma relação de similaridade com a função empregada no universo do petróleo. Para chegarmos a essa decisão, completamos todas as etapas apresentadas. Entretanto, nem todos os termos seguiam um mesmo padrão, por isso, tivemos, ainda, que elaborar alguns critérios para os casos específicos, ou seja, aqueles que fugiam do percurso-base na atividade de identificação de metáforas, são eles:

- critério 1: quando o termo era constituído por mais de um elemento, formando um composto sintagmático, selecionávamos o elemento que julgávamos metafórico para realizar as buscas nos dicionários gerais. Ex: *elemento filho* (filho era o elemento analisado);
- critério 2: quando a definição apresentada no DP não era satisfatória para a nossa compreensão, buscávamos fontes de referência para enriquecer o entendimento e contribuir no momento das análises;
- critério 3: quando não encontrávamos os candidatos a termos metafóricos nos dicionários gerais, decidimos por não os incluir na análise.

Para este trabalho, selecionamos as metáforas motivadas pela relação homem-mundos dos núcleos *vestuário*, *família* e *cores*.

#### 4 ANÁLISE DOS TERMOS METAFÓRICOS NA TERMINOLOGIA DO PETRÓLEO MOTIVADAS PELA RELAÇÃO HOMEM-MUNDO

Neste item, selecionamos as metáforas de domínios que pertencem ao que chamamos de campos semânticos, ou seja, núcleos específicos que influenciam na conformação dos termos metafóricos a partir das experiências do homem com o mundo. Analisamos os núcleos metafóricos: *vestuário*, *família* e *cores*.

#### 4.1 Metáforas de vestuário

No campo semântico *vestuário*, registramos três termos: *luva*, *camisa* e *jaqueta*. *Luva* possui o maior número de ocorrências, com 10, são elas: *luva*, *luva da camisa*, *diagrafia de localização das luvas de revestimento*, *diagrafia de luvas de revestimento*, *perfil localizador de luva*, *perfil de luvas de revestimento*, *luva de fluxo*, *luva de redução*, *luva de bastes*, *luva da coluna de produção*; *camisa*, com sete ocorrências: *camisa*, *luva da camisa*, *camisa de refrigeração*, *camisa de cilindro*, *adaptador para camisa de Bombeamento Centrífugo Submerso*, *estabilizador de camisa*, *camisa deslizante*; por fim, temos duas ocorrências de *jaqueta*: *jaqueta* e *jaqueta de plataforma*. Iniciamos as análises trazendo as definições apresentadas no DP.

(1) *luva / coupling*

DP: peça cilíndrica oca, ou tubo de pequeno comprimento, com rosca interna nas duas extremidades, com a qual se efetua a conexão, por enroscamento, de dois tubos com roscas externas. No método de produção por bombeio mecânico é também utilizada para conectar hastes. → Quando as roscas são de diferentes diâmetros, chamam-se luvas de redução e permitem conectar peças de bitolas diferentes. Quando as roscas são de diferentes tipos, chamam-se luvas adaptadoras.

(2) *camisa / barrel tube*

DP: tubo usado em bombeio mecânico, com superfície interna polida e perfeitamente ajustada ao pistão para que, durante o ciclo de bombeio, seja minimizado o escorregamento de fluido bombeado. A válvula de pé é acoplada na extremidade inferior desse tubo. → Quanto ao tipo, pode ser de parede grossa ou de parede fina; quanto ao material, pode ser de aço-carbono, aço-liga, bronze, monel; e sua parede interna pode ser revestida de cromo duro para obter maior resistência mecânica à abrasão e à corrosão.

(3) *jaqueta / jacket*

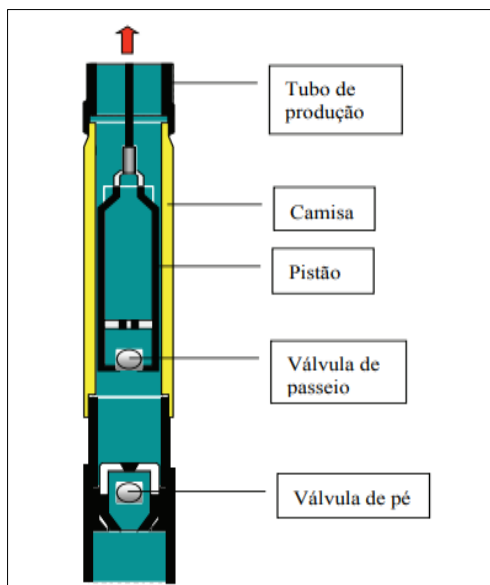
DP: estrutura de suporte de uma plataforma fixa que vai desde a fundação até pouco acima do nível do mar, sobre a qual são instalados módulos e/ou o convés.

Em (1), a metáfora *luva* é evidenciada por meio do traço *função*. No campo do vestuário, o Dicionário Houaiss define *luva*<sup>6</sup> como “peça do vestuário, de material diverso, que serve para cobrir as mãos, us. em pares como enfeite, proteção, higiene, acessório de trabalho, apetrecho em diversos esportes”; ao associarmos ao universo do petróleo, com base na definição apresentada pelo DP – “peça cilíndrica [...] com o qual se efetua a conexão, por enroscamento, de dois tubos com roscas externas. No método de produção por bombeio mecânico é também utilizada para conectar hastes” – os traços são evidenciados em *enroscamento*, *conexão*, em que há uma junção, assim como uma luva que é colocada, “conectada” para cobrir ou proteger a mão.

No que concerne à metáfora *camisa*, foi possível associarmos a definição apresentada no DH (“peça de roupa de mangas longas ou curtas que cobre o tronco de uma pessoa, ger. fechada na frente por meio de botões [...] qualquer peça, material

<sup>6</sup> Embora haja uma definição com rubrica *serralheria*, que remete diretamente ao contexto usado no petróleo, tomamos como base a rubrica *vestuário*. Além de estarmos dando ênfase a esse nicho metafórico, ao buscarmos a etimologia da palavra *luva*, encontramos gót. lófa 'palma da mão', o que nos leva a pensar que, primeiramente, luva era uma peça de vestuário.

ou tecido que constitui ou serve de envoltório, invólucro, revestimento ou proteção a algo”) com a presente no DP, em que *camisa* é um tubo/peça. Os traços evidenciados estão relacionados ao *material*, essas peças (dos universos do vestuário e do petróleo) podem ser de diferentes materiais, quanto ao *tipo*, e têm *função* similar, porque a *camisa* (vestuário) é um revestimento que cobre e/ou protege, e a *camisa* (petróleo) “pode ser revestida de crono duro para obter maior resistência mecânica à abrasão e à corrosão”, o que resulta no traço *proteção*, pois serve de barreira. Na Figura 1, é possível observar a localização da *camisa* na *bomba de fundo*.



Fonte: [https://mecanica.ufes.br/sites/engenhariamecanica.ufes.br/files/field/anelo/4.\\_projeto\\_de\\_graduacao\\_-\\_versao\\_corrigida.pdf](https://mecanica.ufes.br/sites/engenhariamecanica.ufes.br/files/field/anelo/4._projeto_de_graduacao_-_versao_corrigida.pdf)

Figura 1 - Localização da *camisa* na bomba de fundo.

A metáfora *jaqueta* é muito parecida com a metáfora *camisa*, quando evidenciamos o traço *função*. A *jaqueta*, segundo o DP, é a “estrutura de suporte de uma plataforma fixa que vai desde a fundação até pouco acima do nível do mar” e tem sua dimensão de acordo com os poços de petróleo. A plataforma possui basicamente três partes: *estacas*, *jaquetas* e *módulo*, a *jaqueta* é a parte intermediária. Se relacionarmos a estrutura de uma plataforma fixa a um corpo humano, podemos aproximar a ideia do uso da metáfora *jaqueta*, uma vez que esta, no campo do vestuário, segundo o DH, é uma peça (“casaco curto, aberto à frente e que bate à altura da cintura ou pouco abaixo desta; jaleca”). Assim como a *jaqueta* (petróleo) localiza-se na parte intermediária da plataforma, a *jaqueta* (vestuário) é usada para cobrir a parte intermediária no corpo humano. Além disso, segundo Coelho (2010, p. 58), “ela cobre as estacas, estando à exposição de desgastes por corrosão ou pelo choque de embarcações; desse modo servem para proteger as *estacas*, parte que fica submersa, como para proteger, cobrir o corpo humano.

#### 4.2 Metáforas relacionadas à família

Outro campo semântico encontrado na terminologia do petróleo está relacionado à família. Nesse núcleo, registramos *família*, *filho* e *mãe*. Para família, registramos oito ocorrências, a saber: *família CDP*, *família CMP*, *família de ponto médio*

*comum, família de offset comum, família de receptor comum, família de reflexão comum, família de tiro comum e família de fonte comum; e, para filho e mãe, apenas uma ocorrência cada, elemento filho e poço mãe, respectivamente. Vejamos:*

(4) *família de tiro comum / common-shot family*

DP: conjunto no qual todos os eventos presentes foram gerados por um mesmo tiro, sendo registrados por diferentes receptores. Geralmente utilizado para controle de qualidade ou entrada de dados para migração.

(5) *elemento filho / daughter element*<sup>7</sup>

DP: qualquer membro da série de núclídeos formado por desintegração radiativa de um elemento instável, como o urânio, que é chamado de pai. Os núclídeos-filhos, um após outro, emitem energia em forma de partícula alfa ou beta, de modo que a sequência resultante termine em um núcleo estável. Por exemplo, rádio e radônio são filhos do urânio.

(6) *poço mãe / mainhole*

DP: expressão usual para se referir ao poço original quando nele foi feito um desvio, acidental ou intencional. É muito comum usar essa referência em poços multilaterais quando se deseja indicar o poço a partir do qual os poços laterais foram perfurados.

A metáfora *família de tiro comum* abrange toda a relação familiar, uma vez que o próprio termo metafórico *família* remete a esse contexto. No DH, a acepção registrada para esse termo é “1. grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto (esp. o pai, a mãe e os filhos); 2. grupo de pessoas com ancestralidade comum”. Se tomarmos como base essas acepções, podemos estabelecer relações metafóricas com o emprego de *família* na terminologia do petróleo, definida pelo DP como “Conjunto no qual todos os eventos presentes foram gerados por um mesmo tiro”. Desse modo, os traços que aproximam esses dois universos estão relacionados ao fato de que *família* engloba um conjunto de membros, que no universo de especialidade são eventos, além de serem “gerados” por um mesmo tiro, como acontece em algumas famílias, em que os membros são gerados por um mesmo progenitor. Logo, os traços *quantidade* e *origem* evidenciam a metáfora *família*.

No que concerne à definição de *elemento filho*, observamos que já existe uma explicação prévia acerca dessa relação pai-filho. No DH, *filho* refere-se a cada um dos descendentes em relação aos seus genitores, pessoa que se origina de determinada família, grupo social; essa acepção nos permite comparar com a ideia empregada em *elemento filho*, em que temos “membro da série de núclídeos formado por desintegração radiativa de um elemento instável”. A capacidade de desintegração relaciona-se com a ideia de apartação, ou seja, de um membro surgem vários outros. Assim como o filho é pessoa que se origina de outra, o *elemento filho* é um elemento originado de outro, como no exemplo apresentado no DP, do urânio, que é chamado de pai.

Em se tratando de *poço mãe*, a relação é similar à ideia apresentada no exemplo (5), entretanto, nesse caso, a relação se dá de forma inversa. No DH, a definição de *mãe*, registrada como sentido figurado, refere-se ao local onde algo teve origem, ou

<sup>7</sup> Salienta-se neste exemplo a relação familiar, no inglês, dá-se com *daughter, filha*, feminino em português. Já no português essa mesma relação se dá com *filho*, masculino.

seja, o poço que deu origem, primeiro, e por meio dele foram criados outros. Portanto, *poço mãe* é um termo metafórico que apresenta de maneira bem clara a relação familiar com sua aplicação na terminologia do petróleo.

### 4.3 Metáfora das cores

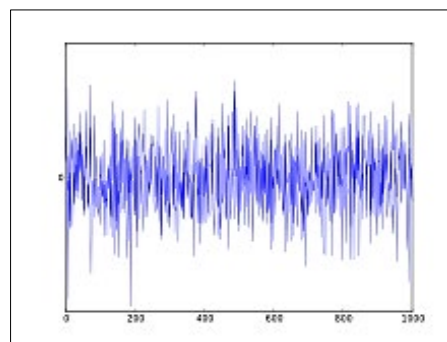
Este campo semântico trata das relações do homem com as cores. Não é de hoje que estudiosos desenvolvem trabalhos relacionados a esse campo, em como as cores influenciam a forma de o homem enxergar o mundo. Na terminologia do petróleo, foi possível registrar cinco termos que remetem às cores, são eles: *ruído colorido*, *ruído branco* e *ouro negro*. Em se tratando de *ruído colorido*, a metáfora está presente no segundo elemento do sintagma, formado por um substantivo + adjetivo: *colorido* qualifica ruído. Vejamos:

(7) *ruído branco / white noise*

DP: 1. Ruído cujo espectro de amplitude é aproximadamente plano. 2. Fator utilizado para se estabilizar o cálculo dos filtros de Wiener-Hopf e vários tipos de deconvolução.

(8) *ruído colorido / colored noise*

DP: ruído que apresenta amplitudes razoavelmente distintas para diferentes frequências, ou seja, cujo espectro não é plano. Geralmente, as maiores amplitudes estão concentradas ou nas menores (ruídos vermelhos) ou maiores (ruídos azuis) frequências do espectro. Uma premissa fundamental de algumas etapas do processamento sísmico é que o ruído aleatório é branco.



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ru%C3%ADdo\\_branco](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ru%C3%ADdo_branco)

Figura 21 - *ruído branco*.

Em *ruído branco*, podemos compreender a metáfora se pensarmos na cor e sua aplicação no universo especializado. Nesse universo, *branco* é o ruído que possui espectro plano em todas as frequências, que faz analogia com a cor branca, que vista sob o ponto de vista óptico, é mais que uma cor, é a soma de todas as cores da luz, assim como no universo especializado, em que a luz branca possui todas as frequências.

Já *ruído colorido* apresenta uma definição oposta à do termo anterior, “apresenta amplitudes razoavelmente distintas para diferentes frequências”, pois *colorido* remete à “que tem ou recebeu cor(es)”, ou seja, possui diferentes cores que são associadas às diferentes frequências.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos, com este texto, analisar os termos metafóricos do universo do petróleo, motivadas pelos campos semânticos *vestuário*, *família* e *cores*, corroborando a tese da metáfora ser um fenômeno cognitivo, que toma como base as experiências do cotidiano. Assim, no ato de nomear/designar um determinado objeto ou coisa, o falante toma como base sua própria realidade, sua forma de enxergar o mundo.

No universo especializado isso não é diferente, uma vez que entendemos que os termos que fazem parte do repertório terminológico do petróleo, bem como de outros universos especializados, fazem parte da língua corrente/comum, que ao serem utilizados com novos sentidos dentro desse universo, ganham o estatuto de *termo*.

Nas nossas análises, foi possível registrar campos semânticos que concernem ao vestuário, constituídos pelos termos *luva*, *camisa* e *jaqueta*; à *família*, com os termos *família*, *filha* e *mãe*; e, às cores, a saber: *branco* e *colorido*. Desse modo, é perceptível que essas palavras fazem parte do dia a dia do indivíduo e que, ao constituírem o repertório terminológico do universo do petróleo, recebem um sentido especializado. Esse fenômeno não acontece de forma aleatória; Lakoff e Johnson (2015) afirmam que a metáfora consiste em experienciar uma coisa em termos de outra, é exatamente o que acontece com os termos analisados, em que os indivíduos tomam como base sua realidade e utilizam-se de traços semânticos presentes nessas entidades para então nomear a atividade petrolífera.

Nesse sentido, pudemos demonstrar, neste estudo, que o processo metafórico está diretamente ligado à relação do homem com o mundo e suas experiências, como preconizado pela TMC, em que o pensamento humano é ordinariamente metafórico e essa realidade pode ser percebida por meio da linguagem. Na terminologia do petróleo os núcleos abaixo estabelecem relação de similaridade do domínio-fonte com o domínio-alvo, corroborando as ideias aqui discutidas em relação à metáfora. Vejamos:

- 1) *Vestuário*: a metáfora conceitual pode ser percebida na similaridade com o universo humano, em que os instrumentos, as entidades do universo do petróleo são como seres humanos e necessitam de “vestimentas”. Nesse núcleo, observamos, ainda, que o traço que aproxima os dois domínios (cotidiano e petróleo) é o da *função*.
- 2) *Família*: trata-se das relações familiares, em que há ligações entre elementos de uma determinada estrutura, nesse caso, familiar. Os elementos simbólicos e concretos do petróleo, ainda visto com similaridade nas características e necessidade humanas, mantêm entre si relações, como de uma estrutura família, em que há uma entidade-origem e uma entidade derivada, ligadas por características comuns que permitem associar essas entidades, em que uma, de alguma forma, está ligada a outra; metaforicamente isso se concretiza, por exemplo, em *elemento filho e poço mãe*.
- 3) *Cores*: em se tratando das cores, a metáfora é percebida por meio da visão de mundo que o indivíduo tem acerca de determinados elementos, e que muitas vezes é metaforizado por meio das cores, tomando como base as ideias dos espectros, relacionando assim ao universo do petróleo, como pudemos ver em *branco e colorido*.

Os traços mais recorrentes e perceptíveis são o da *forma* e o da *função*, traços estes que motivam no ato de nomear as entidades e refletem a forma de enxergar a realidade de uma determinada comunidade.

Toda essa discussão é fundamental para os estudos da metáfora, sobretudo na Terminologia, pois se afasta das premissas clássicas e tradicionais voltadas para as questões de estilística e univocidade dos termos e passa ser vista enquanto recurso cognitivo e fundamental para a compreensão da realidade humana.

## REFERÊNCIAS

- Aristóteles. Retórica. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda; 1998.
- Cabré M. La terminología: representación y comunicación. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra; 1999.
- Coelho A. Risco operacional no descomissionamento de unidade marítima fixa de exploração e produção de petróleo [dissertação]. Niterói: Universidade Federal Fluminense; 2010.
- Fernández E, Pedrosa Junior O, Pinho A. Dicionário do petróleo em língua portuguesa: exploração e produção de petróleo e gás: uma colaboração Brasil, Portugal e Angola. Rio de Janeiro: Lexikon / PUC Rio; 2009.
- Ferrari L. Introdução à linguística cognitiva. São Paulo: Contexto; 2014.
- Filipak F. Teoria da metáfora. Curitiba: HDV; 1963.
- Fossile D. Um passeio pelos estudos da metáfora. Revista de Letras. 2011;14(1):1-15.
- Instituto Antônio Houaiss. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva; 2009.
- Lakoff G, Johnson M. Metáforas de la vida cotidiana. Madrid: Ediciones Cátedra; 2015[1980].
- Martins C. A metáfora na terminologia: análise de metáforas terminológicas em textos jurídicos do ambiente [dissertação]. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto; 2003.
- Ricouer P. A metáfora viva. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Loyola; 2015[1975].
- Society of Petroleum Engineers. Petróleo e Gás Natural. Estados Unidos: DK Publishing; 2007 [slide]. Disponível em: [https://www.energy4me.org/media/filer\\_public/86/19/8619ba89-7237-4949-a6fd-92060e26c1bc/brazil\\_port\\_web.pdf](https://www.energy4me.org/media/filer_public/86/19/8619ba89-7237-4949-a6fd-92060e26c1bc/brazil_port_web.pdf).
- Temmerman R. Towards new ways of terminology description: the sociocognitive approach. Philadelphia: John Benjamins; 2000.
- Wüster E. Introducción a la teoría general de la terminología y terminografía terminológica. Cabré MT, tradutora. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada - Universitat Pompeu Fabra; 1998.

FLP 25(1)